



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

MARIA ALCINEIDE DE OLIVEIRA

**O LUGAR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA DOS
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

**MANAUS – AM
2025**

MARIA ALCINEIDE DE OLIVEIRA

**O LUGAR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA DOS
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica.

Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos da EPT.

MANAUS – AM
2025

Biblioteca do IFAM – Campus Manaus Centro

O481 Oliveira, Maria Alcineide de.
O lugar da assistência estudantil na permanência dos alunos do ensino médio integrado / Maria Alcineide de Oliveira. – Manaus, 2025.
111 p. : il. color.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade.

1. Assistência estudantil. 2. Ensino médio integrado. 3. Formação humana integral. I. Trindade, Deilson do Carmo. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 370.7



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



MARIA ALCINEIDE DE OLIVEIRA

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO: UM OLHAR VOLTADO PARA A PERMANÊNCIA E SUCESSO
NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA NO IFAM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 26 de setembro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade - Presidente/Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM

Prof. Dr. José Cavalcante Lacerda Junior - Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM

Profa. Dra. Maria Sandrelle Gonçalves Marques – Membro Externo
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

MARIA ALCINEIDE DE OLIVEIRA

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA A SELEÇÃO DE BENEFÍCIOS

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 26 de setembro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade - Presidente/Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM



Prof. Dr. José Cavalcante Lacerda Junior - Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM



Profa. Dra. Maria Sandrelle Gonçalves Marques – Membro Externo
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

À minha mãe.
Mulher vitoriosa que sempre conduziu com
sabedoria a sua família pelos caminhos do Senhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelas Suas infinitas misericórdias em minha vida.

Ao meu orientador Professor Dr. Deilson do Carmo Trindade que surgiu em um dos momentos mais difíceis desse mestrado e trouxe grande contribuição nessa trajetória para que eu pudesse finalizar esse trabalho.

Aos professores do ProfEPT pelo trabalho, pela dedicação e sabedoria ofertada para com a minha turma de mestrado.

Aos colegas de turma que estiveram comigo desde o começo nesse desafio. A minha família, que foi a minha base nessa jornada.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização de mais um ciclo na minha vida acadêmica.

Apega-te à instrução e não a largues; guarda-a,
porque ela é a tua vida (Provérbios 4:13).

RESUMO

Esta dissertação investigou o lugar da Assistência Estudantil na permanência dos alunos do Ensino Médio Integrado. O estudo foi realizado com os alunos dos cursos Técnico em Nível Médio em Eletrônica e Mecatrônica na Forma Integrada das turmas de 1.º, 2.º e 3.º ano do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI). Os objetivos da pesquisa foram de conhecer o perfil socioeconômico dos alunos do Ensino Médio integrado atendidos pela Política de Assistência Estudantil no Campus, identificando a percepção dos alunos sobre a política de Assistência Estudantil no IFAM, verificamos as contribuições apontadas pelos alunos para melhoria das ações da Assistência Estudantil e elaboramos um Guia Didático informativo que auxilie os estudantes a compreenderem melhor a Política de Assistência Estudantil no IFAM. A pesquisa é de caráter descritivo e exploratório com abordagem qualitativa e utilizou o método de estudo de caso na abordagem investigada. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, a entrevista e a roda de conversa, com a finalidade de compreendermos melhor o fenômeno estudado. A técnica de análise empregada foi a de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), possibilitando compreender qual é a percepção dos alunos sobre a Política de Assistência Estudantil no IFAM e qual o impacto da Política para permanência e sucesso dos discentes no Instituto. Foi identificado que apesar dos percalços e fragilidade encontradas na Política no IFAM/CMDI os discentes foram unânimes em reconhecer a política como forma de permanência na sua trajetória acadêmica no Instituto, a falta de informação sobre essa política entre os alunos ainda é muito grande e há uma enorme dificuldade de compreensão dos Editais da Assistência Estudantil por parte de alguns estudantes. A pesquisa evidenciou a necessidade de ampliação das informações no processo de inscrição da Assistência Estudantil. Com base nessas informações foi desenvolvido um Produto Educacional - Guia didático eletrônico- intitulado: Assistência Estudantil: guia de orientações para a seleção de benefícios, com objetivo de levar informação sobre a Assistência Estudantil no IFAM/CMDI.

Palavras-Chave: Assistência Estudantil. Ensino Médio Integrado. Formação Humana Integral.

ABSTRACT

This dissertation investigated the role of Student Assistance in the retention of students in Integrated High School programs. The study was conducted with students from the Integrated Technical High School courses in Electronics and Mechatronics, in the 1st, 2nd, and 3rd years, at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas (IFAM), Manaus Industrial District Campus (CMDI). The research objectives were to understand the socioeconomic profile of the students in the Integrated High School program served by the Student Assistance Policy on campus, identifying students' perceptions of the Student Assistance policy at IFAM, verifying the contributions pointed out by students for improving Student Assistance actions, and developing an informative Didactic Guide to help students better understand the Student Assistance Policy at IFAM. The research is descriptive and exploratory in nature with a qualitative approach and used the case study method in the investigated approach. We used bibliographic and documentary research, interviews, and group discussions as data collection instruments to better understand the phenomenon under study. The analysis technique employed was Bardin's (2011) Content Analysis, allowing us to understand students' perceptions of the Student Assistance Policy at IFAM and its impact on student retention and success at the Institute. It was identified that, despite the obstacles and weaknesses found in the IFAM/CMDI policy, students unanimously recognized it as a means of remaining in their academic trajectory at the Institute. However, there is still a significant lack of information about this policy among students, and some students have considerable difficulty understanding the Student Assistance Notices. The research highlighted the need to expand information in the Student Assistance application process. Based on this information, an Educational Product – an electronic didactic guide – entitled: Student Assistance: a guide to selecting benefits, was developed to provide information about Student Assistance at IFAM/CMDI.

Keywords: Student Assistance. Integrated Secondary Education. Holistic Human Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de Benefícios da PAES – Grupo 1.....	34
Quadro 2 – Linhas de ações da PAES – Grupo 2.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil de Sexo dos alunos atendidos pela PAES e dos alunos matriculados no ano de 2024.....	49
Gráfico 2 - Idade dos alunos atendidos pela PAES e dos alunos matriculados no CMDI no ano de 2024.....	50
Gráfico 3 - Cor/Etnia dos alunos atendidos pela PAES e dos alunos matriculados no CMDI no ano de 2024.....	52
Gráfico 4 - Forma de ingresso dos alunos atendidos pela PAES no ano de 2024.....	53
Gráfico 5 - Origem anterior ao IFAM dos alunos atendidos pela PAES 2024.....	54
Gráfico 6 - Renda Per Capita dos alunos atendidos pela PAES 2024.....	55
Gráfico 7 - Cadastro Único.....	56
Gráfico 8 - Programa Bolsa Família.....	58
Gráfico 9 - Forma de Acesso à Internet e aparelho utilizado no acesso.....	60
Gráfico 10 - Você pertence ao grupo de.....	78
Gráfico 11 - Quanto a Aderência - possui uma linguagem clara e de fácil entendimento?.....	79
Gráfico 12 - Quanto a complexidade – desenvolveu suas etapas de elaboração, desenvolvimento e conteúdo, alcançando os objetivos propostos?.....	80
Gráfico 13 - Quanto a Aplicabilidade/Acesso - o Guia facilitará a aplicabilidade e a acessibilidade dos discentes no IFAM?.....	80
Gráfico 14 - Quanto a complexidade – o Guia desenvolveu suas etapas de elaboração, desenvolvimento e conteúdo, alcançando os objetivos propostos?.....	81
Gráfico 15 - Quanto a Inovação - Você considera que o Guia foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo novo já existente revisado de forma inovadora e original no IFAM?.....	82
Gráfico 16 - Quanto ao Impacto, você considera que o Guia terá um impacto positivo perante os discentes do IFAM?.....	82
Gráfico 17 - Quanto ao Impacto, você considera que o Guia pode contribuir para a permanência e êxito dos discentes?.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
CADÚNICO – Cadastro único
CETIC – Centro Regional de Estudos sobre Tecnologias da Informação
CMC – Campus Manaus Centro
CMDI – Campus Manaus Distrito Industrial
CMAS – Coordenação Multiprofissional de Assistência e Saúde
CMZL – Campus Manaus Zona Leste
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
DAE – Diretoria de Assistência Estudantil
DAES – Departamento de Assistência Estudantil
DET – Departamento de Ensino Técnico
DIREN – Direção de Ensino
EIMEC – Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada em Mecatrônica
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM – Educação Profissional Técnica de Nível Médio
ETFAM – Escola Técnica de Manaus
FONAPRECE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF – Instituto Federal
IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAE – Política de Assistência Estudantil
PAES – Política de Assistência Estudantil
PAPI – Plano Estratégico de Acesso Permanência e Êxito
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNP – Plataforma Nilo Peçanha
PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SUS – Sistema Único de Saúde
TAES – Técnicos Administrativo
TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNED – Unidade de Ensino Descentralizado de Manaus
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – SENTIDOS E ARTICULAÇÕES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO EMI.....	20
1.1 Assistência Estudantil: do assistencialismo à política pública.....	20
1.2 A Assistência Estudantil no EMI com as primeiras ações no IFAM.....	28
1.3A Assistência Estudantil como elemento da formação humana integral.....	37
CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIA METODOLÓGICA ADOTADA NA PESQUISA.....	40
2.1 Tipo de Pesquisa.....	40
2.2 Universo da Investigação.....	41
2.3 Sujeitos da Pesquisa e Amostra.....	43
2.4 Coleta de dados.....	44
2.5 Análise dos dados.....	46
CAPÍTULO 3 – O PERCURSO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFAM.....	48
3.1 Conhecendo o aluno da Assistência Estudantil no Campus.....	48
3.2 Assistência estudantil sob o olhar do discente.....	62
3.2.1 A Assistência Estudantil como instrumento de auxílio.....	62
3.2.2 A Assistência Estudantil como um direito.....	66
3.2.3 As dificuldades no processo de seleção de benefícios.....	68
3.3 Aprimorando as Política de Assistência Estudantil.....	71
3.3.1 Proposta de ações para a melhoria da Assistência Estudantil.....	72
3.3.2 Contribuições dos estudantes na produção de material educativo.....	73
CAPÍTULO 4 – O GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA A SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS.....	75
4.1 Estrutura do Produto Educacional.....	76
4.2 A Validação do Produto Educacional.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE (Participante maior de 18 anos).....	101
APÊNDICE B – Termo de assentimento livre e esclarecido – TALE (Menor de 18 anos).....	104
APÊNDICE C – Perguntas extraídas do questionário socioeconômico dos alunos	

da assistência estudantil.....	108
APÊNDICE D – Entrevista.....	109
APÊNDICE E – Questionário de avaliação do produto educacional.....	110

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas (IFAM) tem como compromisso oferecer uma educação de qualidade direcionada para a construção de uma sociedade mais democrática, mais inclusiva e equilibrada social e ambientalmente (PDI, 2019). O Ensino Médio Integrado (EMI), ofertado nos Institutos Federais, expressa um caminho concreto e real para a democratização do acesso à educação e de uma formação integral, principalmente os alunos que se encontram em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica.

No entanto, o acesso ao Ensino Médio Integrado de forma isolada e sem a contemplação de uma política de permanência não garante que esses estudantes consigam concluir com sucesso sua trajetória acadêmica, pois para permanecerem na Instituição é necessário levar em consideração fatores como alimentação, recursos financeiros para o transporte, apoio pedagógico dentre outros, que podem influenciar de forma decisiva no percurso acadêmico do estudante na Instituição.

Nesse cenário, a Política de Assistência Estudantil (PAES) emerge como um instrumento de permanência e de apoio indispensável para a promoção da equidade, dessa forma, procurando mitigar as assimetrias sociais e se apresentando como um instrumento essencial para o enfrentamento dos problemas sociais e econômico que possam estar comprometendo o itinerário acadêmico dos estudantes no Ensino Médio Integrado na Instituição.

Segundo os estudos de Nascimento (2014, p. 88), a Assistência Estudantil “consiste num conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da educação com a finalidade de contribuir para o provimento das condições (materiais e imateriais) necessárias à permanência dos estudantes nas instituições educacionais”. Dessa forma, buscando promover a equidade no acesso à educação, configurando-se, assim, como uma Política essencial para a democratização do ensino.

Maia (2023, p. 18) considera que a Política de Assistência Estudantil “deve ser entendida como um direito social, com vistas à formação plena, inclusão social, produção de conhecimento, e não como um favor, como caridade, como assistencialismo”. Os estudos de Santos (2019) trazem o entendimento de que a Assistência Estudantil exerce um papel muito importante como forma contínua da garantia de permanência dos estudantes na Instituição.

A política de Assistência Estudantil consolidou-se nos Institutos Federais como

eixo estratégico de redução da evasão, desse modo, com medidas voltadas para a permanência e o sucesso acadêmico dos alunos. No entanto, mesmo que a Assistência Estudantil oportunize benefícios como alimentação, transporte, apoio pedagógico, observa-se que muitos estudantes não reconhecem a Política como direito garantido por lei ou não tem o entendimento dos objetivos e requisitos estabelecidos na Política.

O interesse em pesquisar o tema em questão deu-se pelo fato de a pesquisadora ser servidora pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas no Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI), desde o ano de 2016, trabalhando no Setor de Serviço Social e atuando diretamente com a Política de Benefícios da Assistência Estudantil bem como no atendimento e acompanhamento dos alunos e familiares.

A justificativa pela pesquisa acontece pelo fato de a servidora trabalhar diretamente com os estudantes do Ensino Médio Integrado no lançamento dos Editais, na análise de documentos, na seleção dos benefícios da Política de Assistência Estudantil e por perceber a grande dificuldade apresentadas pelos estudantes durante esse processo, principalmente por não entenderem a Política de Benefícios e os critérios de seleção no Programa.

Dessa forma, por meio das dificuldades encontradas pelos estudantes nessas ações, muitos perdem o prazo de inscrição ou acabam inseridos documentos errados e não enviando os documentos solicitados no Edital, o que leva os profissionais do setor a um trabalho exaustivo de análise e reanálise de documento, uma vez que os alunos dependem do benefício e precisam estar inseridos nessa seleção, principalmente do benefício alimentação.

Guerra (2009) salienta que em meio às dificuldades da profissão, o Assistente Social possui o desafio de atuar sobre a realidade identificando e apropriando-se criticamente das suas demandas. A experiência como Assistente Social no Campus, aliada ao compromisso ético político do Serviço Social, me fez perceber a necessidade e a importância de estar investigando sobre a Assistência Estudantil e a percepção que os alunos têm sobre a Política de Benefícios.

Os estudos de Netto (1999, p. 104-105) trazem a contextualização de que o Projeto Ético Político do Serviço Social possui em seu núcleo “o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a

autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”, ou seja, uma atuação profissional ancorada em valores éticos e orientada por princípios.

A Assistência Estudantil no Campus Manaus Industrial em média tem seus editais lançados no primeiro e no segundo semestre letivo e procura, por meio do planejamento das ações da Política na Instituição, priorizar para os alunos do EMI os benefícios alimentação, transporte e o apoio pedagógico. Como no CMDI não há um Departamento de Assistência Estudantil, o Serviço Social fica responsável pela maior parte dessas ações.

O processo de lançamento dos editais começa com a adequação da minuta do Edital modelo, lançamento do referido Edital na página do Campus, análise de documentos de alunos, seleção dos benefícios, lançamento do resultado, elaboração do relatório de pagamento e envio para o setor responsável, e o acompanhamento desses discentes durante o período letivo. Na verdade, não é uma tarefa fácil e acaba se tornando um exercício cansativo.

No entanto, é um trabalho que, de certo modo, nos leva a ter um contato maior com os jovens e nos dá a oportunidade de conhecermos melhor a realidade deles. Embora o maior trabalho do Setor de Serviço Social no Instituto seja no atendimento da Política de Assistência Estudantil em seu processo de seleção, também podemos citar o processo de renovação dos benefícios para o segundo semestre onde nos deparamos com a mesma realidade entre os alunos, o pouco conhecimento sobre as regras de renovação da Política continua sendo expressivo.

Nesse sentido, a falta de informação ou até mesmo a insuficiência de entendimento sobre a Assistência Estudantil pode fragilizar o acesso aos benefícios pelos alunos bem como está minimizando a abrangência das ações planejadas pela Instituição. Frente a esse contexto, surge o problema de pesquisa: Qual a percepção dos alunos do Ensino Médio Integrado sobre a Política de Assistência Estudantil ofertada pelo IFAM/CMDI e como esse entendimento impacta na permanência e sucesso dos estudantes?

Investigar o problema abordado é imprescindível para compreendermos como os alunos percebem a Assistência Estudantil e como ela contribui positivamente na trajetória do estudante na Instituição. Também é necessário entender em que grau a falta de conhecimento a respeito da Política pode desencadear um processo de evasão ou até mesmo gerar dificuldades no desempenho escolar do estudante durante o período letivo na Instituição.

A importância desta pesquisa fundamenta-se na condição de podermos fornecer bases para a melhoria na qualidade das ações ofertadas pela Política, para a permanência e o sucesso dos estudantes na Instituição. Além do mais, os resultados da investigação podem fortalecer o contato entre o estudante e os profissionais que estão na base da Assistência Estudantil, dessa forma buscando a promoção de um alinhamento entre Política de Assistência Estudantil e as fragilidades dos estudantes no EMI.

Nesse sentido, por meio da investigação proposta, objetivamos compreender qual é a percepção dos alunos do Ensino Médio Integrado sobre a Política de Assistência Estudantil oferecida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Distrito Industrial, e qual o impacto da Política na permanência e sucesso dos discentes no Instituto.

Também tivemos o interesse de: conhecer o perfil socioeconômico dos alunos do Ensino Médio Integrado atendidos pela Política de Assistência Estudantil no Campus; de identificar a percepção dos alunos sobre a Política de Assistência Estudantil no IFAM e verificar as contribuições apontadas pelos alunos para melhoria das ações da Assistência Estudantil, com o intuito de elaborarmos um Guia Didático informativo que auxilie os estudantes a compreenderem melhor a Política de Assistência Estudantil no IFAM.

Para o alcance dos objetivos traçados fomos norteados pelas seguintes questões: Qual o perfil socioeconômico dos alunos do Ensino Médio Integrado atendidos pela Política de Assistência Estudantil no Campus? Qual a percepção dos alunos sobre a Política de Assistência Estudantil no IFAM? Quais as contribuições apontadas pelos alunos para a melhoria da Assistência Estudantil? De que maneira é possível desenvolver um Produto Educacional sobre a Assistência Estudantil de modo a auxiliar os estudantes a compreenderem melhor sobre a PAES no IFAM?

É dessa maneira que a presente dissertação está organizada em quatro capítulos assim dispostos: no capítulo 1 apresentamos a Assistência Estudantil no EMI, discorrendo sobre Assistência Estudantil – do assistencialismo à política pública – nas primeiras ações do IFAM como elemento da formação humana integral. Já o capítulo 2 apresenta a trajetória metodológica adotada na pesquisa, e dessa forma, trazemos o tipo de pesquisa, o universo da investigação, os sujeitos, a amostra da pesquisa bem como sobre a coleta e análise dos dados.

Em continuação, no capítulo 3 discorreremos sobre o percurso da Assistência Estudantil no IFAM abordando os temas conhecendo o aluno da Assistência Estudantil no Campus, Assistência estudantil sob o olhar do discente, Assistência Estudantil como instrumento de auxílio, Assistência Estudantil como um direito, as dificuldades no processo de seleção de benefícios e, também, aprimoramento as Política de Assistência Estudantil no IFAM, proposta de ações para melhoria da Assistência Estudantil e contribuições dos estudantes na produção de material educativo.

Enquanto no capítulo 4 apresentamos o Produto Educacional e sua fundamentação pedagógica, estrutura do Produto, seu processo de elaboração, sua validação e bem como as contribuições para os estudantes do Ensino Médio Integrado do Campus Manaus Distrito Industrial. E por último temos as considerações finais do trabalho.

CAPÍTULO 1

Sentidos e articulações na Assistência Estudantil no EMI

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz a educação como um direito social garantido por Lei onde o Estado tem o dever de assegurar condições para acesso e permanência dos estudantes no seu desenvolvimento educacional (Brasil, 1988). No cenário do Ensino Médio Integrado, que integra a formação geral juntamente com a formação profissional, muitos estudantes encontram dificuldades no contexto acadêmico que ultrapassam o processo de ensino e aprendizagem.

O desafio de passar o dia inteiro na Instituição, pois o ensino é integral, requer para os alunos o direito de estar, permanecer e concluir a sua trajetória acadêmica. O direito à alimentação, ao transporte e ao material didático pedagógico são ações necessárias que podem contribuir na formação desses estudantes. Nesse contexto, a Assistência Estudantil constitui-se como um dos pilares essenciais para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes nesse espaço educacional.

O Ensino Médio Integrado na Educação Profissional e Tecnológica realiza um papel importante na formação de jovens que, algumas vezes, encontram na escola pública não somente uma oportunidade de capacitação para o mercado de trabalho, mas também uma chance real de enfrentamento das desigualdades sociais fundamentadas no contexto histórico.

Neste Capítulo, iremos discorrer sobre os principais períodos da Assistência Estudantil desde as práticas assistencialistas a sua fundamentação como política pública, também falaremos sobre as primeiras ações da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Amazonas e por último abordaremos a referida Política como elemento na formação humana e integral dos estudantes na Instituição.

1.1 Assistência Estudantil: do assistencialismo à política pública

Para fazermos uma abordagem da Assistência Estudantil das primeiras práticas assistencialistas até a sua fundamentação como política pública de direito, realizaremos primeiro uma contextualização do cenário histórico mundial e brasileiro que inclui o entendimento da política social em sua origem, bem como das primeiras

práticas assistencialistas na assistência ao estudante e por fim da categorização da Assistência Estudantil como política pública de permanência e êxito.

A fundamentação das políticas sociais no modo de produção capitalista sempre esteve ligada à articulação entre política econômica e política social, sendo imprescindíveis no desenvolvimento contraditório da história. As políticas mantêm vínculo com a acumulação do Capital, onde o Estado desenvolve estratégias que não foram supridas através das relações econômicas e, desse modo, a política social torna-se uma resposta institucionalizada do Estado às expressões da questão social (Behring; Boschetti, 2009).

Para Yamamoto (1998) o conjunto das expressões referentes às desigualdades sociais é a base da questão social, onde o trabalho é social e coletivo, no entanto, a apropriação do que é produzido se mantém de forma privada. Pereira (2013) salienta que a natureza contraditória da política social reside no fato de ao mesmo tempo a política conseguir atender as demandas e necessidades sociais bem como servir aos interesses do capital.

Behring e Boschetti (2009) enfatizam que não é possível identificar um período de tempo próprio do surgimento das políticas sociais, uma vez que como processo social elas foram geradas na junção dos movimentos de desenvolvimento do Capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classes e do desdobramento da intervenção do Estado naquele momento. As autoras salientam que esses dados evidenciam características e o contexto em que foram gestadas as primeiras determinações da política social.

A manifestação das políticas sociais no Brasil não acompanhou o período histórico dos países de capitalismo central, que exercem domínio no capitalismo global. Silva (2011) enfatiza que no Brasil não aconteceu a generalização do trabalho assalariado e nem tão pouco a consolidação do Estado Social, como manifestou-se na Europa. Para Behring e Boschetti (2009) as particularidades do trabalho escravo, da informalidade, da fragmentação e da falta de compromisso democrático e redistributivo influenciaram no desenvolvimento das políticas sociais no Brasil.

Os estudos de Nascimento (2012, p. 149) destacam que no Brasil o entendimento de política social sofreu alterações históricas, uma vez que “sua lógica estruturadora esteve distante da perspectiva do direito, o que condiz com a especificidade da formação social do País baseada no clientelismo e nas práticas assistencialistas”, uma construção histórica fundamentada nas relações pessoais

desiguais e não tendo como base a cidadania.

Para entendermos a evolução da política social no Brasil é necessário levarmos em consideração a formação política, social e econômica, uma vez que as relações sociais apresentam características singulares no desenvolvimento do País. Frigotto (2018, p. 43) salienta que a formação da sociedade no Brasil durante o século XX seguiu a um projeto societário dominante da burguesia brasileira objetivando a “construção de uma sociedade de capitalismo dependente e associado”. Oliveira (2003, p. 150) define “como uma sociedade desigualitária sem remissão”.

O Capitalismo dependente está relacionado “a aliança e associação subordinadas, em nosso caso da burguesia brasileira, com as burguesias dos centros hegemônicos do sistema do Capital na consecução de seus interesses” (Frigotto, 2018, p. 30). Segundo o autor, países que sofreram processos de colonização, como o Brasil, não conseguiram implantar projetos sociais autônomos e formaram, em sua base, um “capitalismo periférico e dependente dos países desenvolvidos, centros hegemônicos do capitalismo” (Frigotto, 2018, p. 44).

Para compreendermos as marcas de singularidade da sociedade brasileira em seu processo de desenvolvimento como uma sociedade capitalista, dependente e com uma formação desigual tomamos o entendimento de Fernandes (1990) e Prado Júnior (1987), segundo os autores, a relação orgânica entre o atraso e o moderno determina o modo específico do capitalismo dependente com desenvolvimento desigual da sociedade brasileira.

No contexto da Política de Assistência Estudantil, as marcas de nascença da assistência ao estudante estão atreladas a práticas assistencialistas no ensino superior. De acordo com (Almeida; Pessoa, 2025, p. 3) a “Assistência Estudantil (AE) no Brasil possui uma trajetória de quase 100 anos, marcada por disputas e contradições, uma história que reflete as características predominantes no contexto político, social e econômico do período”, dessa forma, evoluindo de acordo com o contexto histórico de cada época.

No primeiro momento, as ações de assistência ao estudante no País, segundo (Kowalski, 2012, p. 85), “aconteceram em um período em que o acesso à educação superior era um privilégio para poucos. A educação se concentrava nas mãos da elite do país”. As primeiras ações de assistência ao estudante surgiram como forma de auxílio no ano de 1928, onde o presidente Washington Luís criou a Casa do Estudante Brasileiro em Paris.

Kowalski (2012) salienta que o governo era o responsável pelo repasse do recurso para a manutenção da casa e dos alunos, de modo que esses estudantes pudessem se manter na cidade europeia. Vale ressaltar que essas ações nesse momento histórico eram voltadas apenas para o atendimento dos filhos da elite em Paris, uma vez que, naquele contexto, somente eles possuíam o privilégio do acesso ao ensino superior.

Yazbek (1993, p. 50) traz o entendimento de que as políticas sociais no País têm um perfil limitado e ambíguo, onde muitas vezes se apoiam “na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas”. Em síntese, é possível inferir que as primeiras ações de assistência ao estudante surgiram para atender as camadas mais altas da sociedade sinalizando, assim, uma lógica clientelista voltada para o atendimento de ações pontuais.

Na década de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência do país, um dos fatores de maior relevância para a reorganização da sociedade brasileira foi a questão da educação no Brasil. Os estudos de Dutra e Santos (2017) apontam que as primeiras ações de assistência aos estudantes no País remontam aos anos de 1930 “atrelada à consolidação das primeiras universidades brasileiras do século XX, sob o governo de Getúlio Vargas”

Podemos citar como primeira ação de apoio aos estudantes no Brasil a abertura da Casa do Estudante do Brasil no Rio de Janeiro em 1930. Sobre a referida Casa (Kowalski, 2012, p. 86-87) salienta que ela “era um casarão com três andares, um restaurante popular, que era frequentado por estudantes “carentes” e membros da comunidade que se faziam passar por estudantes para utilizar o benefício”. A autora enfatiza que a Casa era mantida por meio de grandes doações feitas pelo Presidente Getúlio Vargas.

No entendimento de Nascimento (2013), às ações de assistência aos estudantes, naquele momento, constituíam-se em ações emergenciais, focalizadas e inseridas na agenda educacional brasileira e que visavam atender às exigências de modernização do Brasil. Em síntese, um caráter assistencialista com bases construídas em respostas pontuais e atenuantes e sem uma articulação focada por políticas públicas e garantia de direitos, apenas voltadas para as necessidades imediatas dos estudantes.

Em 1931, com a reforma educacional Francisco Campos, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior, Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, foi estabelecido o Estatuto das Universidades que definia as normas de organização técnica e administrativa das universidades brasileiras (Brasil, 1931). Segundo Imperatori (2017, p. 2), “através da Reforma Francisco Campos foi assegurado a assistência aos estudantes através de bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres”.

A Constituição de 1934 em seu artigo 157 fala sobre os fundos especiais, no cenário da organização do financiamento da educação, que seriam aplicados à educação conforme preconizado em Lei. Assim sendo, parte desses fundos seriam destinados a serem investidos em auxílios a alunos necessitados mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica (Brasil, 1934).

Já no ano de 1937, o Ministério da Educação atuou como suporte para a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), dessa forma buscando unificar o movimento estudantil. Segundo os estudos de Santos (2019) esse apoio tinha como objetivo à construção de uma instituição despolitizada, sediada na Casa do Estudante do Brasil, que teria como responsabilidade prestar a assistência jurídica, bolsas, empregos, biblioteca, saúde e residência.

O estudo de (Kowalski, 2012, p. 87) aponta uma outra proposta para a UNE, que não obteve aprovação naquele contexto, foi a sugestão de ela ser “uma universidade de fácil acesso por meio da diminuição das taxas cobradas aos alunos matriculados, uma vez que essas taxas eram consideradas muito elevadas e que ocasionava “uma seleção baseada em nível de renda (socioeconômico) e não no mérito acadêmico”.

Outro destaque que podemos citar sobre as medidas de assistência aos estudantes, é a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 4.024 de 1961. A referida Lei aborda em seu Título XI sobre a Assistência Social Escolar. No artigo 90 do referido Título, a Lei traz expresso sobre prover, orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológica e de enfermagem aos alunos (Brasil, 1961).

Também o artigo 91 da referida Lei, traz que a assistência social escolar será “prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, a aplicação de técnicas de grupo e

à organização social da comunidade” (Brasil, 1961). Na verdade, a LDB de 1961 representou as balizas na organização do sistema educacional brasileiro, porém, não trouxe em seu texto expresso, ainda, a garantia do direito universal e obrigatório na educação e na assistência estudantil.

Sobre as ações de assistência aos estudantes na década de 1970, os estudos de Santos (2019) enfatizam que devido ao governo militar vigente naquele período, não aconteceram grandes mudanças relacionadas à assistência estudantil na época. Kowalski (2012) contextualiza que no final da referida década o governo passou a implementar ações relacionadas à política de assistência ao estudante, no entanto, sua maior apreensão estava em torno de políticas que contemplassem o ensino fundamental e médio.

Esse fato pode ser visto através da aprovação pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1983 da Fundação de Assistência ao Estudante, que foi usada como um instrumento para que o MEC pudesse executar a Política Nacional de Assistência ao Estudante, dessa forma, abrangendo a educação pré-escolar bem como a de 1º e 2º graus, vale ressaltar que a Fundação de Assistência ao Estudante foi extinta no ano de 1997 (Kowalski, 2012).

Segundo os estudos de Santos (2019), também no ano de 1970 foi criada a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), através do Decreto nº 66.967 de 27 de julho de 1970, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (Brasil, 1970). Sobre o referido Decreto Kowalski (2012) destaca a implantação pelo DAE de programas de assistência ao estudante como o Bolsa Trabalho, onde era proporcionado ao estudante oportunidades de exercícios profissionais em órgãos ou entidades públicas ou particulares e o Bolsa de Estudo onde o estudante recebia um valor em dinheiro para a sua manutenção.

Em síntese, Costa (2010, p. 70) discorre que as ações realizadas durante o contexto histórico de assistência ao estudante na educação no Brasil podem ser compreendidas em dois períodos distintos. O primeiro momento “ocorreu a partir da criação da Casa do Estudante Brasileiro em Paris, em 1928, e estendeu-se até o final da década de 1980 com o processo de redemocratização.” Esse período é marcado por algumas ações feitas de forma isolada, mas que não chegaram a ser caracterizadas como política pública.

Já o segundo momento, Costa (2010, p. 70) contextualiza que “a segunda fase compreende da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil

(CRFB) de 1988 até os dias atuais. Nesse período, a Assistência Estudantil no setor público passa a se consolidar como uma política pública governamental”. Dessa forma procurando garantir o acesso, permanência e o sucesso dos estudantes no percurso acadêmico na Instituição.

Com a entrada em vigor da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, também denominada Constituição Cidadã, inicia-se um novo período de mudanças para a educação e para a assistência estudantil no País. Após um longo período de regimes autoritários e falta de políticas públicas inclusivas, com a CRFB de 1988 a educação consolidou-se como um direito de todos e um dever do Estado e a Assistência Estudantil ganhou bases para tornar-se uma política pública de permanência (Brasil 1988).

Sobre o processo de redemocratização no Brasil, os estudos de Martins (2020) apontam que um dos momentos mais importantes desse novo contexto se deu no ano de 1987 com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que tinha como principal objetivo o fortalecimento das políticas estudantis dentro das Universidades brasileiras. Iniciando-se, assim, uma nova fase para debates sobre a Assistência Estudantil no Brasil.

Os estudos de Kowalski (2012, p. 144) reforçam “que a assistência estudantil, mesmo não dispondo de uma operacionalização básica para a atuação profissional, hoje se configura como uma política social, cuja institucionalização no país deve-se em parte ao FONAPRACE juntamente com outras entidades não governamentais. Sobre o FONAPRACE, Martins (2020, p. 40) salienta que “em 2001, foi elaborado o Plano Nacional de Assistência Estudantil e em 2007, junto com o MEC, iniciou-se o processo de criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)”.

Dessa forma, em 2007 foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), via Portaria nº 39 do Ministério da Educação, (Brasil, 2007), e em dezembro de 2010 a referida Portaria foi ampliada e transformada em Decreto Presidencial nº 7.234 de 19 de julho de 2010, dispondo oficialmente sobre Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e seus eixos de atuação nas Instituições Federais de Ensino superior (Brasil, 2010).

No entendimento de (Silva, 2018, p. 26) ao criar a Política de Assistência Estudantil e a formulação de suas ações é preciso que seja observado “o caráter assistencial desta política e não as práticas assistencialistas”. No sentido de que as ações executadas pela política tenham como fundamento a dimensão do direito

garantido em lei “da educação como um direito de todos e dever do Estado e da Família” (Brasil, 1988).

Para Vasconcelos (2010, p. 609) a “Assistência Estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico”. A política de Assistência Estudantil surgiu como eixo estratégico para redução da evasão com ações voltadas para permanência e êxito dos estudantes, como resposta de uma inclusão social efetiva e, também, para atender a uma necessidade de permanência dos estudantes dos Institutos Federais.

O Artigo 4º do Decreto nº 7.234/2010 traz em seu texto que a competência legal para a execução das ações de assistência estudantil seria implementada pelas instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dessa forma, considerando suas especificidades, suas áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão bem como aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (Brasil, 2010).

Apesar de o PNAES ser um Programa no âmbito federal, sua execução é descentralizada e cada Instituição tem autonomia orçamentária para utilização dos recursos disponibilizados, de acordo suas especificidades locais. Após a instituição do PNAES em 2010, foi criada a Lei Nº 14.914 de 3 de julho de 2024 que estabeleceu a Política Nacional de Assistência Estudantil com o objetivo de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal (Brasil, 2024).

Dessa forma, a Política Nacional de Assistência Estudantil compreende os seguintes programas:

I - Programa de Assistência Estudantil (PAE), II - Programa de Bolsa Permanência (PBP), III - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases), IV - Programa Estudantil de Moradia (PEM), V - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate), VI - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir), VII - Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe), VIII - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB), IX - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS), X - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), XI - Benefício Permanência na Educação Superior, XII - oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (Brasil, 2024).

Vale salientar que o Decreto Presidencial nº 7.234 de 19 de julho de 2010

dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e seus eixos de atuação. Já a Lei Nº 14.914, de 3 de julho de 2024 dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como uma Política de Estado (Brasil, 2024). Nesse sentido, a nova lei não revoga o decreto, mas o complementa visando a ampliação e a garantia de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal.

1.2 A Assistência Estudantil no EMI com as primeiras ações no IFAM

Tomando como referência as características da Assistência Estudantil como forma de proteção e garantia de permanência e êxito dos estudantes do Ensino Médio Integrado, a partir desse momento é importante compreender a relação existente entre EMI e Assistência Estudantil, primeiras práticas implantadas como forma de auxílio aos estudantes e a forma de assistencialismo na origem das ações. Partindo-se dessa premissa, a pesquisa fará um resgate histórico da EPT e da assistência estudantil em suas origens até o momento atual no IFAM.

A história da Educação Profissional no Brasil, segundo Ramos (2014, p. 24), tem sua origem dentro de uma concepção assistencialista com a finalidade de atender “os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, isto é, crianças e adolescentes vindas das classes sociais menos favorecidas. O marco referencial para a criação da Rede Federal deu-se no ano de 1909 por meio do Decreto Lei 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente da República Nilo Peçanha, sendo criadas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices no Brasil (Melo, 2009; Santos, 2019).

O Decreto Lei 7.566/1.909 mostra que a finalidade das Escolas era “habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (Brasil, 1909). Santos (2019, p. 31) salienta que o texto de Lei tem “um aspecto de cunho social, com uma retórica carregada de preconceitos, assim como foram por anos tratadas as políticas públicas direcionadas para as camadas mais pobres no Brasil, dentre elas a educação”.

Da mesma forma Cechin e Pilatti (2004, p. 32) salientam que a linguagem paternalista utilizada no Decreto sugere uma proteção ao menor e demonstra uma ajuda para quem precisa, no entanto, segundo os autores “por trás do que parece ser uma preocupação genuína e humana, o que está posto é a criação de uma espécie

de educação de segunda categoria, a educação para os desprovidos da sorte, uma espécie de segregação estrutural”.

O referido Decreto mostra a concepção da Educação Profissional no início do século XX como ferramenta de inserção dos menos favorecidos para o mercado de trabalho. O comentário de Cechin e Pilatti (2004) bem como de Santos (2019) sinalizam uma crítica, uma dualidade na educação, pois ao contrário de promover uma inclusão social com igualdade de oportunidades, o texto de lei reforça uma exclusão social para os mais vulneráveis na época.

Os estudos de Cavalcante (2023) apontam que as Escolas de Aprendizes e Artífices eram direcionadas para crianças e jovens na faixa de idade entre 10 a 13 anos, desse modo, atuando na formação de Mestres e contramestres através de diversas oficinas como as de mecânica, marcenaria, alfaiataria, carpintaria, serralheria, dentre outras. Segundo Cavalcante (2022, p. 23) as escolas “tinham como fim que essas crianças e jovens ingressassem no mercado de trabalho não necessitando progredir nos estudos”.

No Estado do Amazonas, na contextualização de Mello (2009, p. 23), a primeira Escola de Aprendizes Artífices foi instalada na data de 1 de outubro de 1910. A autora salienta que o estabelecimento da Escola “peregrinou por vários ambientes improvisados e inadequados até chegar a seu atual prédio”, que hoje é o Campus Manaus Centro (CMC). Dessa forma, as primeiras ações de assistência aos estudantes no Estado datam do início do século XX com a regulamentação e início das Escolas de Aprendizes e Artífices em Manaus.

A Escola surgiu em meio a um contexto histórico em que o Estado se encontrava em uma economia estagnada e enfraquecida, devido a decadência da borracha, que fora a principal fonte econômica da época. Mello (2009) destaca que naquele contexto foram criados programas assistenciais voltados para os estudantes e desenvolvidos na Instituição, dentre eles estão: a Caixa de Mutabilidade criada pelo Decreto n 9.070 de 1911, que ofertava uma quantia em valores para os alunos do primeiro ao quarto ano, pela frequência nas aulas.

E a Caixa Escolar, órgão de ajuda e assistência ao educando, criada na Escola Técnica de Manaus (ETAFAM), que atendia aos estudantes carentes com doação de fardamento, material didático, óculos, atendimento médico ou dentário e medicação, sendo que essas ações foram extintas na década de 1960 e voltando a funcionar a partir da década de 1980 como Bolsa de Estudo alimentação, transporte e demais

bolsas inseridas a partir de 1982.

Segundo os estudos de Melo (2009), a criação das ações voltadas para as Bolsas de Estudos foi regulamentada por meio do Decreto nº 8.598 de 08 de janeiro de 1946, sendo que as referidas bolsas eram ofertadas para os estudantes das Escolas de Ensino Industrial da Rede Federal. Além da concessão das bolsas, o referido Decreto, também, regulamenta a forma de internato da Escola Técnica Nacional.

A autora destaca em seus estudos que dentre essas ações de assistência ao estudante, também, houve ações com o apoio de docentes e técnicos dos Institutos, como a criação no ano de 1983, por decisão do ex-Diretor Jorge Humberto Barreto da Associação Beneficente dos alunos Dom Milton Corrêa Pereira, da oferta de uma sopa diária para os alunos do turno diurno e do turno noturno. Esse modo de colaboração era feito através de uma ajuda financeira e espontânea entre técnicos e docentes.

Sobre as primeiras ações no Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI), (Mello, 2009, p. 180) enfatiza que elas aconteceram “a partir do ano de 2007 por sugestão do Diretor da Unidade de Ensino Descentralizado de Manaus (UNED-Manaus), Prof. José Carlos Nunes de Mello” assim sendo, foi criado o Projeto Alimentando o Saber, que visava atender aos alunos cadastrados no Setor de Serviço Social e que necessitasse estar nos dois turnos no Campus.

As características elencadas no texto apontam para as primeiras formas de auxílio e apoio aos estudantes carentes das Escolas Federais de Ensino no Estado do Amazonas. Dessa forma, com o decorrer dos tempos até a promulgação da CRFB de 1988 as ações foram sendo formadas para apoiar os estudantes, objetivando mantê-los na escola em uma perspectiva voltada para ações pontuais de cunho assistencialista e sem políticas públicas de garantia de direitos.

O processo de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia foi consolidado a partir do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007 e através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O Decreto nº 6.095/2007 estabeleceu as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, com a finalidade de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET no contexto da Rede Federal de Educação Tecnológica (Brasil, 2007).

Desse modo, o referido decreto veio legalizando a formalização da agregação a Rede Federal das antigas Instituições de Educação Profissional que foram: os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, as Escolas Técnicas Federais

- ETF, as Escolas Agrotécnicas Federais – EAF, também, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizados em um mesmo Estado (Brasil, 2007).

Já a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Desse modo, definindo sua estrutura bem como sua abrangência. Nesse sentido, foram criados trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em dezenove Estados existentes no País (Brasil, 2008).

Os Institutos Federais (IF) foram formados como parte de uma tática do Governo Federal de expansão, interiorização e democratização do ensino técnico e tecnológico no Brasil. Com a criação dos Institutos Federais houve um aumento na forma de acesso à Instituição, no entanto, o acesso sozinho não garante a permanência, pois muitos estudantes que ingressam na Instituição são originários de famílias de baixa renda e com dificuldades financeiras.

Para Vargas (2008) as dificuldades econômicas podem interferir na trajetória acadêmica dos estudantes de baixa renda, seja por meio da falta de recursos imprescindíveis para o acesso a bens e práticas culturais, ou pela necessidade de conciliar estudos e trabalho. Zago (2006, p. 22) enfatiza que para que haja uma democratização na educação é necessário “políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer, também, políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional”).

Segundo os estudos de Lopes (2021, p. 61) uma das características dos Institutos Federais é a política de expansão no sistema e as políticas afirmativas, mesmo assim, “o ingresso na instituição de ensino é apenas o início dos muitos percalços que o estudante enfrenta, entre eles, o desafio de permanecer na instituição e concluir com êxito seu curso”. Dessa forma, o Governo Federal por meio do Decreto nº 7.234, de 29/07/2010 criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil como forma de resposta às demandas dos Institutos Federais.

Segundo Prada e Surdine (2018) “os IFs contam com o Pnaes como um programa assistencial no âmbito da política de educação para melhorar a permanência dos estudantes”. Na contextualização de Medeiros (2020, p. 60) a efetivação do PNAES nos IFs “pode ser considerada um avanço nas políticas de assistência estudantil, pois busca não apenas viabilizar auxílio para alunos em

situação de vulnerabilidade social, mas propor, implantar e gerenciar ações de permanência de todos os alunos na Instituição”.

Sobre a implementação e execução das ações de assistência estudantil nos Institutos Federais, o Artigo 4º do Decreto nº 7.234/2010 traz em seu texto normativo que a responsabilidade para a implantação e execução das referidas ações seriam das instituições federais de ensino superior, assim sendo, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, “considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente” (Brasil, 2010).

Os Institutos Federais são Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (Brasil, 2008). Desse modo, os IFs têm como proposta a expansão do ensino técnico e tecnológico diferenciada, uma vez que promovem o ensino nos níveis básico, técnico e tecnológico, incluindo programas de formação e qualificação de trabalhadores, licenciaturas e cursos de pós-graduação lato e stricto sensu (IFAM, 2017).

Segundo Frigotto (2018, p. 43-44), no decorrer do século XX o projeto societário dominante da burguesia brasileiro tinha como objetivo a construção de uma sociedade capitalista dependente. Nesse viés, “a universalização da educação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia básica de qualidade efetiva, suporte da cidadania real e condição para formação nas universidades de quadros produtores de ciência e tecnologia, sempre foi um assunto menor”.

O surgimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas deu-se a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em sua criação foram integrados o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), que contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari, Também a Escola Agrotécnica Federal de Manaus (Zona Leste) e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira, interior do Amazonas (Melo, 2009; Santos, 2019).

Na atualidade o IFAM é composto por dezessete *Campi* que são eles: Campus Manaus Centro (CMC), Campus Manaus Distrito Industrial (CMDI), Campus Manaus Zona Leste (CMZL), Campus São Gabriel da Cachoeira, Campus Coari, Campus Lábrea, Campus Maués, Campus Parintins, Campus Presidente Figueiredo, Campus Tabatinga, Campus Eirunepé, Campus Humaitá, Campus Itacoatiara, Campus

Manacapuru, Campus Tefé, Campus Avançado Iranduba e Campus Avançado Boca do Acre (Maia, 2023).

A Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Amazonas, foi constituída de acordo com as diretrizes instituídas no Decreto nº 7.234, de 29/07/2010, na Lei nº 9.394, de 20/12/1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13/07/1990 e na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2024). Sua implementação no IFAM, segundo Maia (2023), aconteceu no ano de 2011, a partir da Resolução nº 13, e foi normatizada por meio da Portaria nº 1.000/2011 para que a Política fosse executada e aplicada no IFAM.

Atualmente a PAES no IFAM é constituída de acordo com o as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, a Resolução nº 001-CONSUP/IFAM, de 10 de janeiro de 2024, que institui a nova Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFAM. (IFAM, 2025). Dessa forma, tendo como fundamento legal a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 bem como o PNAES e suas Diretrizes Nacionais.

A Política no Estado tem seu trabalho desenvolvido pela Pró-Reitoria de Ensino, no Departamento de Assistência Estudantil (DAES), que atua como ente central da Política no IFAM. Já no Campus Manaus Distrito Industrial o setor responsável pelas ações da Assistência Estudantil é a Diretoria de Ensino e a Coordenação Multiprofissional de Assistência e Saúde (CMAS), formada pelos profissionais de Serviço Social, Nutrição, Pedagogia e Psicologia.

No CMDI o Setor de Serviço Social é o responsável pelo lançamento do Edital de benefícios do Grupo 1 e pela condução do processo de seleção de alunos (IFAM, 2025). Sobre a operacionalização da Política da Assistência Estudantil no IFAM, acontece de forma sistêmica, desse modo, respeitando a constituição de uma equipe mínima de trabalho na Reitoria e nos campi: Assistente Social, Psicólogo (a) e Pedagogo(a), sendo os responsáveis pela operacionalização nomeados por meio de portaria autorizada pela Direção Geral do Campus (IFAM, 2025).

Segundo Maia (2023, p. 31) “a PAE do IFAM justifica-se pela necessidade de investimento incisivo e garantia ao direito de gratuidade do ensino, para intervir nas vulnerabilidades sociais”. A PAES no IFAM, busca promover o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica e tem como princípios:

I – A democratização do acesso permanência e êxito dos(a) estudantes, prioritariamente para aqueles que se encontram em vulnerabilidade social; II – A ênfase nas necessidades sociais e humanas dos (a) estudantes as quais garantam condições de equidade para acesso, permanência e êxito; III – Compromisso com a educação de qualidade, inclusão, acessibilidade, integração e diversidade; IV – Primazia do atendimento às necessidades socioeconômicas, psicossociais e pedagógicas que interfiram no processo de ensino e aprendizagem; V – Transparência nos critérios de acesso à PAES/IFAM, e na utilização dos recursos públicos; VI – Incentivo à participação dos(a) estudantes, docentes e Técnicos Administrativos em Educação (TAES) por meio de instâncias próprias de cada campus na formulação, monitoramento e avaliação das ações desta Política; VII – Garantia do direito de aprendizagem, por meio da integração entre o ensino, pesquisa e extensão; VIII – Compromisso com a formação humana integral; IX – Respeito à dignidade do sujeito, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como, a convivência escolar e comunitária; X – Equidade no acesso ao atendimento pela PAES; XI – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pela instituição e dos critérios para seu acesso; XII – Ampliação das condições de continuidade e apoio à formação de estudantes do IFAM; XIII – Participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios; e XIV – Incentivo a projetos de extensão e pesquisa que visem contribuir para a permanência e êxito dos/as estudantes (Brasil, 2024).

O Artigo 7º da Resolução Nº 001/CONSUP/IFAM, de 10 de janeiro de 2024 que aprovou a revisão da Política de Assistência Estudantil no IFAM, traz em seu texto de lei que as ações da Política deverão ser desenvolvidas por meio de três grupos, conforme listados abaixo:

GRUPO 1: consiste em ações prioritárias direcionadas a prestação de serviços ou concessão de benefícios estudantis, visando a inclusão social e impacto na permanência e desempenho acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, sendo responsável pela oferta dos benefícios conforme mostrados a seguir (Brasil, 2024).

Quadro 1 - Lista de Benefícios da PAES - Grupo 1

Moradia estudantil	Consiste no repasse mensal para os estudantes regularmente matriculados e frequentando um dos cursos do IFAM, para complementar as despesas de moradia/aluguel dos estudantes procedentes de localidades diferentes ou distante do município sede do campus, prioritariamente, aquele/aquela em situação de vulnerabilidade social;
--------------------	---

Alimentação	Consiste na oferta de alimentação escolar aos estudantes regularmente matriculados e frequentando um dos cursos do IFAM, prioritariamente, aqueles em situação de vulnerabilidade social. O benefício poderá ser ofertado na forma de serviço de alimentação ou via repasse parcial ou total mensal do valor, o qual deverá considerar para fins de cálculo de pagamento a carga horária e os dias letivos, conforme calendário acadêmico do campus;
Transporte	Consiste na oferta de transporte escolar com objetivo de contribuir para o deslocamento dos estudantes, no percurso residência/campus/residência. Na impossibilidade da oferta do serviço de transporte, o benefício poderá ser concedido via repasse mensal do valor, não sendo obrigatório cobrir o valor total dos gastos com transporte. Para o cálculo do valor mensal, deve-se considerar as tarifas diárias do transporte público, carga horária e os dias letivos, conforme calendário acadêmico do campus;
Creche	Consiste no repasse direto do valor do benefício a título de ajuda de custo para apoio aos estudantes que se encontram, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, que comprovadamente não possua apoio familiar, um responsável ou cuidador direto para seu (s) filho (s), com idade de até cinco anos e 11 meses, no turno em que frequenta o curso no IFAM;
Apoio pedagógico	Consiste no benefício que subsidiará custos relacionados aos materiais didáticos ou pedagógico de uso dos estudantes relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, podendo ser concedido sob a forma de: repasse direto aos estudantes ou distribuição semestral pelo campus do kit material didático-pedagógico e escolar.

Fonte: Adaptado de Brasil, (2024).

O Edital do Grupo 1 tem como objetivo atender, de forma prioritária, os estudantes que se encontram em um contexto de vulnerabilidade social, dessa forma, podendo participar do processo todo estudante que possua uma renda per capita de até um salário-mínimo, que esteja matriculado e com frequência regular em um dos cursos presenciais do IFAM em todos os níveis de modalidades de ensino” (IFAM, 2025).

GRUPO 2: é formado pelos Projetos de inclusão social pela educação, implementados de forma integrada com as atividades de ensino, pesquisa, extensão

e inovação, desse modo, com concessão de bolsas ou ajuda de custos aos estudantes, visando a democratização das condições de permanência e êxito dos estudantes e, assim, buscando reduzir os efeitos das desigualdades sociais e municipais. Dessa forma, tendo como linha de ação:

Quadro 2 - Linhas de ações da PAES - Grupo 2

a) Projetos que visem a participação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação para participação em ações educativas de estímulo ao desenvolvimento social e educacional;
b) Inclusão digital: Projetos que visem a participação de estudantes em ações educativas de estímulo ao desenvolvimento, acesso, aquisição e difusão das novas tecnologias digitais e assistivas;
c) Esporte: Projetos que promovam a inclusão social dos/as estudantes por meio da prática esportiva, visando a melhoria do rendimento acadêmico;
d) Cultura: Projetos que promovam a participação dos/as estudantes em atividades e ações culturais, visando a inclusão social ou melhoria no desempenho acadêmico dos estudantes.
e) Atenção à saúde: projetos que promovam atividades permanentes de apoio à educação, destinadas aos estudantes, sob a perspectiva da promoção, prevenção e proteção da saúde a serem desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais de cada campus, de forma pontual, em nível de baixa complexidade, incluindo atendimento inicial em urgência e emergência. Os casos de média e alta complexidade que demandam atendimento e acompanhamento contínuos e especializados deverão ser acolhidos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) ou convênio de saúde caso o(a) estudante possua;
f) Programas de Apoio Psicológico, na promoção de ações de orientação e acompanhamento de estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino, com o objetivo de mitigar situações geradoras de sofrimento psíquico, promovendo a saúde mental, no viés da psicologia escolar/educacional, colaborando assim no desempenho acadêmico e diminuindo índices de retenção e evasão;
g) Programas de Apoio Pedagógico, proporcionando a interligação entre os profissionais de ensino e os estudantes, numa perspectiva de construção de uma educação de qualidade e transformadora, contribuindo de maneira exitosa para a sua formação profissional e cidadã;

h) Programa de Apoio Acadêmico à Monitoria, consistindo em experiências educativas emancipatórias, voltadas para o aperfeiçoamento da formação acadêmica dos cursos no IFAM e fundamentada na defesa da igualdade de direitos ao acesso, permanência e êxito, por meio de execução de aulas de reforço aos discentes em processo de ensino e aprendizagem, diferenciados e individuais, necessários à apropriação de conceitos teórico/práticos de seu curso, permitindo a intervenção consciente na realidade.

Fonte: Adaptado de Brasil, (2024).

O Edital do Grupo 2 trata dos Programas Integrais que são projetos de inclusão social pela educação, implementados de forma integrada com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, atendendo aos alunos por meio da concessão de bolsas ou ajuda de custos aos estudantes, objetivando a democratização das condições de permanência e êxito dos estudantes, buscando reduzir os efeitos das desigualdades sociais (IFAM, 2024).

GRUPO 3: trata das ações extraordinárias e emergenciais como: ações destinadas aos casos fortuitos, de força maior, risco social, que estejam correlacionadas com as áreas de atendimento e objetivos da PAES/IFAM, serão analisadas, conforme demanda individual, por meio de parecer da equipe multiprofissional, evitando-se o conflito de competência de atendimento regular já ofertado pelo Campus, outros órgãos e ou entes federativos (Brasil, 2024).

Em síntese, as ações de Assistência Estudantil estabelecidas pela Política, devem ter como principal prioridade fundamental a viabilização da igualdade e da oportunidade, a formação humana integral como um dos princípios norteadores, desse modo, contribuindo para “a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes de situação financeira” (Vasconcelos, 2010, p. 613).

1.3 A Assistência Estudantil como elemento da formação humana integral

Após essa breve discussão sobre a Assistência Estudantil do assistencialismo a política pública bem como da Assistência Estudantil no Ensino Médio Integrado na Educação Profissional, com as primeiras ações no Instituto Federal do Amazonas até a sua normatização como política pública de direito, passaremos a tratar, a partir desse momento, sobre a Assistência Estudantil como elemento de formação humana integral no IFAM.

Os institutos Federais têm o compromisso com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de forma estruturada no atendimento de demandas econômicas, sociais e culturais nas regiões do País, o EMI representa um eixo central na oferta de cursos integrados voltados para jovens. É uma modalidade de ensino que articula uma formação técnica com uma formação geral voltada para a cidadania, para a ciência e para o mundo do trabalho.

Segundo os estudos de (Ciavatta, 2005, p. 85), a formação integrada como formação humana procura garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto o direito de obterem uma formação necessária “para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos”.

Os estudos de Ramos (2014) contextualizam que para a formação integrada do Ensino Médio Integrado ao ensino técnico, o que se almeja com a ideia de educação integrada é que a educação geral se torne parte indivisível da educação profissional em todo o contexto que acontece a preparação para o trabalho, ou seja, nos processos produtivos, nos processos educativos tais qual a formação inicial, no ensino técnico, no tecnológico ou no ensino superior.

Desse modo, conforme Ramos (2014, p. 87), buscando focar no “trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”. A organização curricular, por núcleos, dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFAM, traz o entendimento de dimensões integradoras do currículo como sendo: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. (IFAM, 2019).

De acordo com os estudos de Pacheco (2012) trabalho sendo compreendido como uma ação humana inerente ao ser, isto é, sentido ontológico, bem como uma realização econômica, isto é, sentido histórico ligado ao modo de produção; a ciência compreendida tal qual os conhecimentos criados pela humanidade que viabilizam o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que é equivalente aos valores éticos e estéticos que norteiam as normas de padrões sociais de uma sociedade.

O Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais é compreendido como uma das principais frentes de atuação dos IFs e se caracteriza como um elo para a formação humana integral na Educação Profissional. A oferta do Ensino Médio

Integrado no Instituto Federal do Amazonas alinha-se à proposta filosófica, pedagógica e política que preconiza a formação humana integral de jovens e adultos trabalhadores (IFAM, 2019).

A formação humana integral segundo o entendimento de Ramos (2014) é uma ideia de educação voltada para o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade referentes aos aspectos intelectuais, éticos, sociais, políticos, técnicos, culturais e que ultrapassa a lógica capitalista de formar pessoas tão somente para o mundo do trabalho, também, rompe com o entendimento fragmentado de uma educação que anula o saber fazer técnico do saber científico e cultural.

Segundo os estudos de Ramos (2014, p. 84) o conceito de “formação humana integral sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”. A contextualização feita por Ferreira e Azevedo (2020) traz o entendimento de formação humana integral “como a aquisição da autonomia frente à sociedade e frente às condições de escolha”.

Os autores consideram que a orientação profissional acontece no período da adolescência, período de mudanças e de várias escolhas, dentre elas a escolha profissional com foco de entrada no mundo do trabalho (Azevedo; Ferreira, 2020). Dessa forma, acredita-se que a orientação profissional pode ser utilizada como ferramenta para nortear os alunos no processo de desenvolvimento frente a formação integral.

O acesso dos estudantes ao Ensino Médio Integrado trouxe grandes desafios para a permanência destes na Rede Federal de Ensino. Segundo o Plano Estratégico de Ações de Acesso, Permanência e Êxito dos Discentes do Instituto Federal do Amazonas “compreende-se que o acesso é apenas uma parte dos pilares para a democratização, sendo crucial proporcionar a todos os estudantes as condições necessárias para permanecerem na escola e obterem sucesso acadêmico” (PAPE, 2023, p. 5).

A Assistência Estudantil assume um papel essencial como política de permanência e como um eixo de sustentação necessário no processo educativo. Ao garantir acesso a recursos primordiais para os estudantes, como alimentação, transporte e apoio pedagógico, a Assistência Estudantil busca concretizar um dos princípios da Política de Assistência Estudantil no IFAM, qual seja: compromisso com a formação humana integral no Instituto.

CAPÍTULO 2

Trajectoria metodológica adotada na pesquisa

O presente estudo foi construído a partir do entendimento de que a metodologia é o caminho do pensamento bem como da prática que é feita quando se aborda uma realidade, assim sendo, a metodologia inclui ao mesmo tempo “a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (Minayo, 2007, p. 14). Dessa forma, a metodologia constitui-se como um estudo de um meio para se chegar a um determinado fim.

Neste capítulo, apresentaremos a trajetória metodológica utilizada para a elaboração da pesquisa e construção de conhecimento sobre o tema abordado. Dessa forma, iremos destacar o delineamento do estudo incluindo a abordagem metodológica selecionada, universo da investigação, sujeito da pesquisa, amostra, métodos e instrumentos de coleta de dados e meios de análise dos dados aplicados, assim, assegurando de forma fundamentada o alcance dos objetivos propostos.

2.1 Tipo de pesquisa

Para o estudo e argumentação sobre a Assistência Estudantil na percepção dos alunos do EMI, esta dissertação adotou o tipo de pesquisa com abordagem qualitativa. Creswell (2014) salienta que a pesquisa qualitativa é usada para a exploração de um problema ou questão onde essa exploração é imprescindível para o estudo de um grupo ou população. Minayo (2007, p. 21) enfatiza que “a Pesquisa Qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”.

Nesse viés, por meio da abordagem qualitativa procuramos fomentar os objetivos da pesquisa com o propósito de fazermos um estudo mais aprofundado nos significados, uma vez que essa realidade não é visível, mas necessária para a interpretação dos dados coletados dos participantes durante a investigação. A pesquisa qualitativa trabalha em um universo onde predomina a subjetividade e a semântica atribuída pelos indivíduos.

Quanto aos objetivos da pesquisa, a investigação contemplou fins exploratórios

e descritivos. Gil (2021, p.32) conceitua que a pesquisa exploratória tem como objetivo oportunizar uma “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. No que tange a pesquisa descritiva, o autor salienta que esta tem a finalidade de descrever particularidades de uma população ou um fenômeno.

Para o delineamento dos procedimentos técnicos, compreensão do ambiente da pesquisa, do problema e dos objetivos da investigação utilizamos como estratégia o estudo de caso para o seu desenvolvimento. Segundo Gil (2021), esse meio de pesquisa constitui-se em um modo de estudo utilizado grandemente nas ciências sociais e que compreende uma investigação profunda e exaustiva, assim, considerando um ou poucos casos. Dessa forma, permitindo um conhecimento amplo e detalhado.

As análises feitas por Ludke e André (2012) trazem o entendimento de que quando surge a necessidade de investigar alguma coisa singular e com valor próprio, devemos optar pelo estudo de caso. Nesse sentido, a utilização do estudo de caso na investigação foi empregada para compreendermos de forma mais profunda as particularidades da Política de Assistência Estudantil na visão dos alunos beneficiados no processo de seleção.

2.2 Universo da Investigação

O lócus de nossa pesquisa foi o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas no Campus Manaus Distrito Industrial. O CMDI foi criado através da Portaria Ministerial nº 067 de 06.02.1987, com o objetivo de atender à demanda na área de formação técnica e superior da região. Dessa forma, recebeu o nome em sua origem de Unidade de Ensino Descentralizada de Manaus (UNED). Após a sua criação, o Campus teve suas atividades iniciadas a partir da Portaria nº 1.241, de 27.08.1992 (IFAM, 2024).

Já no ano de 2009, com a criação do Instituto Federal do Amazonas, a UNED foi nomeada como Campus Manaus Distrito Industrial e está localizada na Avenida Governador Danilo de Matos Areosa, 1731 - Distrito Industrial, Manaus/Amazonas. Devido sua localização privilegiada e dos cursos oferecidos, o CMDI possui grande atuação para parcerias com as Indústrias no Estado. O IFAM/CMDI tem como missão a viabilização de uma educação de excelência visando a formação do cidadão com

compromisso de desenvolvimento social, científico e tecnológico. (IFAM, 2024).

Na atualidade, o IFAM/CMDI procura ofertar dois cursos Técnicos de Nível Médio Integrado nas formas Eletrônica e Mecatrônica, um curso Técnico de Nível Médio Integrado na forma EJA - Logística, dois cursos Técnicos Subsequentes nas formas Automação Industrial e Eletrônica e seis cursos de Graduação, sendo eles: Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Computação, Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia em Eletrônica Industrial, Tecnologia em Mecatrônica Industrial e Tecnologia em Logística.

O Programa Socioassistencial Estudantil no CMDI faz parte da Política de Assistência Estudantil (PAES) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, conforme estabelecido pela Resolução N° 001/CONSUP/IFAM, de 10 de janeiro de 2024 e tem como finalidade a garantia de acesso, permanência e sucesso acadêmico aos estudantes em um contexto de vulnerabilidade social, dessa forma, proporcionando a inclusão, a equidade e o êxito acadêmico nos diversos níveis e formas de ensino oferecidos pelo CMDI.

A escolha pelo local da pesquisa aconteceu pelo fato de a pesquisadora ser servidora do CMDI e por trabalhar na operacionalização da Política. O desenvolvimento do Programa no CMDI acontece por meio da oferta de benefícios e construção de ações organizadas de acordo com a origem do atendimento bem como dos objetivos pedagógicos e sociais estabelecidos na política, onde esses objetivos estão divididos em três grupos, que são eles:

Grupo 1 das ações com a garantia das condições mínimas de permanência e desempenho acadêmico dos estudantes, priorizando, os alunos em um contexto de vulnerabilidade social. Grupo 2 dos Projetos Integrais voltados para ações incorporadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão e com a finalidade de promover cidadania, desenvolvimento de habilidades e participação social. Grupo 3 das Ações Emergenciais em situações de urgência ou agravamento que demandem um atendimento pontual, temporário e específico.

A operacionalização do Programa da Assistência Estudantil no CMDI é feita pela Coordenação Multiprofissional de Assistência e Saúde - CMAS, sob a supervisão da Diretoria de Ensino - DIREN, e contempla os setores de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Nutrição. O trabalho na coordenação é desenvolvido por meio de um planejamento anual elaborado considerando as demandas identificadas junto aos discentes.

O processo de seleção dos alunos na Assistência Estudantil acontece através da publicação de Editais que define os critérios de participação e os documentos que são exigidos na seleção. O edital traz como prioridade na seleção os estudantes vindos de escolas públicas, em situação de vulnerabilidade social e com renda per capita de até um salário-mínimo. O Setor de Serviço Social do CMDI é o responsável pela análise socioeconômica dos participantes e pela condução do processo de seleção no Campus.

Para permanecerem no programa os estudantes precisam estar com uma frequência regular e bom rendimento acadêmico durante o período de recebimento do benefício, conforme estabelece o Edital. O CMDI traz como prioridade a oferta dos benefícios alimentação, transporte e apoio pedagógico, uma vez que reconhece a política de benefícios como um importante meio de prevenção da evasão e permanência equitativa dos discentes na Instituição.

Para esta investigação foi definido o acompanhamento do Grupo 1 da Política de Assistência Estudantil referente ao EDITAL N° 02/2024/Campus Manaus Distrito Industrial - CMDI/IFAM que ofertou no ano de 2024 os benefícios alimentação e transporte com um total de 448 alunos deferidos, sendo que desse resultado 98 alunos faziam parte das modalidades EJA, Subsequentes e Graduação e 350 eram alunos do Ensino Médio Integrado.

2.3 Sujeitos da Pesquisa e Amostra

Objetivando uma visão mais abrangente do problema em questão, procuramos trabalhar com as duas turmas do Ensino Médio Integrado dos cursos Técnico de Nível Médio em Eletrônica e Técnico de Nível Médio em Mecatrônica do primeiro, segundo e terceiro ano. Nesse sentido, convidamos 30 alunos deferidos pelo EDITAL N° 02/2024/Campus Manaus Distrito Industrial - CMDI/IFAM.

Dos alunos convidados, tivemos 25 que aceitaram participar da entrevista e dez alunos que aceitaram participar da roda de conversa. A escolha pela amostra justificase pelos critérios de serem alunos atendidos pela Assistência Estudantil no CMDI, pelo contexto social de fragilidade que fora apresentado pelos estudantes no processo de seleção, por estarem vivenciando a trajetória acadêmica no Campus e, também, por caracterizarem a realidade da investigação.

2.4 Coleta de dados

Para o desenvolvimento desta dissertação e construção do Produto Educacional tomamos como referência os objetivos específicos da investigação, dessa forma, organizamos a coleta de dados da seguinte forma:

Inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico onde os dados foram obtidos mediante consulta aos sites *Google acadêmico*, *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* e *Capes*. Também foram feitas consultas a livros que abordam a temática. Gil (2021, p. 43) salienta que o levantamento bibliográfico tem como objetivo “proporcionar a familiaridade do pesquisador com a área de estudo na qual está interessado, bem como sua delimitação”. Os dados obtidos foram organizados de acordo com o tema e grau de importância.

Em um segundo momento, foi utilizado a pesquisa documental. Gil (2008, p. 51) enfatiza que a pesquisa documental se refere a “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Severino (2007) contextualiza melhor esses documentos como conteúdo primário, jornais, fotos, gravações e documentos legais. Dessa forma, foram analisados documentos Institucionais do Setor de Serviço Social e do Setor de Controle de Registro Acadêmico do CMDI.

Para uma maior compreensão do fenômeno estudado bem como para atender ao primeiro objetivo da pesquisa, foram utilizados dados quantitativos com a finalidade de conhecer o perfil socioeconômico dos alunos selecionados através do EDITAL N° 02/2024/ Campus Manaus Distrito Industrial - CMDI/IFAM, como mostrado no capítulo seguinte e no item conhecendo o aluno da Assistência Estudantil no Campus.

Inicialmente, pensou-se em coletar os dados apenas dos alunos entrevistados para atender ao primeiro objetivo da pesquisa, no entanto verificou-se a necessidade de utilizar dados extraídos do questionário socioeconômico do processo de seleção da Assistência Estudantil referente ao ano de 2024 e também utilizar dados do setor de Registro Acadêmico (CRA) dos alunos matriculados no ano de 2024, para cumprir o primeiro objetivo da pesquisa.

Já em um terceiro tempo, para identificar a percepção dos alunos sobre a Política de Assistência Estudantil utilizou-se a técnica de entrevista. Segundo Gil (2008, p. 110) a entrevista é considerada uma técnica fundamental em uma investigação, uma vez que “possibilita a obtenção de dados referentes aos mais

diversos aspectos da vida social”. Marconi e Lakatos (2003, p. 195) salientam que é uma técnica utilizada na investigação social usada para a “coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”.

Nesse viés, objetivando a aplicação da entrevista, em um primeiro momento, foi feita uma abordagem via *WhatsApp* com os representantes das turmas dos dois cursos, mediante a anuência do Coordenador substituto do Departamento de Ensino Técnico (DET). Dessa forma, através dos representantes de turma, durante o mês de dezembro conseguimos reunir, de forma intercalada, em uma sala reservada e durante o intervalo dos alunos no CMDI, vinte e cinco alunos que concordaram em participar da pesquisa.

Durante os encontros e abordagens, foi explanado para os estudantes sobre a pesquisa, a metodologia utilizada e os objetivos propostos. Foi explicado que a participação deles não era obrigatória e se por alguma razão alguns dos participantes se sentissem desconfortáveis ou constrangidos, em algum momento durante a pesquisa, estes poderiam ficar à vontade para não estar participando de nenhuma, de apenas uma ou das duas etapas da pesquisa. Durante os encontros e abordagens foi solicitado o contato do *WhatsApp* dos estudantes presentes naquele momento.

Para os estudantes maiores de dezoito anos de idade foi entregue em duas vias o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, Apêndice A, para que os alunos lessem e caso concordassem poderiam estar assinando. Já para os menores de dezoito anos foi entregue o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido TALE- Apêndice B, onde constava autorização e assinatura do aluno e do responsável legal, e foi solicitado que após leitura, autorização e assinatura, o Termo fosse devolvido.

Quanto a ética na pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas na data 04/07/2024 e com o número da CAAE 81443624.1.0000.8119, sendo aprovado na data de 19/07/2024, conforme registrado no Parecer Consubstanciado n.º 6958127. E para finalizar a técnica de coleta de dados, objetivando entender quais as contribuições de melhoria poderiam ser criadas para as ações da Assistência Estudantil e elaboração do Produto Educacional, assim, aplicou-se a Roda de Conversa.

Sobre a técnica de entender a Roda de Conversas como uma metodologia participativa e dialógica, Pinheiro (2020, p. 4) em seus estudos enfatiza que “a utilização de rodas de conversa é estabelecida sob o propósito de dar voz aos sujeitos, nesse sentido, tendo como objetivo possibilitar sua participação efetiva no processo à

medida que lhes são facultadas falas dialógicas pelas quais se espera o aporte de seus saberes”.

Os estudos Warschauer (2001, p. 179) trazem o entendimento de que conversar não apenas fortalece a capacidade de desenvolver habilidade de argumentação lógica, segundo o autor, também, “implica as capacidades relacionais, as emoções, o respeito, saber ouvir e falar, aguardar a vez, inserir-se na malha da conversa, enfrentar as diferenças, o esforço de colocar-se no ponto de vista do outro etc”.

Verifica-se que o diálogo e escuta oportunizado pela Roda de Conversa possibilita a construção e reconstrução de conceitos e argumentos, frente a um tema apresentado, uma vez que incentiva a participação e a reflexão sobre um tema proposto. Baldiati (2022) salienta que a roda de conversa propõe diferentes perspectivas, o que torna essa metodologia rica em dados a serem analisados pelo investigador na coleta de dados.

Desse modo, a roda de conversa foi feita em uma sala de aula reservada durante intervalo de aula e contou com a participação de dez alunos do Ensino Médio Integrado na data de 19 de dezembro de 2024. Nesse sentido, os dados coletados através da Roda de Conversa foram organizados a partir das gravações feitas em áudio durante o trabalho com os alunos, em seguida foram transcritos pela pesquisadora e posteriormente analisados.

2.5 Análise dos dados

Para a análise e interpretação dos dados qualitativos da pesquisa, utilizamos o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Segundo a autora, a análise de conteúdo é definida como um conjunto de técnicas, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos que permitem a inferência de conhecimentos, dessa forma, oportunizando um delineamento mais amplo na pesquisa (Bardin, 2011). Já os dados quantitativos, que ilustram o perfil dos alunos, foram utilizados apenas para uma complementação de informação visando maior compreensão do fenômeno estudado.

As transcrições das entrevistas e anotações da Roda de conversa foram organizadas em categorias, temas como unidades de registro e subcategorias de acordo com as perguntas e questionamentos orientadores. Dessa forma, sendo a análise de conteúdo feita de forma sistêmica e seguindo as três fases segundo Bardin

(2011), quais sejam: a fase de pré-análise, a fase de exploração do material e a fase de tratamento de dados.

A pré-análise envolveu a fase de organização e sistematização das ideias iniciais da pesquisa. Assim, foi realizado a princípio uma leitura dinâmica do material onde buscou-se fazer uma sistematização das ideias iniciais para um desenvolvimento posterior do estudo. Também para a garantia de uma amplitude expressiva do material analisado, buscou-se seguir os parâmetros de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

A fase de exploração do material compreendeu a fase de preparação do corpus da pesquisa. Dessa forma, procurou-se fazer uma análise aprofundada no material de estudo para a determinação de categorias e elementos temáticos das narrativas. Assim, foram elaborados quadros e gráficos com as categorias de Análise permitindo, desse modo, um entendimento do contexto apresentado e uma fundamentação básica para o estudo subsequente.

E por fim a fase de tratamento de dados, onde aconteceu a interpretação e a proposição de inferências dos dados coletados tomando como base o referencial teórico da pesquisa e a fala dos estudantes. Dessa forma, foram construídas as categorias de análise obtidas na transcrição das entrevistas e anotações das rodas de conversas, ou seja, uma organização sistemática do material apresentado e assim transformados em unidades de significados.

A metodologia de Bardin (2011) para este estudo trouxe um entendimento aprofundado sobre as percepções dos estudantes a respeito do tema abordado, uma vez que definiu temas e categorias relevantes que surgiram das falas dos alunos onde foi revelado insights valiosos durante a pesquisa. Nesse sentido, logo após a análise dos resultados da investigação foi possível propor o produto Educacional, voltado para os alunos do Ensino Médio Integrado sobre a Política de Assistência Estudantil.

CAPÍTULO 3

O percurso da assistência estudantil no IFAM

Neste capítulo discutimos os resultados das análises da investigação visando atender aos objetivos específicos da pesquisa. Dessa forma, o primeiro item faz uma abordagem sobre o perfil socioeconômico dos alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil no Campus. O Segundo item apresenta a percepção que os alunos beneficiados têm sobre a Política Assistência Estudantil no IFAM e finalmente o terceiro item aponta as contribuições dos alunos para a melhoria das ações na PAES e para a elaboração do Produto Educacional.

3.1 Conhecendo o aluno da Assistência Estudantil no Campus

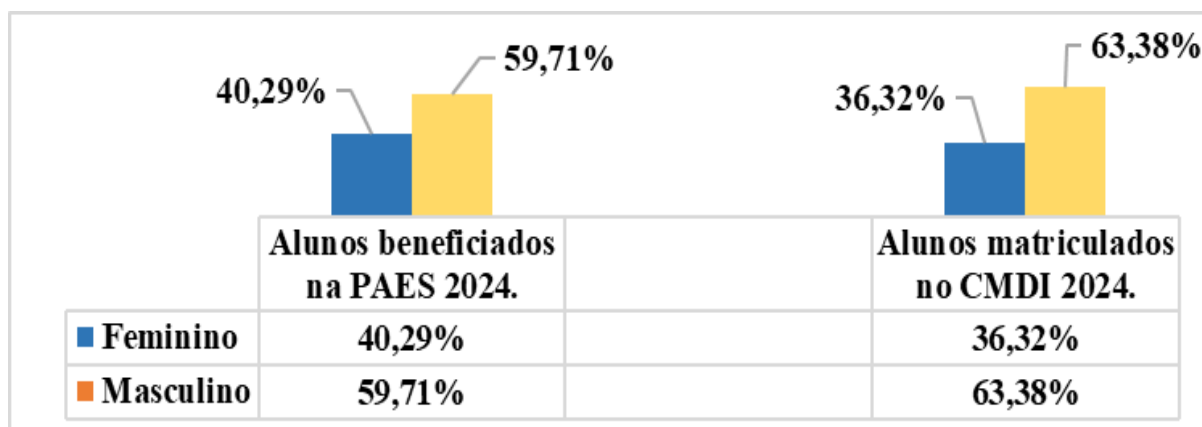
Conhecer o perfil dos alunos beneficiados pela Política de Assistência Estudantil no EMI é condição imprescindível para o planejamento de políticas de educação e ações pedagógicas que venham a fomentar as necessidades acadêmicas durante a trajetória dos estudantes na Instituição. Para isso, a pesquisa se propôs a investigar as particularidades demográficas e socioeconômicas dos estudantes beneficiados na Assistência Estudantil de modo a contribuir para uma melhor contextualização da investigação e maior entendimento do grupo estudado.

Após a autorização do Diretor do Campus para a realização da pesquisa buscou-se no Setor de Serviço Social do CMDI os documentos referentes ao processo de seleção da Assistência Estudantil realizado no ano de 2024, também, para uma melhor contextualização da pesquisa e do objetivo proposto, foram utilizados dados de matrículas do Setor de Controle de Registro Acadêmico (CRA) do Campus, referentes ao ano de 2024.

Dessa forma, os dados extraídos do Questionário Socioeconômico do Setor de Serviço Social e os dados de matrículas do CRA, como instrumentos de pesquisa utilizados, trouxeram informações demográficas e socioeconômicas dos estudantes atendidos pela Política de Benefícios. Fornecendo, assim, uma visão mais ampla dos alunos e proporcionando para a pesquisa o cumprimento do primeiro objetivo da investigação, qual seja: o de conhecer o perfil socioeconômico dos alunos do EMI atendidos pela Política de Benefícios no Campus.

Com base nos dados obtidos através da investigação o (Gráfico 1) mostra o sexo dos estudantes atendidos pela Assistência Estudantil e dos alunos matriculados no ano de 2024 no CMDI.

Gráfico 1 - Perfil de Sexo dos alunos atendidos pela PAES e dos alunos matriculados no ano de 2024.



Fonte: Adaptado do questionário socioeconômico PAES (2024) e dados do CRA do CMDI.

Na análise de dados referentes ao sexo dos alunos, observamos que dos 350 alunos contemplados pela Assistência Estudantil 40,29% dos alunos atendidos pela Política são do sexo feminino e a maior parte dos estudantes, ou seja, 59,71% são do sexo masculino. Já para os universos de 468 alunos matriculados no Ensino Médio Integrado no ano de 2024 no Campus (CMDI, 2024), constatou-se que 36,32% dos estudantes são do sexo feminino e que a maioria dos alunos, 63,38%, são do sexo masculino, CMDI (2024).

Quando relacionamos o universo dos alunos matriculados no Campus com o universo dos estudantes atendidos pela Assistência Estudantil, verificamos que as informações nos dados apresentados não se contradizem, mas se coadunam indicando que há uma prevalência de estudantes do sexo masculino tanto para os alunos beneficiados pela Assistência Estudantil quanto para os alunos matriculados no período de 2024 no CMDI.

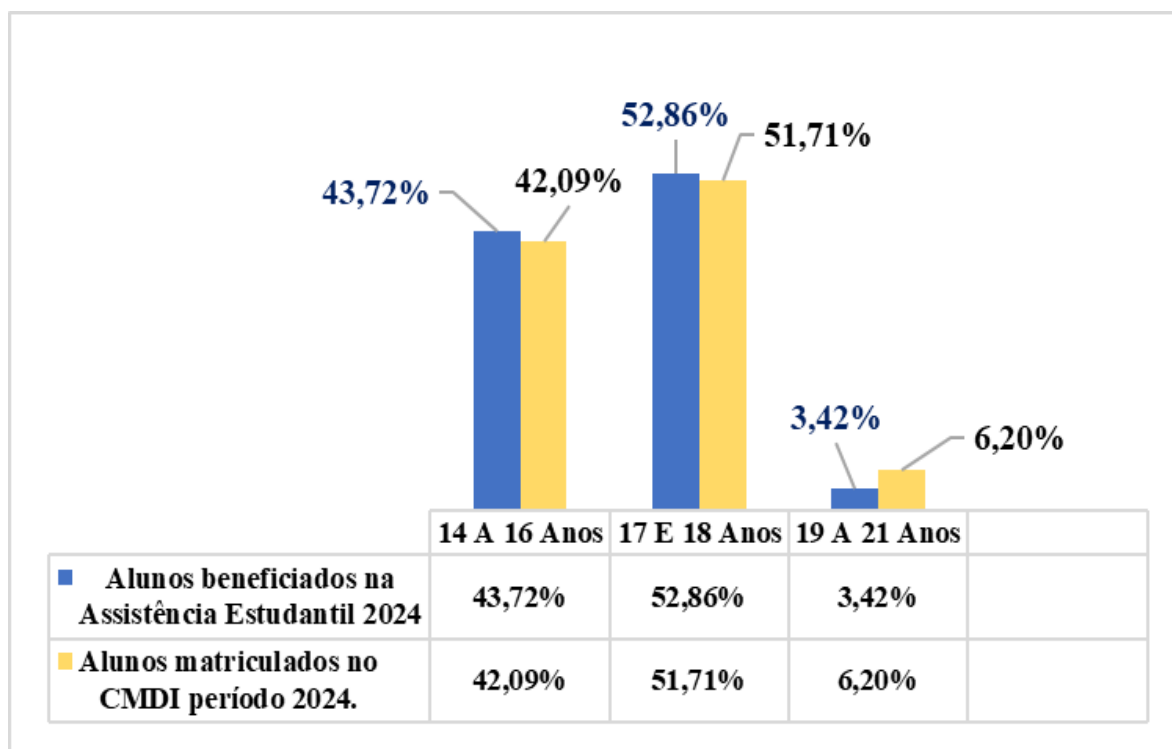
Incerti e Casa Grande (2020), salientam que o predomínio de estudantes do sexo masculino em cursos técnicos no EMI pode ser atribuído a um arranjo de fatores sociais, culturais e históricos. Os referidos autores afirmam que as relações sociais e econômicas estão inseridas em espaços dinâmicos e de mudanças que assinalam grandes desafios ao processo educacional. Desse modo, podendo refletir em uma

desigualdade social entre os jovens.

Nesse viés, entender a dinâmica que permeia o movimento de ingresso de alunos do sexo masculino e feminino no Ensino Médio Integrado, para a elaboração de políticas na educação, torna-se uma condição essencial na formação profissional do aluno, uma vez que a Educação Profissional e Tecnológica é considerada uma oportunidade de ensino profissionalizante capaz de inserir os estudantes no mercado de trabalho.

No que se refere a faixa da idade dos alunos beneficiados pela Assistência Estudantil bem como a faixa de idade dos alunos matriculados no Campus no ano de 2024, o (Gráfico 2) apresenta os seguintes dados.

Gráfico 2 - Idade dos alunos atendidos pela PAES e dos alunos matriculados no CMDI no ano de 2024.



Fonte: Adaptado do questionário socioeconômico PAES (2024) e dados do CRA (2024).

Do total dos alunos atendidos pela Política de Benefícios no Campus 43,72% dos estudantes encontram-se na faixa etária entre 14 a 16 anos, enquanto 52,86% estão na faixa de idade de 17 e 18 anos e 3,42% apresentam-se no intervalo de idade entre 19 a 21 anos. No que tange aos alunos matriculados no CMDI no ano de 2024, a pesquisa mostrou que do número de estudantes com matrícula no referido ano,

42,09% encontram-se com idade entre 14 a 16 anos, já 51,71% estão com a idade de 17 e 18 anos e que 6,20% representam a faixa etária entre 19 a 21 anos.

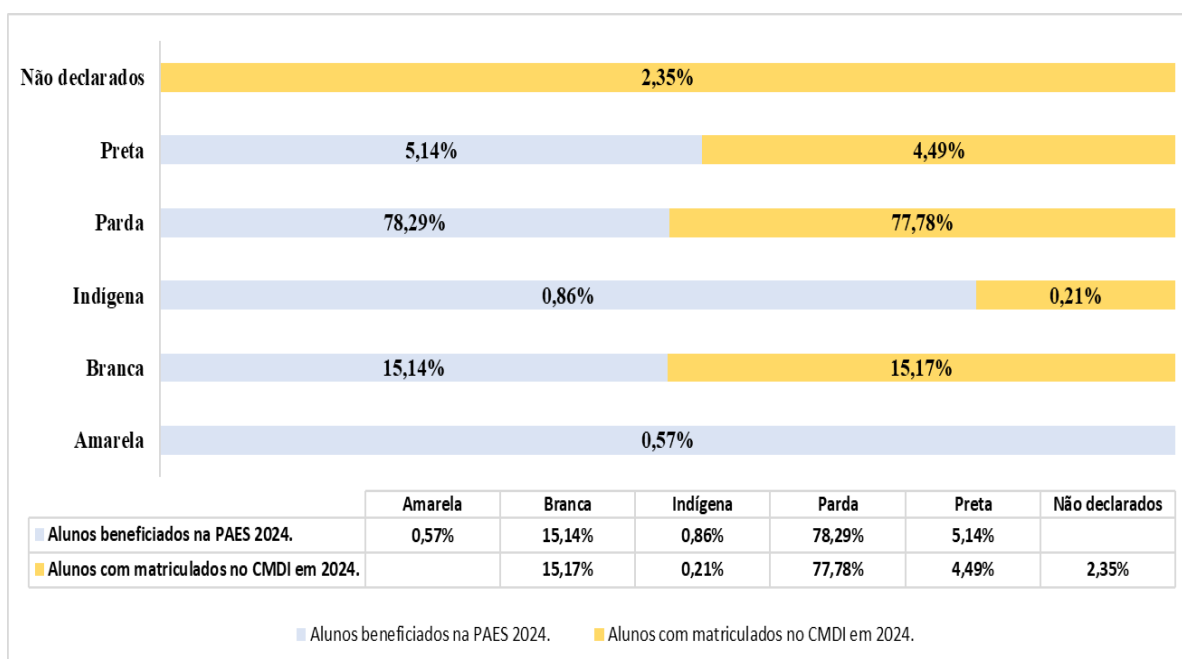
Fazendo uma associação entre o universo dos dados dos estudantes atendidos pela PAES com o universo dos dados dos alunos matriculados no período de 2024, verificamos que as informações se coadunam, ou seja, a mesma realidade se repete nos dois casos como maioria para ambas as faixas etárias de 17 e 18 anos. Nesse viés, podemos inferir que o maior índice de vulnerabilidade socioeconômica da PAES contempla a faixa de idade de 17 e 18 anos, bem como de que essa faixa, também, contempla a maior parte dos alunos matriculados em 2024.

Os jovens do EMI simbolizam uma heterogeneidade de experiências e identidades e encontram-se em um contexto de transformação e crescimento pessoal, também, considerada como, segundo Xavier (2025) fase de formação de identidades, visão de planejamentos futuros e inserção social. Para um melhor entendimento sobre os jovens que compõem o EMI é necessário marcar algumas singularidades como a sua inserção no conceito de juventude, que é preconizado para o universo de pessoas que têm entre 15 a 29 anos, Brasil (2021).

O termo juventude possui uma definição multifacetada, uma vez que essa conceituação não abrange apenas uma faixa etária, mas também uma série de experiências sociais, culturais e econômicas estabelecidas ao longo dos tempos. Em concordância com Xavier (2025) essa pesquisa adota uma perspectiva que reconhece a juventude como um estado plural que é marcado por várias experiências, percursos e situações que englobam múltiplos componentes como idade, gênero e classe social.

A compreensão sobre as condições que envolvem a fase juvenil faz o conceito de juventude requerer a pluralização do termo para juventudes, no sentido de determinar realidades heterogêneas encontradas nesse grupo juvenil (Castro *et al.*, 2020). A expressão juventudes, segundo Sposito, Souza e Silva (2018), também pode ser entendida como uma metáfora que nomeia desigualdades e diversidades sociais. Dessa forma, os autores utilizam uma figura de linguagem dando ênfase à complexidade e à heterogeneidade desse período vivido pelos jovens.

Gráfico 3 - Cor/Etnia dos alunos atendidos pela PAES e dos alunos matriculados no CMDI no ano de 2024.



Fonte: Adaptado do questionário socioeconômico PAES (2024) e dados do CRA 2024.

No que tange aos dados referentes à cor/etnia, o (Gráfico 3) trouxe o resultado acima, que no entendimento de Garbin e Prates (2017) no próprio campo da contemporaneidade há uma construção de juventudes plurais que produzem significativas mudanças nos sujeitos, bem como nas instituições responsáveis pela formação desses jovens onde a escola é um exemplo. Nesse sentido, as juventudes são múltiplas sendo marcadas por várias diferenças sociais e essa ideia pode mudar a forma como se olha para os jovens nas escolas

A pesquisa mostrou que dos alunos beneficiados com a Assistência Estudantil, 0,57% se identificam como de cor amarela, já 15,14% como de cor branca e que 0,86% como indígenas, a maior parte da população de alunos da Política 78,29% se autodeclararam de cor parda e 5,14% se identificam como de cor preta. Já para os alunos matriculados no Campus, os dados mostram que 15,17% se identificam como de cor branca, que 0,21% como indígena, a maioria 77,78% se autodeclararam pardos, que 4,49% se identificam como de cor preta e 2,35% de alunos não declarados.

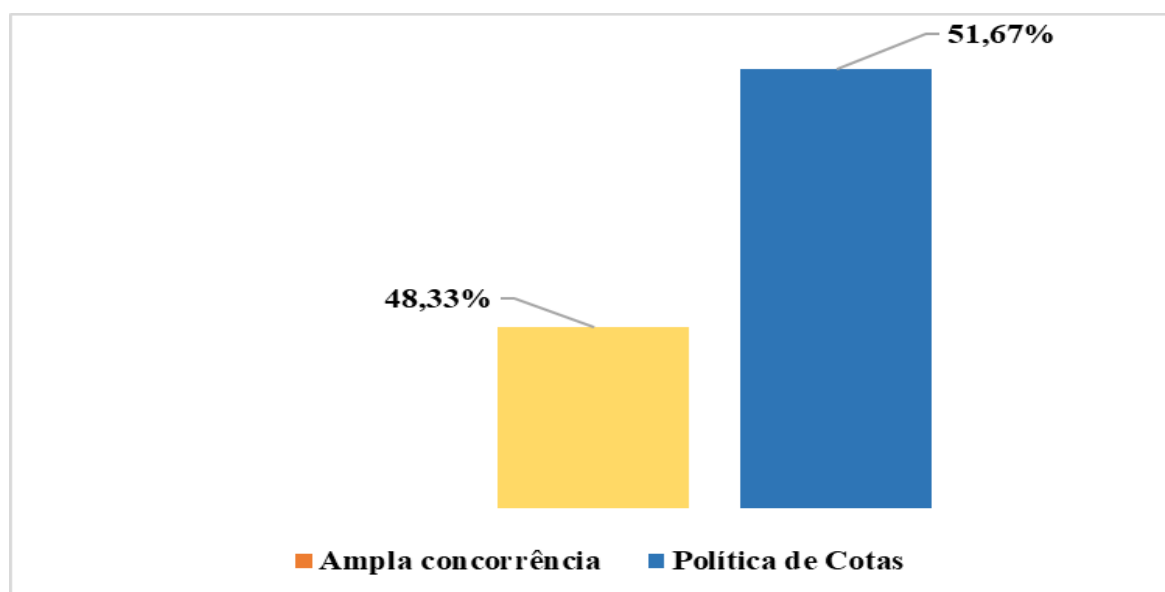
Quando analisamos o perfil de cor e etnia dos alunos dos dois grupos verificamos que as informações se harmonizam, uma vez que ambos apresentam perfis semelhantes. É possível inferir que o (Gráfico 3) apresenta uma variedade expressiva de cor/etnia nos dados coletados. Também que o conjunto de

características apresentado se mostra de acordo com a composição demográfica do Estado do Amazonas, cuja população do Estado se autodeclara como maioria parda (IBGE, 2022).

O percentual de alunos que se autodeclaram preto, pardo e indígena evidencia as políticas afirmativas na Rede Federal. As ações afirmativas são políticas e ferramentas que visam corrigir as desigualdades e promover a equidade e os direitos de grupos sociais historicamente discriminados (Brasil, 2023). A diversidade étnica e racial entre os alunos do EMI deve ser considerada de extrema importância no contexto educacional dos Institutos Federais, uma vez que essas instituições, através das políticas afirmativas, promovem a inclusão e a igualdade social entre os alunos.

É importante ressaltarmos que quanto à forma de ingresso no CMDI dos alunos beneficiados pela Assistência Estudantil no EMI, conforme o (Gráfico 4) nos traz os seguintes resultados.

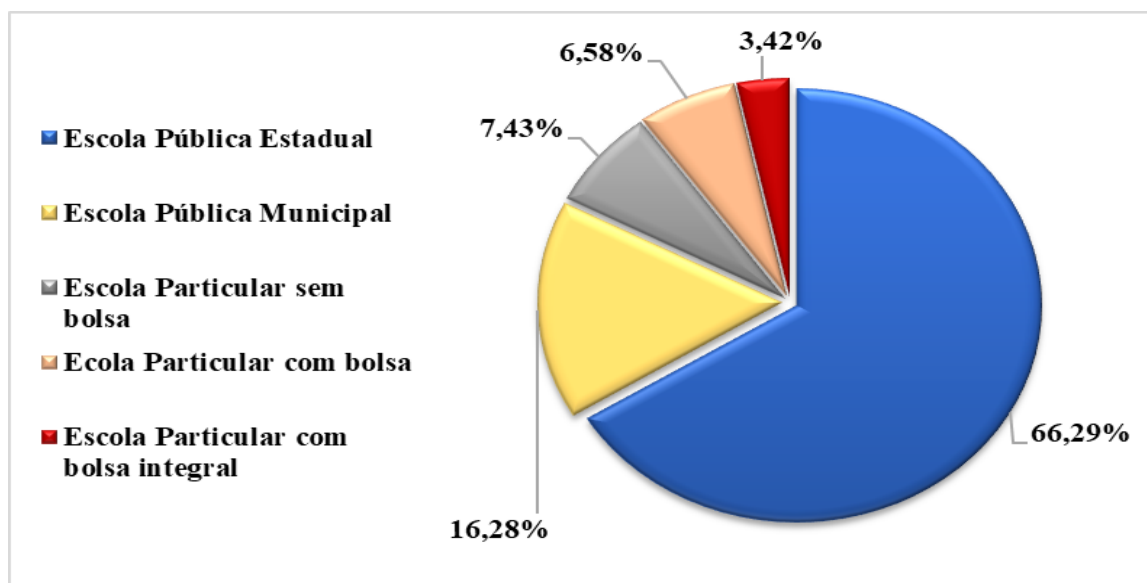
Gráfico 4 - Forma de ingresso dos alunos atendidos pela PAES no ano de 2024.



Fonte: Adaptado com base no questionário socioeconômico PAES (2024).

Quanto à origem dos alunos vindos de escolas anteriores ao IFAM, o (Gráfico 5) apresenta os seguintes resultados.

Gráfico 5 - Origem anterior ao IFAM dos alunos atendidos pela PAES 2024.



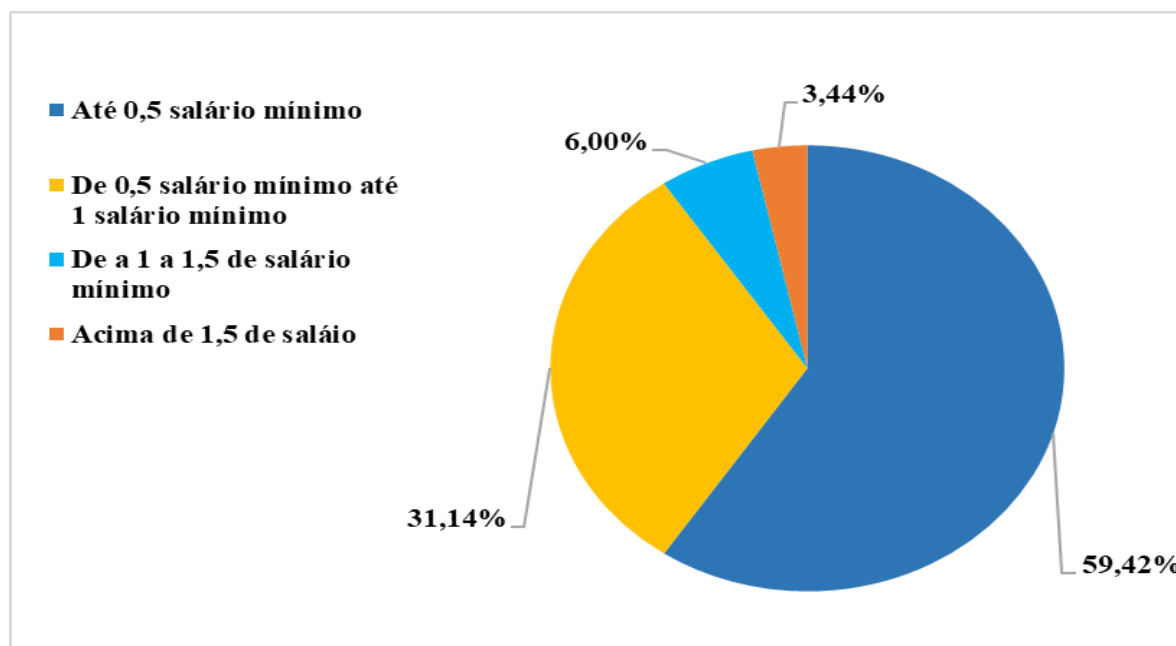
Fonte: Elaboração própria, com base no Questionário Socioeconômico PAES (2024).

Quanto à origem anterior ao IFAM, os dados do Questionário Socioeconômico para os alunos da Assistência Estudantil são variados e apontaram que 66,29% têm origem em Escola Pública Estadual, 16,28% vêm Escola Pública Municipal, que 7,43% têm origem em Escola Particular sem bolsa, já 6,58% em Escola Particular com bolsa parcial e 3,42% em Escola particular com bolsa integral.

Observamos que a trajetória acadêmica dos estudantes é variada, sendo que a maior parte deles utilizam as políticas afirmativas como forma de ingresso no Instituto, como mostrado no (Gráfico 5), uma vez que esses alunos são provenientes de escolas públicas estadual e municipal, ou seja, as ações afirmativas como políticas públicas procurando corrigir desigualdades sociais e promovendo a diversidade no espaço acadêmico.

A Lei de Cotas nº 12.711 de 2012, que normatiza a entrada de estudantes nas universidades federais bem como nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, estabelece a reserva de vagas nas matrículas dos Institutos Federais de pelo menos 50% para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas ou nas escolas comunitárias que trabalham no contexto educacional conveniado com o poder público (Brasil, 2012).

Gráfico 6 - Renda Per Capita dos alunos atendidos pela PAES 2024.



Fonte: Adaptado do questionário socioeconômico PAES (2024).

A pesquisa mostrou que do universo de 350 alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil, o maior número de estudantes, ou seja 59,42%, possui uma renda per capita de até meio salário-mínimo, seguido por 31,14% dos alunos com renda de meio até um salário-mínimo, também 6%, dos estudantes que declararam uma renda de um salário a um salário-mínimo e meio e por fim, 3,44% que declararam uma renda per capita acima de um salário-mínimo e meio.

Dessa forma, é possível inferir que 90,56% dos alunos atendidos pela PAES possuem uma renda per capita de até um salário mínimo, fato que mostra a importância da Assistência Estudantil no Campus. A renda per capita configura-se pela soma de todas as rendas do grupo familiar dividida pela quantidade de membros da família. Ela é um indicador econômico que mostra a média de renda por integrante de uma família e constitui-se como um critério essencial na seleção de alunos do EMI para o recebimento de benefícios da Assistência Estudantil no IFAM.

A análise do (Gráfico 6) sinaliza que a maior parte dos alunos atendidos pela PAES no CMDI durante o ano de 2024 são originários das camadas mais empobrecidas da sociedade. O Edital 02/2024-CMDI/IFAM traz em seu texto que as ações da Política de Assistência Estudantil são voltadas para a mitigação das necessidades socioeconômicas e para que possam atender, prioritariamente, aos estudantes que se encontram em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica

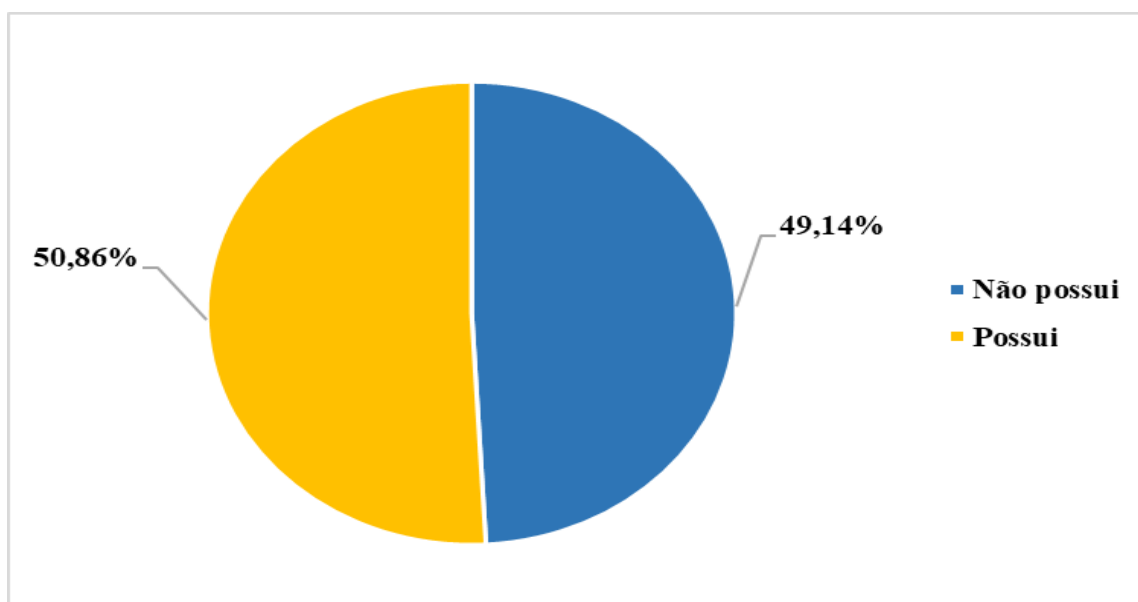
(IFAM, 2024).

Em conformidade com a análise feita é possível inferir que a Assistência Estudantil no CMDI, de acordo com o (Gráfico 6), procurou cumprir com o requisito da Política de atender aos estudantes com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Vale ressaltar que para o Edital de 2024 a renda per capita exigida era de até um salário mínimo e meio, no entanto o Edital de 2025 trouxe um novo valor de renda per capita que no momento é de até um salário mínimo.

A análise do (Gráfico 6) também mostra que o Campus, durante o ano de 2024, também, atendeu um percentual de 3,44% desse universo de alunos com uma renda per capita acima de um salário-mínimo e meio. Vale salientar que as análises dos Questionários Socioeconômicos são feitas pelo Setor de Serviço Social do Campus e quando necessário juntamente com a equipe Multiprofissional do CMDI para a verificação da situação de vulnerabilidade dos alunos inscritos no processo de seleção de benefícios nos casos extremos.

No que tange aos programas sociais do Governo Federal, o (Gráfico 7) mostra os seguintes dados.

Gráfico 7 - Cadastro Único



Fonte: Adaptado do Questionário Socioeconômico PAES (2024).

No que se refere aos alunos deferidos na Política de Benefícios 50,86% possuem Cadastro Único (CadÚnico) e 49,14% não possuem. A Assistência Estudantil no contexto do EMI constitui-se como coluna essencial para garantir o

acesso, a permanência e o êxito dos alunos em situação de fragilidade social. A presença do CadÚnico revela que os estudantes provêm de famílias em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica.

Segundo o Decreto Nº 11.016 de 2022, o Cadastro Único é um instrumento que realiza a coleta de dados, a sistematização desses dados e a divulgação de informações e tem como objetivo fazer a identificação e a caracterização das famílias de baixa renda no Brasil, sendo o principal instrumento criado pelo Governo Federal que permite saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no País, (Brasil, 2022).

O CadÚnico, também, é a ferramenta fundamental que o Estado tem para selecionar e incluir grupos familiares de baixa renda em programas federais para a concessão de benefícios como os do Programa Bolsa Família, Pé-de-Meia, Tarifa Social de Energia Elétrica, Auxílio Gás, Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Ele, também, é utilizado como critério para a seleção de beneficiários de programas oferecidos pelos governos estaduais e municipais.

No entanto, Sposati (2021) salienta que o Cadastro Único desde a sua criação, Decreto Presidencial n. 3.877 de Fernando Henrique Cardoso, foi consolidado como um instrumento de focalização, uma vez que a partir de uma tipificação socioeconômica reconhece as famílias pelo padrão de renda per capita como famílias de baixa renda, a autora afirma que a renda per capita considera apenas a renda média de cada indivíduo da família, mas não considera “o custo de vida ou que a vida não tem custo para quem tem baixa renda” (Sposati, 2021. p. 186).

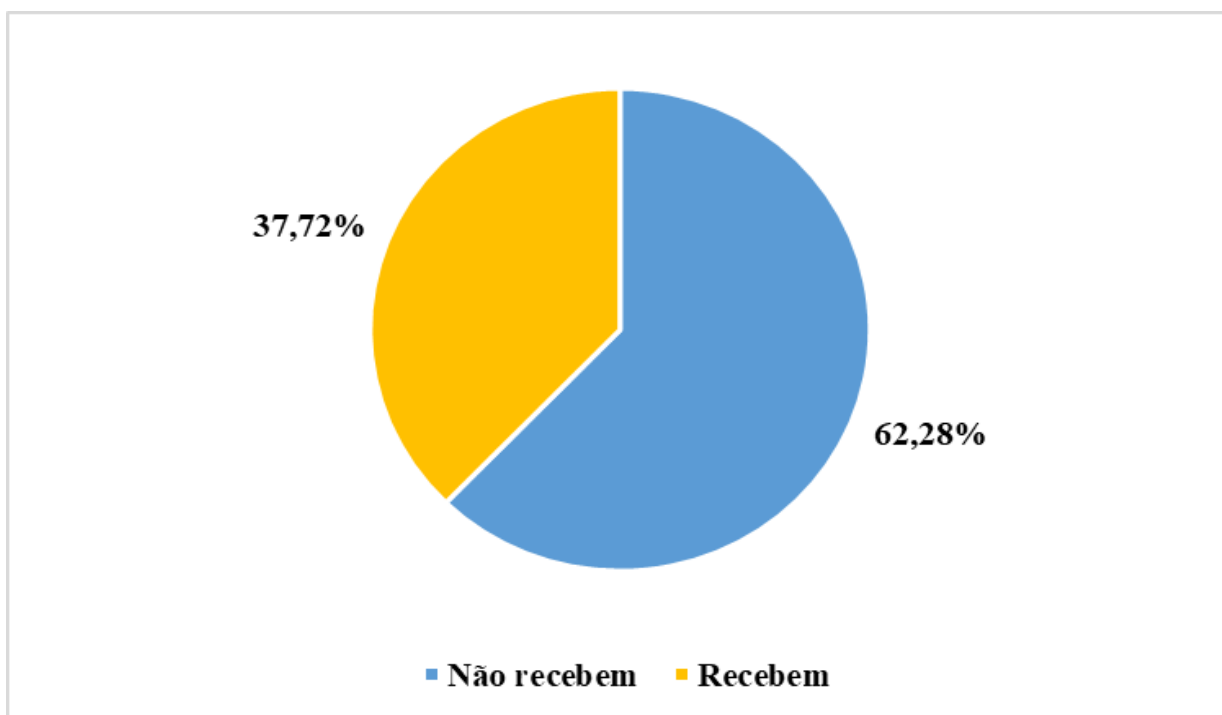
Sposati (2021) salienta que o CadÚnico leva ao entendimento de que ele “preserva uma posição neutra na coleta de dados que não ingressa nas condições objetivas reais de vida, não adjetiva a precariedade da família” (Sposati, 2021. p 186). Sob essa idealização, a autora afirma que os programas sociais acabam se distanciando de uma renda de “½ salário-mínimo. O Programa Bolsa Família opera com 89 reais para miserabilidade e 178 reais para pobreza, isto é, 8% e 16% do salário-mínimo” (Sposati, 2021. p 186).

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) considera como critério para a inserção no CadÚnico família de baixa renda com uma per capita de até ½ salário-mínimo, e total de renda familiar de até 3 salários-mínimos (MDS, 2025). No entanto, segundo Sposati (2021) os programas sociais não utilizam tais valores

como referência, uma vez que “reduzem esses valores referenciais ao delimitar seu alcance e se orientam para incluir tão só os miseráveis, ou os muito menos do que pobres, e muito distantes do que seriam os “não pobres” (Sposati, 2021. p. 186).

A Assistência Social no Brasil é uma política de seguridade social que tem como concepção a garantia dos direitos sociais e não a mitigação da miséria (Sposati, 2021). Quando se relaciona a Lei que normatiza o CadÚnico como base para os fundamentos dos programas sociais do governo e quando se faz uma comparação com o ponto de vista da autora, é possível inferir que a análise feita pelo governo foge do entendimento do mundo real, uma vez que não consegue contemplar a realidade da família e isso pode ser visto no gráfico seguinte.

Gráfico 8 - Programa Bolsa Família.



Fonte: Adaptado do questionário socioeconômico PAES (2024)

No que tange ao grupo familiar dos alunos da Assistência Estudantil, a pesquisa mostrou que desse universo apenas 37,72% dos alunos recebem Bolsa Família, enquanto 62,82% não são beneficiados com o Programa. Quando comparamos o universo dos estudantes que possuem CadÚnico, conforme (Gráfico 7), com o universo dos alunos que recebem Bolsa Família, conforme o (Gráfico 8) percebemos que as informações não se coadunam.

Dessa forma, conforme informações dos (Gráfico 7) e (Gráfico 8). apesar da

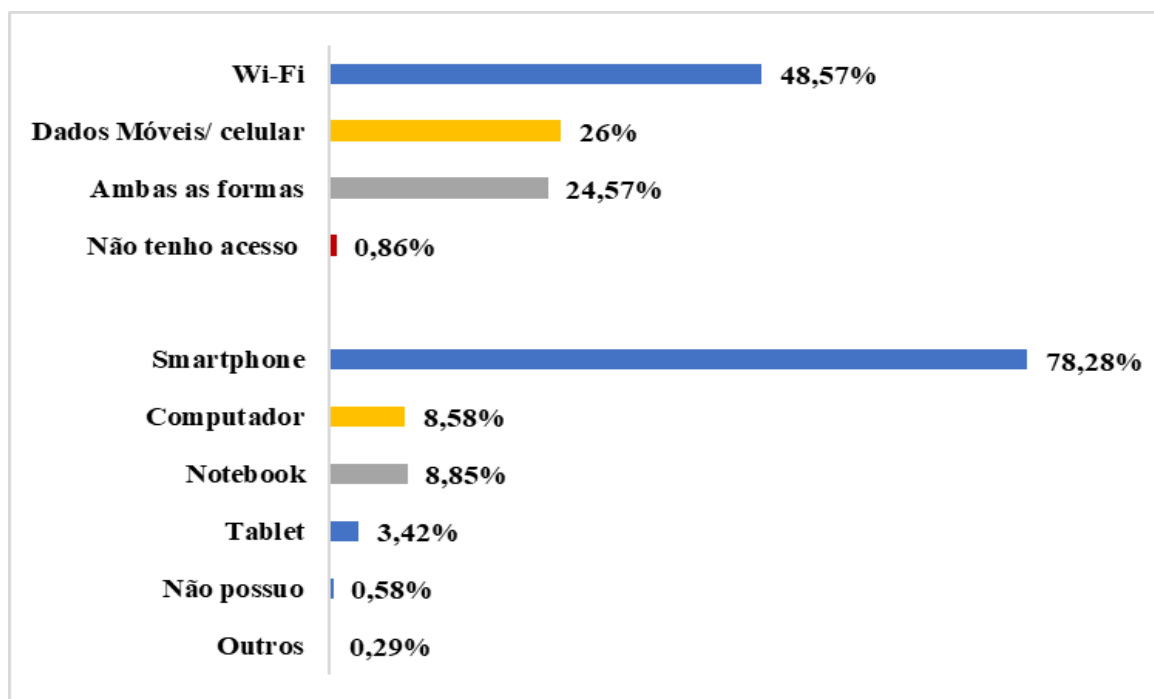
vulnerabilidade socioeconômica extrema existente entre dos alunos, devido aos critérios de condicionalidade do Programa Bolsa Família, nem todos os estudantes do Cadastro Único possuem perfil para o recebimento do benefício Bolsa Família, o que acaba excluindo-os do Programa.

O Programa Bolsa Família foi elaborado por meio da Medida Provisória Nº 132 de 20 de outubro de 2003 e posteriormente transformado na Lei Nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, sendo nele incorporado o Programa Fome Zero bem como os programas criados no governo de Fernando Henrique Cardoso, (Silva, 2017). O PBF é um programa de transferência direta de renda, com condicionalidades, que beneficia famílias que vivem em situação de pobreza que tenham na sua composição crianças e adolescentes de 0 a 17 anos (Silva, 2017. p. 52).

As condicionalidades contemplam as áreas da educação e saúde com a realização de exames pré-natais, acompanhamento nutricional, vacinação bem como o cumprimento de frequência escolar mínima (Martins; Rückertl, 2022). Na verdade, muitos não possuem perfil para o recebimento do PBF não pela falta de informação ou condição de vulnerabilidade econômica, mas sim pelas condicionalidades e excesso de informação impostas pelo PBF.

Castells (2000, p. 98) define exclusão social como um “processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos do acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em um dado contexto”. Diante destes fatos, verifica-se que as consequências trazidas por esse processo de exclusão social são imensuráveis, dessa forma, gerando o desenvolvimento do aprofundamento das desigualdades na educação e que pode vir a refletir na vida acadêmica do aluno.

Gráfico 9 - Forma de Acesso à Internet e aparelho utilizado no acesso.



Fonte: Adaptado do questionário socioeconômico PAES (2024)

A análise do (Gráfico 9) mostrou que do universo dos estudantes da Assistência estudantil 48,57% utilizam o sistema de Wi-Fi para acesso à internet, enquanto 26% utilizam apenas os dados móveis para acesso, também que 24,75% utilizam as duas formas de acesso, Wi-Fi e dados móveis, e finalmente um pequeno número de alunos, mas expressivo, 0,86% que não possuem acesso à internet.

Quanto a forma de equipamento utilizados pelos alunos para acesso ao ambiente virtual, o (Gráfico 9) traz as informações de que 78,28% acessam por aparelho smartphone, que 8,58% utilizam o computador, já 8,85% usam o notebook, que 3,42% utilizam tablet para acesso, já 0,58% não possuem acesso à internet e 2,29% marcaram que utilizam outros meios.

Comparando as informações coletadas é possível inferir que há uma diversidade nos dados, tanto para a forma como para o meio utilizado para o acesso à internet. Desse modo, os dados mostram um número muito expressivo de estudantes 78,28% que utilizam o aparelho de smartphone para acesso.

Segundo dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil (2024), que mapeia hábitos e riscos de crianças e adolescentes no ambiente virtual, a presença digital tem sido ampla. A pesquisa revelou que na atualidade 93% das crianças e jovens de 9 a 17 anos são usuários de internet no país, e 81% deles possuem celular próprio. Segundo

a pesquisa, os jovens acessam mais a internet pelo celular do que pelo computador (Fontoura, 2024).

A pesquisa, também, mostrou que dentre os usuários de internet com idade entre 9 a 17 anos 86% utilizam a rede para fazer trabalhos escolares e que 76% fazem uso das redes sociais. Segundo os dados coletados na pesquisa, os números aumentam conforme a faixa de idade. A pesquisa indicou uma tendência de os adultos responsáveis por essas crianças e jovens darem maior autonomia na utilização dos aparelhos de acordo com o avançar da idade (Fontoura, 2024).

Outra informação considerada, também muito importante conforme mostrada no (Gráfico 9) é o quantitativo de 0,58% de estudantes que não possuem aparelho para acesso à internet e 0,86% de alunos que não têm acesso ao ambiente virtual. Sobre essa realidade os dados extraídos da pesquisa informam que há uma desigualdade entre classes socioeconômicas, no entanto, segundo a pesquisa “enquanto nas classes AB quase a totalidade da população dessa faixa etária possui aparelho celular (97%), o número cai para 80% na classe C e 77% nas D e E” (Fontoura, 2024).

Segundo dados do IBGE (2024), o uso da internete feito pelos alunos da rede privada no ano de 2023 foi de 97,6%, enquanto na rede pública esse número chegou a 89,1% dos alunos. A pesquisa também mostrou que no ano de 2023 o equipamento mais utilizado para acesso a internet foi o telefone móvel celular (98,8%). “O acesso à internet via microcomputador recuou de 63,2% em 2016 para 34,2% em 2023. O acesso por meio do tablet caiu de 16,4% para 7,6%” (IBGE, 2024).

Em um contexto onde o processo de inscrição para os benefícios da Assistência Estudantil é feito por meio de um sistema informatizado, que é o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmica (SIGAA), conhecer a forma como os alunos acessam a internet, quais os aparelhos que eles utilizam na solicitação de benefícios e se o Sistema SIGAA oferece uma viabilidade de acesso para os aparelhos de celulares dos alunos, é uma condição imprescindível para compreender os fatores que impactam nas condições reais de conectividade para o acesso igualitário a Políticas de Assistência Estudantil no Campus.

Segundo estudos feitos pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Cetic.br (2023), para ir além da inclusão digital é necessário levar em consideração os fatores essenciais para garantia de uma conectividade relevante, como questões referentes à qualidade do

acesso, aos custos do serviço bem como aos dispositivos adequados e uma conectividade relevante da população e organizações que usam a rede (Fontoura, 2024).

A inclusão digital é um pré-requisito indispensável para o direito de cidadania. Segundo Câmara (2024) é a forma de garantir acesso, habilidades e oportunidades que o indivíduo precisa para o uso das tecnologias digitais de forma plena e significativa. A autora salienta que a escola é essencial e vai além de uma posse de um dispositivo eletrônico, uma vez que pode abranger um dispositivo eletrônico, acesso à internet e capacidade de interação com uma ferramenta on-line.

3.2 Assistência estudantil sob o olhar do discente

O presente tópico tem como objetivo identificar a percepção dos alunos sobre a Assistência Estudantil no IFAM. Dessa forma, ao buscar a compreensão dos estudantes da Assistência Estudantil sobre a Política de Benefícios procurou-se compreender o entendimento deles relacionados ao tema proposto e diante de tais informações atender ao segundo objetivo da pesquisa, identificar a percepção dos alunos sobre a política de Assistência Estudantil no IFAM.

De acordo com a análise dos dados coletados e através da interpretação dos relatos e das falas extraídos dos alunos, baseados na metodologia de Análise de Conteúdo, foi possível identificar três categorias relevantes. A primeira categoria da Assistência Estudantil como instrumento de auxílio, a segunda categoria da Assistência Estudantil como um direito. Vale salientar que essas duas primeiras categorias se inserem em uma abordagem mais ampla sobre a Política Social e a Política de Educação no contexto histórico e nos reflexos gerados por tais Políticas na Assistência Estudantil. Também foi possível encontrar por meio dos relatos da entrevista a terceira categoria, Assistência Estudantil e as dificuldades encontradas pelos alunos na Política.

3.2.1 A Assistência Estudantil como instrumento de auxílio

Considerar a Assistência Estudantil como instrumento de auxílio ou “assistencialismo”, nos reflete a construção histórica e a percepção de como a política social e a assistência social se desenvolveram no viés assistencialista. Essa percepção de assistencialismo está muito relacionada à perspectiva histórica de ver

as políticas sociais como um instrumento de ajuda ou como uma benesse e não como direito.

Historicamente as políticas sociais apresentaram uma lógica compensatória e fragmentada que se vinculava à filantropia e ao clientelismo. Behring e Boschetti (2009) salientam que as particularidades do trabalho escravo, da informalidade, da fragmentação e da falta de compromisso democrático e redistributivo influenciaram no desenvolvimento das políticas sociais no Brasil.

A Política de Assistência Estudantil quando entendida sob a ótica da ajuda apresenta uma idealização que se aproxima das práticas e fundamentos das Políticas Sociais no contexto histórico que elas se inserem. A construção histórica da política social com viés assistencialista reflete no entendimento na fala dos alunos entrevistados, de reconhecer a Assistência Estudantil não como um dever do Estado, mas sim como um instrumento de auxílio, como sinalizado nas falas dos alunos conforme mostrado a seguir.

Aluno A1: “A Assistência Estudantil é um auxílio alimentação e transporte, para mim é de extrema importância, pois com esse dinheiro posso pagar transporte e ter alimentação. Essa ajuda é muito importante, pois somente minha mãe trabalha e não tenho nenhum outro suporte nem condições financeiras para estar no Campus”.

Aluno A2: “Assistência Estudantil é uma bolsa que auxilia os alunos e tem me ajudado muito, sem o benefício do transporte eu não poderia ir ao Instituto e permanecer estudando nele e o benefício da alimentação me ajudou, pois eu não tinha condições de pagar pelo almoço e dar continuidade no ensino, uma vez que minha mãe é mãe solteira e só dependo dela, e isso ajuda a completar nossa renda”.

A fala apresentada pelos estudantes A1 e A2 traz com evidência o entendimento da Política de Assistência Estudantil ofertada no IFAM como um instrumento de ajuda financeira para mantê-los na escola. Também é possível extrair das falas dos alunos o contexto de vulnerabilidade social apresentado pelos estudantes e a valorização dos alunos pelos benefícios recebidos.

Segundo o entendimento de Monteiro (2011, p. 33-34) a vulnerabilidade social é compreendida como “um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade”.

Aluno A3: A Política de Assistência Estudantil é um suporte e uma ajuda em alimentação, transporte com o auxílio financeiro, o que permite que os alunos possam se dedicar aos estudos com mais tranquilidade e sem se preocupar tanto com questões financeiras ou logística.

Aluno A4: A Política de Assistência Estudantil são auxílios que me ajudam a focar mais nos estudos, já que não preciso me preocupar com a falta de dinheiro, contribuiu dando possibilidade de eu ir à escola todos os dias por meio do dinheiro dado para pagar a passagem do ônibus, e comprar meu material: caderno e canetas.

Segundo Lima (2018), a escola é vista como um dos principais campos sociais, pois é nela que os alunos manifestam a sua realidade social. A Fala dos alunos A3 e A4 revelam a Assistência Estudantil como uma categoria de ajuda financeira para os alunos. Da mesma forma que a Política de Benefícios é entendida como um meio de ajuda da Instituição, é possível extrair das falas que a ajuda oferecida aos estudantes, segundo o entendimento deles, proporciona segurança e melhora o foco nos estudos.

Aluno A5: É uma bolsa que auxilia e ajuda o aluno no lado financeiro, pois não possuo renda para almoçar todos os dias pagando e o dinheiro da condução é difícil de conseguir. A Bolsa me ajuda muito para manter a minha nutrição e o meu transporte ser mais seguro.

Aluno A6: A Assistência Estudantil é uma ajuda de suma importância na minha permanência no IFAM e nos estudos, pois minha família não tem condições de bancar minha vida estudantil. Com a nossa renda não poderíamos arcar com as despesas de alimentação e transporte e material escolar.

Do mesmo modo das falas apresentadas anteriormente de entender a Assistência Estudantil como uma categoria que proporciona ajuda financeira, nesse sentido, é possível extrair, também, das falas dos estudantes A5 e A6 a valorização por parte dos alunos pelos benefícios alimentação, transporte, e apoio didático pedagógico, e a caracterização dos benefícios no entendimento dos alunos, como instrumento de ajuda essencial para permanência dos estudantes na Instituição.

Aluno A7: É um benefício que o aluno recebe de alimentação, transporte e material. O benefício Alimentação ajuda porque na minha casa vem muito pouco dinheiro, então não dá toda vez pra dar uns 10 reais pra minha alimentação na escola. E o benefício transporte e material é a mesma coisa. Ambos vão ajudar muito na permanência e êxito no curso do IFAM.

Aluno A8: A Política de Assistência Estudantil é na minha concepção um meio

de amparar os alunos em si né, tanto financeiramente quanto para convivência escolar estudantil. Com o recebimento da alimentação e do dinheiro do transporte minha relação e programação acadêmica melhora, pois assim eu me mantenho bem alimentado para o decorrer das aulas e atividades, melhorando com intensidade minha permanência no curso.

Os estudos de Marques e Ferreira (2023. p. 3) trazem a definição de Política de Assistência Estudantil como sendo uma política de educação que objetiva realizar ações que venham a democratizar as condições de permanência dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica, assim, minimizando “os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e êxito, contribuindo para a melhora do desempenho acadêmico do estudante”.

A fala dos estudantes A7 e A8 traz o entendimento da Assistência Estudantil como uma ajuda que supre as necessidades dos alunos que se apresentam em um contexto de insuficiência de recursos financeiro. A fala também evidencia a importância da Assistência Estudantil como forma de permanência na Instituição.

A9: A Assistência Estudantil é uma bolsa que ajuda na alimentação e no transporte, ela contribui para ajudar no meu deslocamento até o campus, que é afastado de minha moradia, também contribui para a minha permanência no campus durante o dia todo.

A10: É um apoio que o aluno recebe e que é imprescindível para a locomoção, alimentação e despesas pedagógicas, é um auxílio que ajuda muito porque passamos o dia todo na Instituição e precisamos nos alimentar e por morar longe fica complicado pelo tempo de demora com o transporte para chegar em casa.

O entendimento dos alunos A9 e A10 reforça a importância da Assistência Estudantil como um apoio essencial para a garantia de permanência, uma vez que os alunos passam o dia inteiro na Instituição e moram distantes do Campus. Ao discorrerem que os auxílios são primordiais para a o transporte e a alimentação, bem como para as despesas pedagógicas, os alunos mostram a importância dos benefícios não apenas para cobrir as despesas essenciais para a educação, mas, também; como forma de viabilizar a permanência deles no Campus.

Outro ponto a ser destacado nas falas dos estudantes, é que a dificuldade no deslocamento de retorno para a residência, que é um percurso longo, é um fator que intensifica a vulnerabilidade social do estudante, dessa forma tornando a alimentação no Campus essencial. Nesse sentido, a Assistência Estudantil pode ser percebida como uma ferramenta concreta de enfrentamento das desigualdades sociais e que

contribui com a igualdade e acesso ao ambiente educacional.

3.2.2 A Assistência Estudantil como um direito

Entender a Assistência Estudantil como um direito remete a garantia de permanência e sucesso dos estudantes na Instituição, mais precisamente os de baixa renda e que se encontram em um contexto de vulnerabilidade social. Dessa forma, na análise dos dados coletados pela pesquisa foi revelado a segunda categoria de entendimento entre os alunos da Assistência Estudantil como um direito garantido por lei. Partindo dessa premissa de ser um direito, é possível inferir que essa lógica excede o entendimento da assistência estudantil como um instrumento de ajuda ou como uma benesse, reflexo da Política Social implantada no desenvolvimento histórico das políticas sociais no Brasil.

Os alunos evidenciam esse entendimento da Política de Benefícios como um direito, conforme mostrado nos dados coletados.

A11: A Política de Assistência é um direito que dá a garantia de condições de acesso ao ensino integral na Instituição. Os benefícios implantados contribuem para o atendimento do estudante incentivando a sua permanência no curso que está inserido.

A12: A Assistência Estudantil é uma Política que contribui de forma significativa para o sucesso dos alunos, ela possibilita a permanência do aluno no curso, pois ela proporciona igualdade de direitos e os benefícios, serviços e recursos oferecidos pela instituição.

Segundo o FONAPRACE (2012, p. 63) “a Política de Assistência Estudantil é composta por um conjunto de princípios e diretrizes que conduz a implantação de práticas que visam a garantia do acesso, da permanência e da conclusão de cursos nos IFES”. Nesse sentido, objetivando a inclusão social, a formação ampliada, a produção de conhecimentos, a melhoria do desempenho acadêmico bem como da qualidade de vida do aluno.

As falas dos alunos A11 e A12 revelam que os estudantes entendem a Assistência Estudantil como um direito e não como ajuda, dessa forma reconhecendo que o Estado tem por obrigação a garantia de condições de acesso para a permanência dos estudantes na Instituição. As falas dos alunos revelam também uma compreensão crítica por parte dos estudantes sobre direito à educação. Outro ponto a ser extraído do texto, segundo as falas dos alunos, é o de que a Assistência

Estudantil é uma política responsável pelo sucesso e igualdade de direitos entre os estudantes.

A13: A Assistência Estudantil serve para garantir a permanência e o êxito do aluno no curso do IFAM. Ela é essencial para auxiliar nos custos dos materiais e transporte além do que seria muito difícil me manter sem o benefício alimentação.

A14: A Política de Assistência Estudantil é a garantia de direitos para que o aluno venha a concluir seu curso. No meu caso, eu necessito dos benefícios para garantir a conclusão do curso de Mecatrônica nestes três anos no Instituto.

Para o IFAM, assegurar o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos significam atender a um dos princípios fundamentais de democratização e do direito à educação (PAPE, 2023). O plano de Acesso, Permanência e Êxito do CMDI tem como foco a missão de oferecer uma educação de excelência e garantir o sucesso acadêmico dos estudantes (PAPE, 2023).

Os alunos A13 e A14 entendem a Política de Assistência Estudantil como uma garantia de direito de permanecer na escola e ter sucesso em seu período letivo no Campus. Também é possível extrair da fala dos alunos a dificuldade financeira apontada pelos estudantes. Em um cenário de desigualdades sociais a PAES no IFAM atua como instrumento de equidade, viabilizando o acesso e a permanência do aluno no percurso letivo.

A15: A Assistência Estudantil é uma política que tem como objetivo garantir o desenvolvimento educacional do aluno para que ele tenha um ensino de alta qualidade, oferecendo benefícios, suporte etc., para que o aluno possa ingressar no mercado de trabalho.

A16: A Política de Assistência Estudantil é uma garantia de direito que tem como objetivo buscar reduzir as desigualdades sociais no âmbito escolar e garantir a permanência e o êxito do educando na instituição de forma que ele venha a concluir o curso para entrar no mercado de trabalho.

A fala dos alunos A15 e A16 sinalizam a PAES como uma política pública de direito, dessa forma reconhecendo que seu objetivo vai além do auxílio financeiro e pontual, pois contribui no desenvolvimento de uma educação de qualidade, reduz as desigualdades sociais e coopera para a inserção do aluno no mercado de trabalho.

Ao buscarmos a compreensão dos alunos sobre o entendimento da Política de

Assistência Estudantil no EMI concedida como um direito, percebemos através dos relatos das falas dos alunos a revelação, por parte dos estudantes, não apenas das percepções pessoais dos alunos, mas também uma consciência social e cidadã que se constrói no cotidiano escolar.

Em seus estudos Santos (2019, p. 114), traz o entendimento de que a Assistência Estudantil nos Instituto Federais, apesar dos entraves encontrados na sua operacionalização, exerce um papel importante como um direito social, uma vez que “tem se consolidado como uma política pública necessária, com recursos garantidos anualmente, ultrapassando os estigmas anteriores da lógica puramente assistencialista”. Dessa forma, a partir do momento que os alunos reconhecem a Assistência Estudantil como um direito que garante o acesso a permanência e o sucesso acadêmico, surge uma leitura crítica e politizada da educação como um direito e um dever do Estado em cumpri-lo.

3.2.3 As dificuldades no processo de seleção de benefícios

Entender como acontece o processo de seleção de benefícios da Assistência Estudantil com os alunos do EMI é uma condição imprescindível para que os estudantes exerçam um direito garantido pela CRFB de 1988, conforme estabelecido no Artigo 205, “a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade para o desenvolvimento da pessoa, o preparo para a cidadania e a qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). No entanto, para ter acesso a esse direito é necessário romper barreiras como as encontradas pelos alunos do EMI durante o processo de seleção da Assistência Estudantil no Campus.

Na entrevista com os alunos, procuramos trabalhar com perguntas relacionadas ao processo de seleção da Assistência estudantil priorizando, assim, perguntas fundamentais para um melhor entendimento da Política, diante das falas apresentadas pelos estudantes conseguimos extrair a categoria dificuldade na Política, como mostrado nas perguntas feitas durante as entrevistas com os alunos do Ensino Médio Integrado.

Quando perguntamos aos alunos como eles tomaram conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil (PAES) no Campus, as respostas foram variadas: A17 “os colegas falaram”, A18 “página do Campus e no WhatsApp”, A19 “família que

estuda aqui falou”, A20 “pelos colegas da sala”, A21 “fui saber pela boca dos outros, tipo o pessoal comentando sobre os benefícios, aí eu fui atrás e fui ao site procurar”, A22 “não sei como fiquei sabendo”, A23 “pelos servidores”.

Através das falas dos alunos é possível compreender as dificuldades dos estudantes de encontrar os canais de acesso à informação sobre a Política e edital de inscrição. E isso implica em consequência como o comprometimento do direito à permanência do aluno no campus.

Na pergunta feita para os alunos de como eles foram informados do Edital e do período de inscrição da Política de Benefícios obtivemos a fala:

A24 “fico sabendo mais quando os outros falam, dificilmente tem algum anúncio, acho que é uma falta de informação muito grande a gente quase não tem acesso dos editais aqui, tipo tá no site só que ninguém sabe que tá lá e geralmente acho que tem muito bolsas pra algumas coisas e quase não tem ninguém se inscrevendo, porque ninguém sabe que tá tendo alguma coisa.

A fala do aluno A24 sinaliza a grande dificuldade de saber sobre a Política de Benefícios e os canais de acesso. No entanto as falas dos demais alunos sinalizam outro entendimento: A25 “fiquei sabendo do Edital na página do Campus e no WhatsApp”, A1 “pela minha irmã que já estudava aqui, ficou mais fácil pra mim porque ela já tinha passado pela experiência”, A2 “pela minha mãe e pelo site onde tá as notícias”, A3 “pelas informações passadas pelos representantes”, A4 “pelo WhatsApp e pelas informações passadas pelo representante no grupo, A5 “pelo Instagram oficial do campus”, A6 “pelos professores Juan e professor Lacerda, A7 “quando o edital é lançado, muitas vezes o próprio site da instituição disponibiliza ou até mesmo nas redes sociais como o Instagram”.

A fala dos estudantes demonstra que o Campus oportuniza as informações de forma ampla sobre a Assistência Estudantil nos períodos de seleção de benefícios. No entanto, apesar de muitos terem acesso à informação, a fala do estudante A24 sinaliza que existem alunos que possuem dificuldades para acessar o Edital no período de inscrição. Segundo os estudos de Simões (2020) os resultados sobre esse universo não devem ser generalizados, mas devem ser considerados como descobertas para as discussões que envolvam jovens.

Assim sendo, a hierarquização da sociedade bem como a desigualdade na distribuição de recursos materiais e simbólicos trazem como resultado: famílias que

tenham uma bagagem cultural para detectar e assimilar a linguagem do ensinamento escolar e, também, famílias que não conseguem detectar essa linguagem. Nesse viés, estudantes originários de famílias com poder aquisitivo tem uma trajetória escolar mais vantajosa do que estudantes oriundos de famílias pobres, uma vez que “já receberam em casa elementos que os auxiliarão a decodificar os conteúdos apresentados na escola” (Bourdieu, 1994 apud Rezende, p. 1).

Quando perguntamos dos participantes da pesquisa se eles conseguiam entender o Edital de benefícios, obtivemos as seguintes falas: A9 “é muito complexo o Edital, é muito texto”, A10 “não é claro e não é objetivo”, A11 “podia ser mais resumido para as pessoas entenderem”, A12 “na minha visão a maior dificuldade foi as categorias de edital de cada IFAM, ou seja, é complicado achar o Edital do Distrito”. A13 “tem bastantes coisas e algumas partes falta um pouco de detalhes que necessariamente precisa de uma informação”.

Como podemos ver as falas são variadas, mas todas remetem a categoria dificuldade no entendimento do Edital de benefício. A falta de compreensão do edital pode gerar graves problemas como a perda do prazo de inscrição para os benefícios, problemas com a alimentação no Campus bem como, também, a exclusão do aluno da Política de Benefícios.

Na pergunta feita para os alunos sobre se eles conseguiam acessar normalmente o Sistema SIGAA para a solicitação de benefícios da Assistência Estudantil, as falas remetem a categoria de dificuldade no acesso ao SIGAA.

A14: “eu durante a inscrição passei por certas complicações porque em determinado momento o site travava, muita gente entrando fez o meu prazo ser mais curto, eu entrava e outras pessoas entravam, não foi só eu muitas pessoas tiveram dificuldades, teve um período muito longo de gente tentando entrar no site e não conseguindo, tentava entrar por vários outros meios para saber se era a minha internet e aparentemente não era, e isso apertou muito o tempo para mim escrever”.

A15 “a maior dificuldade foi que o site era muito travado, muito travado mesmo, eu tava com uma internet boa, mas com o site travado ficou muito difícil para colocar minha inscrição lá, sem contar que as vezes ficava com preocupação, será que foi, será que não foi?”.

A16 “acho que o problema do SIGAA é porque ele mesmo, às vezes, é muito confuso em se entender. A gente mexe no SIGAA e não entende no que a gente está mexendo, tanto que hoje eu fui saber acessar uma aba de história que eu não sabia como acessar antes. Essa é a dificuldade do SIGAA que ele é muito confuso e além de confuso é um pouco travado e tem pessoas que mandam formulário por lá e é muito difícil, é difícil o SIGAA, pois não conseguem fazer pelo celular é preciso usar um computador”.

A17 “A dificuldade apresentada pelo SIGAA é porque ele é exclusivamente para quem utiliza computador, se alguém utilizar um dispositivo móvel não é possível conseguir e é bem mais complicado fazer pelo telefone”.

As falas apresentadas mostram as dificuldades enfrentadas pelos alunos no acesso ao SIGAA durante o processo de solicitação de benefícios. E isso pode ter como uma das consequências a perda do prazo para a solicitação dos benefícios. Outro ponto que podemos dar destaque é o de que 78,28% dos alunos do CMDI, conforme mostrado no (Gráfico 9) anteriormente, utilizam o Smartphone como forma de acesso à internet. A fala do aluno A17 traz o entendimento de que o SIGAA é um programa para ser utilizado apenas em computador. Dessa forma, uma vez confirmada essa informação, surge a necessidade de o Campus utilizar ações que promovam a desburocratização no acesso dos alunos aos benefícios da Assistência Estudantil no CMDI.

3.3 Aprimorando as Política de Assistência Estudantil

Este tópico tem como finalidade trazer as contribuições apontadas pelos alunos para melhoria das ações da Assistência Estudantil no IFAM/CMDI. Nesse sentido, para um melhor entendimento do tema abordado e construções apontadas pelos sujeitos da pesquisa procuramos utilizar como coleta de dados a Roda de Conversa.

Os estudos de Baldiati (2022, p. 55) trazem o entendimento de que “na construção dialógica, as rodas produzem conhecimentos coletivos contextualizados ao privilegiarem a fala crítica e a escuta sensível, possibilitando o entrosamento entre os participantes e o compartilhamento de informações”.

A Roda de Conversa, realizada no CMDI na data de 19 de dezembro de 2024, teve a participação de dez alunos do Ensino Médio Integrado reunidos em uma sala reservada no Campus e aconteceu no horário de intervalo de aula dos alunos.

No primeiro momento foi feita uma apresentação dos dados sintetizados da Assistência Estudantil e em um segundo momento os alunos foram orientados ao diálogo a partir de duas perguntas, quais seja: Descrevam algumas ações que poderiam ser propostas para melhoria da Assistência Estudantil no CMDI. O que vocês poderiam estar contribuindo para a elaboração de um guia didático da Assistência Estudantil para a melhoria das ações no Campus?

Os áudios foram gravados e posteriormente foram transcritos pela pesquisadora. A análise dos dados obtidos das contribuições dos estudantes foi feita

por meio da Análise de Conteúdo, dessa forma foram reveladas duas categorias principais que estruturam as respostas: Proposta de ações para a melhoria da Assistência Estudantil e Contribuições dos estudantes na produção de material educativo.

3.3.1 Proposta de ações para a melhoria da Assistência Estudantil

O ambiente educacional contempla uma realidade contínua e dinâmica, assim, com muitas oportunidades que incluem situações do contexto acadêmico e dos estudantes e que podem oportunizar o entendimento dos alunos sobre determinados temas. A Assistência Estudantil exerce um papel importante entre os alunos, no entanto, existem lacunas operacionais que precisam ser consideradas para um melhor aprimoramento da Política. Dessa forma, por meio das falas foi possível compreender as propostas de ações que emergiram das falas dos estudantes.

A primeira refere-se ao pagamento dos benefícios da Assistência Estudantil.

Segundo os alunos:

B1 “A sugestão seria um calendário e um aviso sobre quando vai cair o pagamento do benefício algo direto, mas pontual.

B2 “Sugestão seria haver um cronograma de pagamento com as datas do pagamento”, para o aluno se programar durante o mês”

B3: “fazer uma tabela de quando vai cair o benefício transporte porque as vezes pode acabar prejudicando, porque o pai não tem dinheiro”.

As falas dos alunos com as sugestões do pagamento dos benefícios foram unânimes na solicitação de uma data específica, e esse foi o assunto mais debatido na Roda de conversa. No entanto, vale ressaltar que o pagamento dos benefícios depende da descentralização de orçamento para o Campus. Outro fator que também pode está implicando em atraso no pagamento é a falta de documentos dos alunos, uma vez que para a elaboração do relatório de pagamento o aluno não pode ter pendências de documento.

Outra proposta de melhoria de ações também surgiu na Roda de conversa com as falas apresentadas a seguir sobre o deslocamento dos alunos até o Campus:

B6: “eu acho que o nosso campus deveria ter ônibus pelos menos para sair.

Tenho muitos colegas que moram na barreira, é muito longe muito difícil chegar até aqui e é por isso que muitos pensam em desistir.

B7: “realmente, o Campus é muito longe e é muito difícil o deslocamento até aqui, se houvesse um ônibus para sair daqui para o terminal ficaria mais fácil para nós, ajudaria muito para os alunos que moram longe”.

Devido à localização do CMDI ser no Distrito Industrial alguns alunos que moram mais longe têm dificuldade de chegarem até o Campus. Dessa forma, os alunos apresentaram essa proposta, no entanto, as ações da Assistência Estudantil devem ser planejadas e os alunos já recebem o benefício transporte para deslocamento e isso foi explicado para os alunos na Roda de Conversa.

3.3.2 Contribuições dos estudantes na produção de material educativo

Segundo Kaplún (2003) “os materiais educativos são objetos facilitadores da experiência de aprendizado. A sua elaboração requer pesquisa temática e pesquisa diagnóstica”.

Para as colaborações dos estudantes na produção de material educativo, os estudantes trouxeram como contribuições:

B8: “eu acredito que poderia ser sim um guia, mas com mais figuras e poucos textos porque a pessoa poderia assimilar mais visualmente do que ela realmente precisaria para entender melhor”.

B9: “acho que se tivesse mais figuras para ficar bem explicativo para as pessoas entenderem logo o que ela tem que fazer no processo de inscrição”.

B10: “com figura e com texto, porque quase a maioria dos alunos não prestam atenção no texto e sim mais nas figuras, o primeiro ano não quer ler muito texto e sim mais figuras”.

B1: “o digital não seria muito bom porque é difícil de se acessar e o aluno tem que ter interesse, aí o aluno não tem interesse, não tem espaço, então é físico com mais figuras”.

B2: “pode ser fixado na aba de inscrição, tem também a questão do Instagram e questão de acesso, Google Forms é melhor”.

A fala dos alunos traz como contribuições que o Produto Educacional seja um Guia ilustrativo com poucas palavras e mais figuras. Dessa forma, sinalizando de acordo com a idade e preferência dos alunos. Baseado nas contribuições procurou-se elaborar um guia didático de modo que suprisse as expectativas dos alunos

relacionados aos benefícios da Assistência Estudantil, ou seja um material educativo no qual os alunos pudessem acessar sem dificuldades.

CAPÍTULO 4

O guia de orientações para a seleção de beneficiários

O Produto Educacional desenvolvido nesta pesquisa nasceu da necessidade compreendida pela pesquisadora, através dos processos de seleção da Assistência estudantil, da grande dificuldade e da falta de informação dos estudantes do Ensino Médio Integrado para os editais de seleção de benefícios no Campus Manaus Distrito Industrial.

O mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) visa a construção de um material educativo na área de Ensino como um requisito parcial para a obtenção do título de mestre em EPT (CAPES, 2019). Nesse sentido, foi criado um Guia Didático eletrônico com o objetivo de atender os estudantes do Ensino Médio Integrado e a comunidade acadêmica do Campus que demonstre interesse pela Assistência Estudantil.

Segundo os estudos de Kaplún (2002, p. 46) é necessário “pensar no Produto Educacional como um objeto que facilita uma experiência de aprendizagem, ou seja, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, afetivo, de habilidades ou atitudes”.

4.1 Estrutura do Produto Educacional

A estrutura do Guia Didático fundamenta-se por meio dos três eixos de Kaplún (2003) para análise e construção de mensagens educativas, quais sejam:

O Eixo Conceitual que está relacionado a organização do conteúdo abordado, o Eixo Pedagógico que está voltado para a metodologia de ensino que será escolhida para o material, a forma como os conteúdos que serão organizados e como os recursos pedagógicos serão indicados e o Eixo Comunicacional que está relacionado a forma ou conforme Kaplún (2002, 2003) seria o veículo adequado escolhido para uma viagem. Para o referido eixo é necessário criatividade, capacidade de interação com jogos de palavras ou de imagens bem como jogos de sentidos ou sentimentos.

Dessa forma, em relação ao eixo conceitual o guia foi criado tomando por Base a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), Lei 7.234/2010 que instituiu o Programa Nacional da Assistência Estudantil, Lei 14.914 de 2024 que institui

a Política Nacional de Assistência Estudantil e demais legislações que regem a Assistência Estudantil. Nesse sentido, o Guia busca trazer para os alunos o entendimento da Política de Assistência Estudantil como um direito garantido constitucionalmente.

No que tange ao Eixo Pedagógico, o Produto Educacional foi criado em uma estruturação que considerou as sugestões dadas pelos alunos durante a coleta de dados da Pesquisa. Desse modo, sendo criado objetivando facilitar o acesso dos estudantes às informações da Assistência Estudantil, bem como aos critérios de seleção dos editais, assim sendo, procurando mitigar a falta de informação da Política e garantido o direito de permanência do estudante na Instituição.

Outro detalhe importante, é o de que o Produto Educacional foi criado para o uso especialmente pelos alunos por meio do celular, forma de maior acesso às mídias sociais na atualidade pelos jovens. Vale salientar que o guia não possui imagens pesadas que possam dificultar ou impossibilitar a forma de acesso às mídias sociais. Segundo a pesquisa nacional TIC Kids Online 2014, apresentada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br), “O telefone celular é o principal meio de acesso à internet no Brasil entre os usuários de 9 a 17 anos de idade” (O Globo, 2015). Sobre o Eixo comunicacional, o Guia foi pensado em proporcionar uma linguagem lógica, de fácil entendimento pelos estudantes, com figuras ilustrativas e com um conteúdo que possa estar atingindo a faixa de idade dos alunos para qual se destina.

Tomando por base os três eixos de Kaplún (2003), o Guia Produto Educacional foi organizado em quatro capítulos de forma lógica buscando atender à necessidade dos alunos. A estrutura do Guia começa mostrando sobre a Assistência Estudantil como um direito garantido por lei e finaliza respondendo as dúvidas mais frequentes dos alunos sobre a Política de Benefícios.

Dessa forma tomando por base a experiência da pesquisadora no processo de seleção de benefícios, no atendimento dos alunos e familiares e, também, tomando por base as sugestões apresentadas pelos alunos durante a fase da coleta de dados da investigação, o Guia foi elaborado com a seguinte estrutura:

O Capítulo 1 intitulado “A Educação como um direito garantido pela Constituição Federal de 1988” faz uma abordagem sobre as bases da Política de Assistência Estudantil, as leis que deram fundamento desde a CRFB de 1988 até a

sua base no IFAM e, também, mostra os benefícios oferecidos. Nesse sentido, de forma simples, com figuras ilustrativa e pouca leitura, mostrando a base legal para que o aluno entenda que a Assistência Estudantil é um direito garantido para o estudante.

O Capítulo 2 “A operacionalização da Política de Assistência Estudantil no Campus Manaus Distrito Industrial - CMDI” vem mostrando os principais pontos de operacionalização da Política no Campus como setor responsável que pode estar dando suporte para o aluno no processo de inscrição, critério para seleção, edital de seleção, prazos, como acessar o sistema, enfim, por meio de figuras ilustrativas e uma leitura simples abordando os maiores percalço dos estudantes, onde a falta de entendimento da operacionalização pode gerar o indeferimento do aluno, problemas na alimentação, atraso no pagamento dos benefícios dentre outros problemas que podem estar impactando diretamente na permanência do estudante na Instituição.

O Capítulo 3 “Documentos exigidos no Edital” também traz uma abordagem muito importante para os alunos. O Guia através de figuras ilustrativas busca mostrar os pontos mais importantes para que o aluno consiga tirar as dúvidas mais comuns sobre os documentos solicitados no processo. Segundo os estudos de Andrade e Tavares (2023) a falta de documento é uma das maiores causas de eliminação do aluno na Assistência Estudantil.

O Capítulo 4 intitulado “Perguntas Frequentes dos Estudantes” procurou trazer as perguntas mais abordadas pelos alunos que procuram o Setor de Serviço Social no Campus. E por fim, o Guia traz as considerações finais abordando a política como um direito garantido para o aluno e mostrando o compromisso do IFAM de promover uma educação acolhedora, inclusiva e que oportunize uma trajetória acadêmica com êxito para o aluno.

4.2 A Validação do Produto Educacional

A validação do Guia didático Assistência Estudantil: guia de orientações para a seleção de benefícios foi feita por meio da aplicação de um questionário no *Google Forms* (Apêndice F), durante o mês de agosto de 2025, aplicado a discentes, docentes e TAES, dessa forma procurando atingir um público diversificado, no sentido de se conseguir uma melhor avaliação do produto. O processo de avaliação nos proporcionou maior clareza e um melhor entendimento da aplicabilidade e efetividade do material. Dessa forma, fornecendo uma base para o aprimoramento e adequação

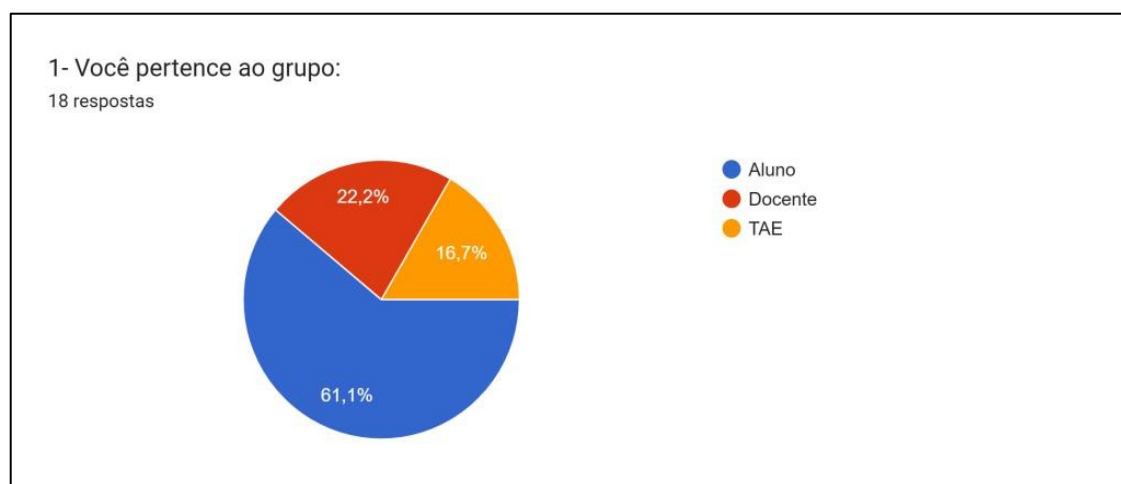
do Produto Educacional.

Os resultados revelaram uma alta taxa de aprovação, onde a maioria dos participantes reconheceram que o Guia tem uma linguagem clara e de fácil entendimento, as figuras ilustrativas foram bem aceitas e os avaliadores foram unânimes em responder que o Guia contribui para a permanência e êxito dos discentes no Campus.

O material foi avaliado como uma ferramenta pedagógica que coaduna com as necessidades da Assistência Estudantil para os estudantes do EMI. Também possui uma adequação para ser implantado na página do Campus e nas redes sociais do Instituto, bem como este Guia pode ser aperfeiçoado para divulgação dramatizada em audiovisual, áudio book, libras e braille.

A primeira questão do questionário teve por objetivo saber qual o grupo de pertencimento dos participantes da validação do Produto.

Gráfico 10 - Você pertence ao grupo de:



Fonte: Dados da Pesquisa.

O processo de avaliação contou com a participação de 18 avaliadores sendo 3 docentes, 4 técnicos administrativos e 11 alunos. O envio do Produto foi feito via *WhatsApp* juntamente com um *link* do *Google Forms* contendo oito questões de opinião fechada e mais uma questão aberta para sugestões e ajustes do produto. O questionário disponibilizado teve como objetivo a apresentação da percepção dos avaliadores quanto à adequação e relevância do produto criado.

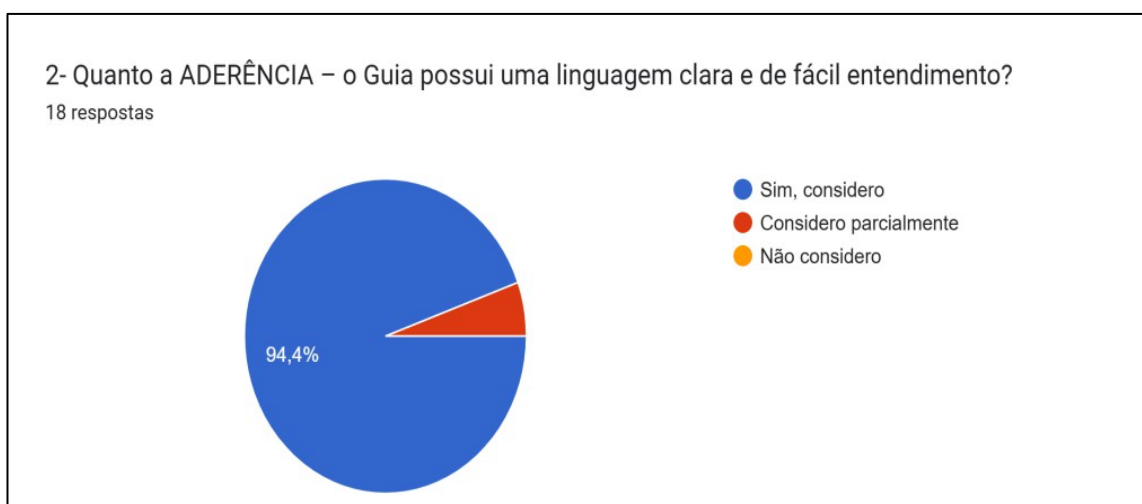
Os resultados mostraram uma boa taxa de aceitação com a maioria dos avaliadores reconhecendo que o guia possui uma linguagem clara, de fácil

entendimento, é atrativo aos discentes, alcançou o objetivo proposto e pode contribuir para a permanência êxito dos alunos na Instituição.

A seguir detalharemos a avaliação realizada a partir de gráficos elaborados por meio das respostas dos participantes.

A questão número 2 abordou sobre a aderência da linguagem do Produto Educacional sobre ser clara e de fácil entendimento. De acordo com a avaliação feita o (Gráfico 11) apresenta os seguintes resultados: 94,4% consideraram uma língua clara e de fácil entendimento enquanto 5,6% consideraram uma linguagem parcialmente clara e de fácil entendimento.

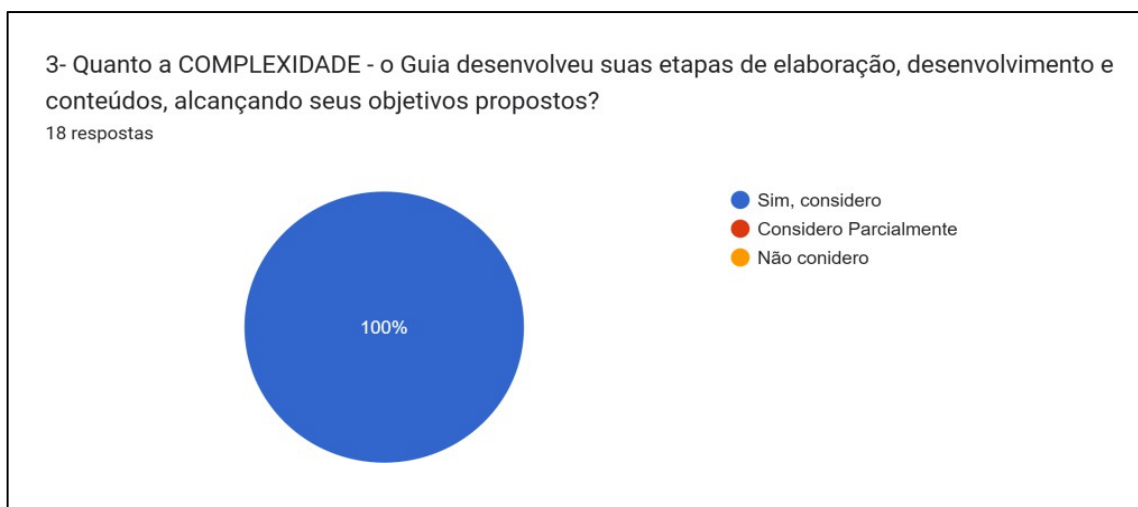
Gráfico 11 - Quanto a Aderência - possui uma linguagem clara e de fácil entendimento?



Fonte: Dados da Pesquisa.

A questão de número 03 abordou sobre a complexidade das etapas de elaboração e desenvolvimento e conteúdo, dessa forma, procurando avaliar se esses objetivos foram alcançados. O (Gráfico 12) mostra que do total de pessoas que avaliaram o Produto 100% consideram que o Guia desenvolveu suas etapas de elaboração, desenvolvimento e conteúdo, dessa forma alcançando os objetivos propostos na Pesquisa.

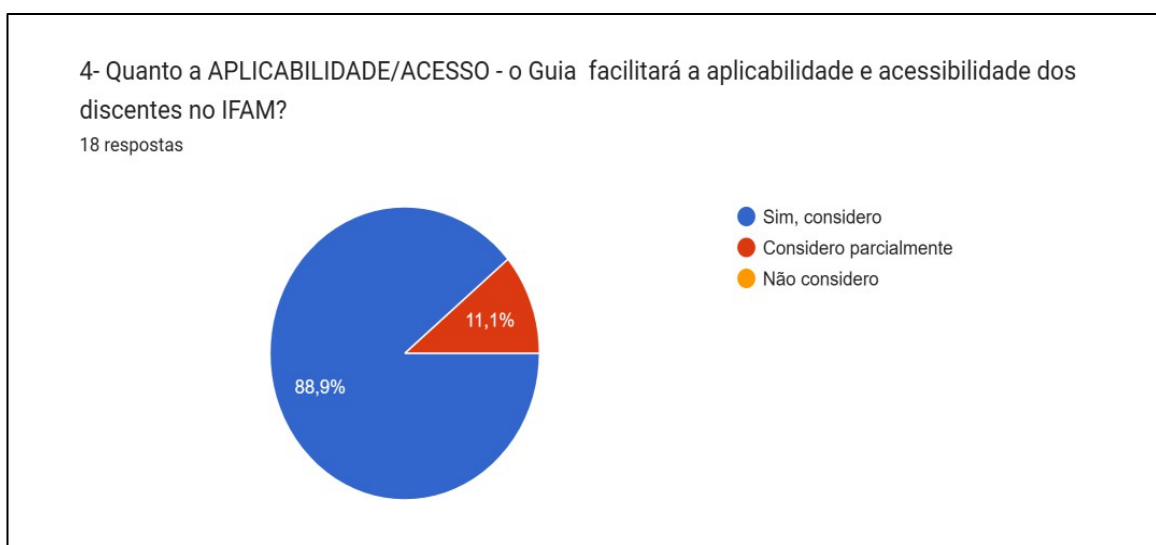
Gráfico 12 - Quanto a complexidade – desenvolveu suas etapas de elaboração, desenvolvimento e conteúdo, alcançando os objetivos propostos?



Fonte: Dados da Pesquisa.

A questão número 4 traz uma abordagem sobre a aplicabilidade e acesso do Guia com a pergunta se o Produto facilitará a aplicabilidade e a acessibilidade aos discentes. O (Gráfico) 13 mostra que 88,2% consideram que sim, o Guia facilitará a aplicabilidade e acessibilidade dos discentes. Já 11,8% consideram parcialmente que sim. Dessa forma, as informações do gráfico mostram que a maioria confirma a pergunta.

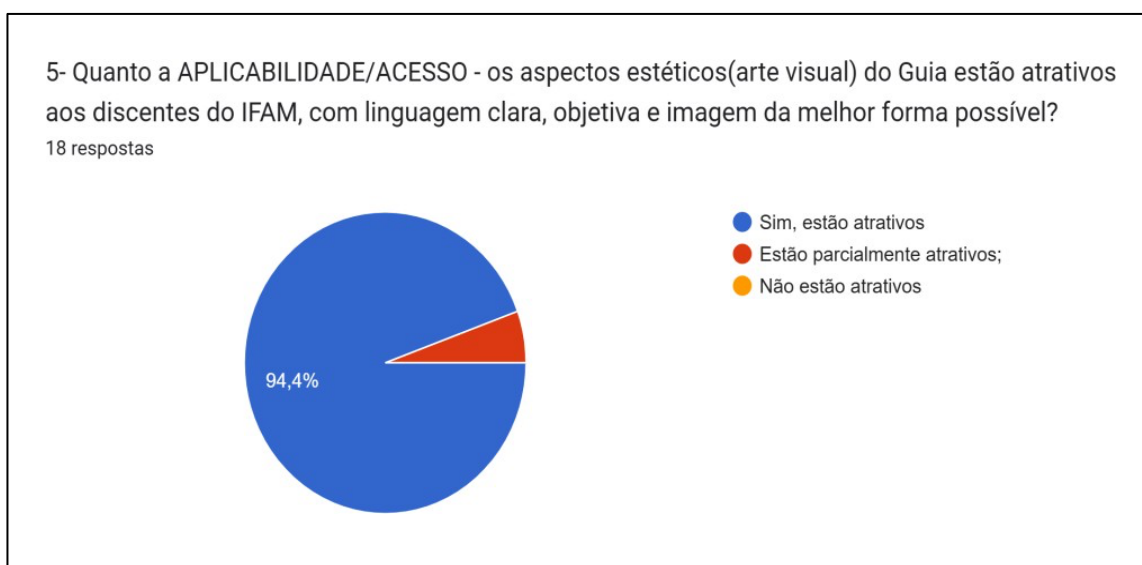
Gráfico 13 - Quanto a Aplicabilidade/Acesso - o Guia facilitará a aplicabilidade e a acessibilidade dos discentes no IFAM?



Fonte: Dados da Pesquisa.

A questão 5 traz a abordagem sobre aplicabilidade e acessibilidade dos aspectos estéticos, arte visual, do Guia, se estão atrativos aos alunos demonstrando uma imagem clara e objetiva. O (Gráfico) 14 explica que do total de resposta da avaliação 94,4% consideram que sim. Já 5,6% consideram parcialmente atrativo.

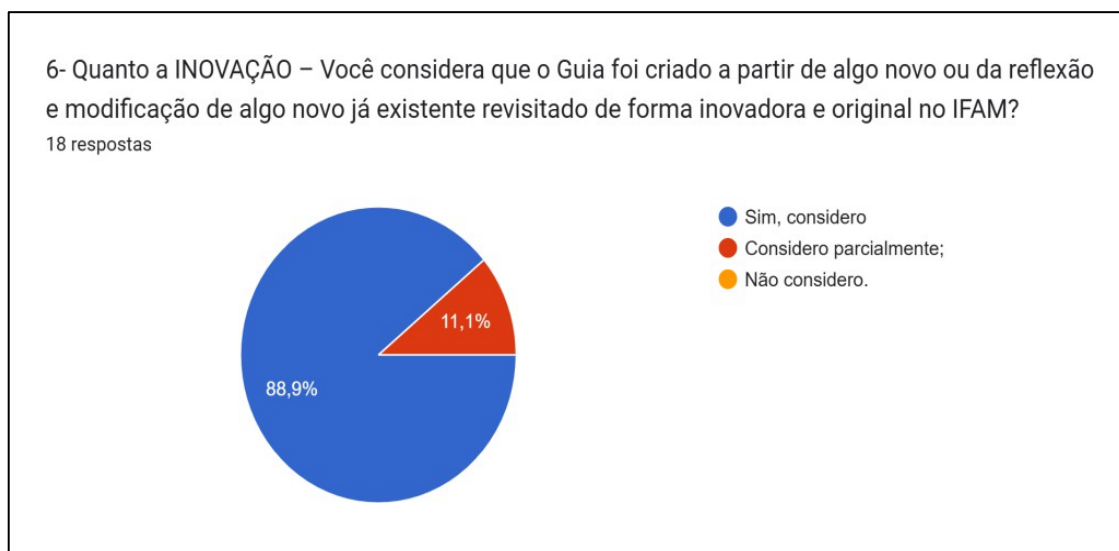
Gráfico 14 - Quanto a complexidade – o Guia desenvolveu suas etapas de elaboração, desenvolvimento e conteúdo, alcançando os objetivos propostos?



Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico abaixo apresenta como resposta que 89,9% consideram que sim, que o Produto foi criado a partir de algum material novo ou algo novo no qual foi revisitado e aprimorado de forma inovadora. Essa pergunta justifica-se pelo fato de que cada Instituto Federal elabora seus editais com o modo de apresentação da Política de acordo com a sua necessidade.

Gráfico 15 - Quanto a Inovação - Você considera que o Guia foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo novo já existente revisado de forma inovadora e original no IFAM?



Fonte: Dados da Pesquisa.

A questão 7 traz uma abordagem sobre o impacto do Guia de forma positiva entre os estudantes do IFAM. O (Gráfico) 16 mostra que do total de avaliadores 88,9% consideram que sim, que o Guia terá um impacto positivo entre os alunos, enquanto 11,1% consideram parcialmente que sim. Dessa forma, é possível inferir que há um número expressivo para o impacto do produto entre os alunos.

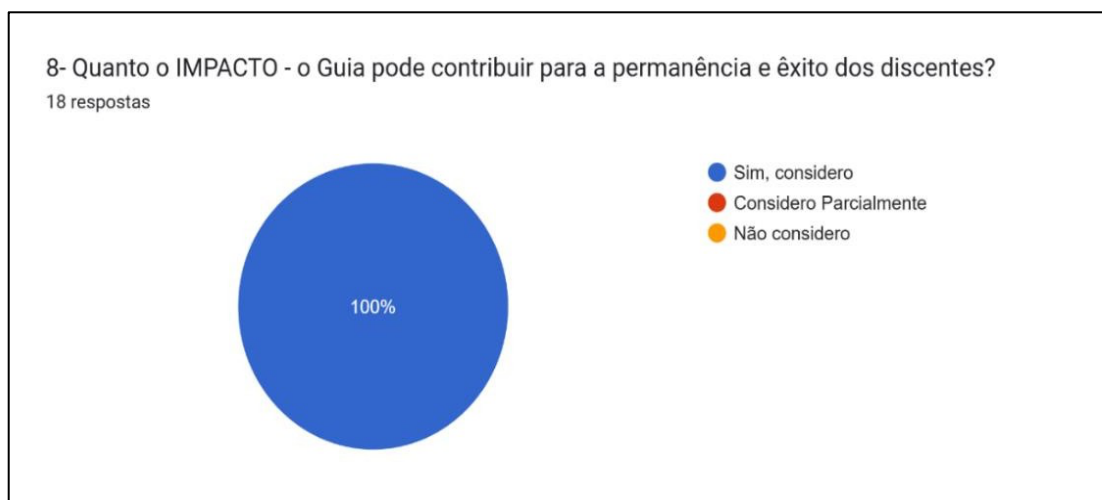
Gráfico 16 - Quanto ao Impacto, você considera que o Guia terá um impacto positivo perante os discentes do IFAM?



Fonte: Dados da Pesquisa.

A questão 8 está relacionada aos objetivos da assistência estudantil. Dessa forma, a questão busca saber se o guia contribui para a permanência e o êxito dos discentes no IFAM. A resposta dos avaliadores foi unânime em dizer que considera sim que o guia da Assistência Estudantil contribuirá para a permanência dos estudantes no Ensino Médio Integrado.

Gráfico 17 - Quanto ao Impacto, você considera que o Guia pode contribuir para a permanência e êxito dos discentes?



Fonte: Dados da Pesquisa.

A questão de número nove traz os comentários sobre o Produto a opinião dos avaliadores, as contribuições, as sugestões de melhoria, inclusões, sugestões de mudanças que considerem relevante para o Guia. Abaixo segue os comentários dos avaliadores sobre a questão nove.

Figura 1 - Questão 9. Comentário dos avaliadores.

9- Espaço para você registrar sua opinião sobre o Produto Educacional, bem como se desejar contribuir com sugestões de melhorias, inclusões, sugestões e mudanças que considerar relevante e de suma importância para o Guia de orientações para a seleção de benefícios da Assistência Estudantil do IFAM.

18 respostas

Extremamente necessário esse guia.

sem comentarios

"O Guia cumpre sua função de instrumento didático, com uma linguagem clara e organizada, dialogando com o público-alvo (alunos da EPTNM).
Falta incluir as referências das legislações e normativos citados."

São todos bons.

sem comentários

Este produto será fundamental para os alunos de demais usuários.

Apresentações, seminários, algo assim

Acho que um documento como esse é de grande ajuda para simplificar e exemplificar passo a passo do processo da assistência de modo que o risco que o processo de

Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 2 - Questão 9. Comentário dos avaliadores.

9- Espaço para você registrar sua opinião sobre o Produto Educacional, bem como se desejar contribuir com sugestões de melhorias, inclusões, sugestões e mudanças que considerar relevante e de suma importância para o Guia de orientações para a seleção de benefícios da Assistência Estudantil do IFAM.

18 respostas

Acho que um documento como esse é de grande ajuda para simplificar e exemplificar passo a passo do processo da assistência de modo que o risco que o processo de algum aluno seja indeferido pela falta de conhecimento do processo

Seria algo mais claro e rápido,

Excelente.

É uma política que precisa ampliar os benefícios focados na permanência e exito do estudante, atraindo o diferencial do PCD, uniforme, recurso tecnológico básico (Tablet, computador).

Considerando questões de acessibilidade, recomendo pensar a divulgação do produto, também, em Audio-visual, Aúdio book (áudio descrição) e LIBRAS.

muito bom, melhora muito para o aluno as informações. Muitas coisas no guia que eu não entendia e agora to entendendo

Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 3 - Questão 9. Comentário dos avaliadores.

9- Espaço para você registrar sua opinião sobre o Produto Educacional, bem como se desejar contribuir com sugestões de melhorias, inclusões, sugestões e mudanças que considerar relevante e de suma importância para o Guia de orientações para a seleção de benefícios da Assistência Estudantil do IFAM.

18 respostas

Acho que um documento como esse é de grande ajuda para simplificar e exemplificar passo a passo do processo da assistência de modo que o risco que o processo de algum aluno seja indeferido pela falta de conhecimento do processo

Seria algo mais claro e rápido,

Excelente.

É uma política que precisa ampliar os benefícios focados na permanência e êxito do estudante, atraindo o diferencial do PCD, uniforme, recurso tecnológico básico (Tablet, computador).

Considerando questões de acessibilidade, recomendo pensar a divulgação do produto, também, em Audio-visual, Aúdio book (áudio descrição) e LIBRAS.

muito bom, melhora muito para o aluno as informações. Muitas coisas no guia que eu não entendia e agora to entendendo

Fonte: Dados da Pesquisa

Diante dos resultados obtidos, a validação do Produto Educacional intitulado Assistência Estudantil: Guia de orientações para a seleção de benefícios revelou a aceitação de alunos, docentes e técnicos administrativos. O material atendeu a perspectiva de ter um impacto positivo perante o IFAM, de ter uma linguagem clara e de fácil entendimento, também, desenvolveu suas etapas de elaboração, desenvolvimento e conteúdo, alcançando, assim, os objetivos propostos e por fim verificou-se que O Guia contribui para a permanência e êxito dos alunos do Ensino Médio Integrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender qual é a percepção que os estudantes do Ensino Médio Integrado têm sobre a Assistência Estudantil, ofertada no IFAM - Campus Manaus Distrito Industrial, e qual o impacto da Política para permanência e sucesso dos discentes no Campus.

Sabemos que a Assistência Estudantil é fundamental para garantir a permanência e sucesso dos alunos no Ensino Médio Integrado, principalmente os estudantes que se encontram em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica. Partindo desse entendimento procuramos analisar como a Política tem impactado na vida acadêmica dos estudantes.

Dessa forma, a pesquisa nos oportunizou, por meio das investigações feitas, a conhecer o perfil dos alunos que utilizam os benefícios da Assistência Estudantil, bem como a identificar a percepção deles sobre o que pensam e entendem sobre a Política de Benefícios, também, a verificar as contribuições desses alunos para a melhoria das ações no IFAM.

Nesta jornada investigativa, tivemos a oportunidade de conhecermos o perfil dos estudantes atendidos pela Assistência Estudantil, onde a pesquisa revelou que a maioria são oriundos de um contexto de vulnerabilidade social e possuem uma renda per capita de até meio salário mínimo. O que prova a necessidade e a importância dos benefícios para esses estudantes.

Um dado muito importante extraído do perfil dos estudantes é que a maior parte deles utilizam o telefone celular para ter acesso ao SIGAA na realização de trabalhos escolares, bem como para fazerem a solicitação de benefícios nos processos de inscrições, no entanto, as falas de alguns alunos expressaram a dificuldade de acesso ao Programa para solicitação de Benefício e alunos chegaram a afirmar que o Sistema SIGAA foi feito para ser usado em computadores e não em celulares, fato que pode ser investigado futuramente.

Outra informação importante observada na pesquisa, foi a percepção dos estudantes sobre a Política, ou seja: o que eles entendem por Assistência Estudantil e as respostas obtidas foram variadas. No entanto, por meio de três categorias conseguimos identificar a avaliação dos participantes sobre a Assistência Estudantil. Na primeira categoria foi compreendido que os alunos entendem a Assistência

Estudantil como um instrumento de auxílio, mas mesmo assim, demonstram serem gratos pelos benefícios. Na verdade, as falas dos alunos sinalizam a falta de informação sobre a Política bem como sua operacionalização. O que pode implicar na não permanência do estudante no Campus.

Na segunda categoria os alunos demonstram serem bem mais críticos e possuírem mais informação sobre a Assistência Estudantil, dessa forma, eles entendem que a Assistência Estudantil é um direito garantido por Lei e que o Estado tem a obrigação de garantia desse direito. Esse entendimento por parte dos alunos pode levá-los a busca de direitos na Instituição e a estar contribuindo com a permanência e o êxito do estudante no Campus.

A terceira categoria procurou abordar três tipos de dificuldade dos alunos, quais sejam: a primeira trata da falta de informação sobre a Política, fato que pode prejudicar na permanência dos estudantes no Campus, a segunda refere-se a falta de entendimento por parte de alguns alunos do Edital de benefícios, razão pela qual o não entendimento do Edital pode acabar excluindo os estudantes do processo de seleção e a terceira refere-se as dificuldade dos alunos no acesso ao SIGAA, pois a falta de acesso ao Sistema pode excluí-lo do processo.

E por último, surgiram as contribuições dadas pelos alunos para melhoria das ações da Assistência Estudantil no Campus. Dessa forma, dentre elas, foi sugerido a elaboração de um material educativo e que pudesse direcionar os alunos na seleção de editais da Assistência Estudantil. Nesse sentido, baseado nas orientações dos alunos foi criado um Guia da Assistência Estudantil, intitulado: Assistência Estudantil: guia de orientações para a seleção de benefícios.

A trajetória acadêmica dos alunos na EPT nos remete a reflexão de pensar a Política de Assistência estudantil não apenas como forma de permanência e êxito dos alunos na Instituição, mas também entender que os Institutos federais contemplam um público de jovens onde a maior parte são originários de famílias de baixa renda e que precisam estar inseridos em uma sociedade que oportunize políticas que possam contribuir no crescimento desses jovens.

A investigação conseguiu alcançar os objetivos propostos e trouxe grandes contribuições para a Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que a EPT, apesar de ter mostrado sua importância promovendo a formação integral dos alunos e procurando inseri-los no mundo do trabalho, ainda possui grandes desafios para a manutenção desses jovens na Instituição, principalmente no que diz respeito a

questões orçamentária para a manutenção dos benefícios da Assistência Estudantil. Falamos muitos que a Educação Profissional e Tecnológica trouxe grande contribuição na formação dos alunos do Ensino Médio Integrado, enfatizando seus objetivos na promoção de uma educação integral para o desenvolvimento do País, no entanto, em um contexto neoliberal, na prática ainda existem muitas dificuldades que comprometem a efetividade da EPT como uma política de educação.

As limitações de recursos básicos como alimentação, transporte, material didático pedagógico, laboratórios adequados dentre outros demonstram que apesar do avanço da EPT como política na educação, ainda urge a necessidade de investimento maiores em infraestrutura e planejamento adequado de permanência do estudante na Instituição, desse modo, garantindo uma educação técnica de qualidade.

E por fim, devido as dificuldades dos recursos da pesquisa e limitações das futuras problematizações sugiro algumas discursões futuras como obstáculo de acesso aos Sistemas de inscrição, dotação orçamentária para atendimento da PAES e infraestrutura adequada para garantia de permanência do estudante no EMI na EPT. A pesquisa em tela não apresenta condições de estar abordando sobre os temas proposto, mas sugiro que em outro tempo a pesquisadora ou outros possam estar dando continuidade, uma vez que a pesquisa não se encerra aqui.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. **Assistência estudantil como política de permanência na UFPB**. 2017. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9919>

ALMEIDA, Daniela da Cunha Lopes; PESSOA, Camila Turati. **O percurso histórico da Assistência Estudantil: um debate necessário para a garantia da qualidade na educação superior**. 2025. Disponível em https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/6098. Acesso em 22 jan. 2025.

AFONSO, Almerindo. Janela. **Reforma do Estado e Políticas Educacionais: Entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional**. Educação & Sociedade. Campinas: ano XXII, n. 75, agosto-2024.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na educação. Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2000.

ANDRADE, Mauro Celso de Jesus; TAVARES, Eliezer Mouta. **Assistência estudantil: o perfil socioeconômico e suas contribuições à política assistencial dos alunos do Instituto Federal do Pará - campus Belém, no período de 2016 a 2018**. *Revista Interdisciplinar em Políticas Públicas e Marxismo*, Marília, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/13916/14874>. Acesso em: 30 out. 2024.

BALDIATI, Fernanda Reolon. **Desafios e dificuldades de discentes ingressantes do Ensino Médio integrado do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja, na disciplina de Matemática**. 2022. Disponível em: <https://arandu.iffarroupilha.edu.br/handle/itemid/422>. Acesso em 23 de abril de 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, v. 70, 2011.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12 de fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 5771, 3 ago. 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-norma-pe.html>. Acesso em 19 de mai. de 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022**. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Diário Oficial da

União, Seção 1, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2022/decreto-11016-29-marco-2022-792433-norma-pe.html>. Acesso em: 22 de jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Seção 1, p. 5, 4 jul. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-publicacaooriginal-172283-pl.html>. Acesso em 03 jan. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 27 de jan. de 2025.

BRASIL. **Portaria nº 67, de 6 de fevereiro de 1987, Ministério da Educação (MEC)**. Criou a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus para a então Escola Técnica Federal do Amazonas (atual IFAM). IFAM 2024. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/campus/cmdi/arquivos/portari2022-n-67-de-06-de-fevereiro-de-1987.pdf/view>. Acesso em 24 mai. 2024.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 02 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 13 de jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia — IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso 23 out 2024.

BRASIL (2010). **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos

Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito. Rio de Janeiro, RJ, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 02 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961353722-ublicacao-original-1-pl.html>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. Plataforma Nilo Peçanha. PNP 2022: ano base 2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome. **Cartilha “Noções Básicas Cadastro Único”**. 2007. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Cadastro_Unico/Cartilha_a/Cartilha_Nocoas_Basicas.pdf. Acesso em 28 mai 2025.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Portaria MDS nº 897, de 7 de julho de 2023**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=6568>, Acesso em 22 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: Documento Base**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/710/291>. Acesso em 15 mar. 2025.

Brasil. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO; FUNDAÇÃO Escola Nacional de Administração Pública. **Relatório de gestão do exercício de 2016**. Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/3705/1/RelatoriodeGestao_completo_2016.pdf. Acesso em 01 fev. 2025.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2024

BRASIL. **Resolução nº 001/CONSUP/IFAM, de 10 de janeiro de 2024**. Aprova a revisão da Política de Assistência Estudantil – PAES do Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/assistencia-ao-estudante>. Acesso em 05 de mai 2025.

BRASIL. **Resolução Nº 072/CONSUP/IFAM, 15 de agosto de 2022**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/1618864656/resolucao-n-72->

19-08-2022-do-dou. Acesso em 22 out, 2024.

BRASIL, **CAPES. Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino.pdf>. Acesso: 12 de ago. 2024.

BRASIL/MEC/SETEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Técnico: Documento Base**. Brasília: dezembro de 2007. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000009435.pdf>. Acesso em 28 nov. 2024.

CAVALCANTI, Renata Gomes. **A contribuição da educação física no processo de ensino-aprendizagem de discentes do ensino médio do IFPB: uma proposta interdisciplinar por meio da gamificação e do esporte de aventura**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/3371>. Acesso em: 01 out. 2024.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CECHIN, Marizete Righi; PILATTI, Luiz Alberto. **Da formação de artífices à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/jLrxB8jbd3X7mjZVGrtxjcd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2025.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. (Orgs.). *Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em 01 jan 2025.

CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-105. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 04 jan, 2025.

COSTA, Simone Gomes. **Dissertação de Mestrado: A equidade na Educação Superior: uma análise das políticas de assistência estudantil**. 2010. 202. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>. Acesso em 22. Mai 2024.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27499/000764752.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 23 jan. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.951, de 20 de setembro de 2021.** Institui o Estatuto da Juventude do Distrito Federal e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 21 set. 2021. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/74c1e6f2516a4770b7bd1429b26b96fe/Lei_6951_20_09_2021.html. Acesso em 12 jul. 2024.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de SOUZA. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmbvbw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 abr. 2024.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais.** São Paulo: Cortez, 1980.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FERNANDES, Florestan. **Diretrizes e bases: conciliação aberta.** In: Educação e Sociedade, n. 36. Campinas, ago. 1990, p.142-147.

FERREIRA, Samuel Anderson; AZEVEDO, Rosa. **Orientação profissional e formação humana integral na educação profissional técnica de nível médio.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 3, n. 8, p. 1–17, abr. 2020. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/488>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação ANDIFES. UFU, PROEX: 2012. FONAPRACE/ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/?p=88796>> Acesso em: 14 mai.2024.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação ANDIFES. UFU, PROEX: 2012. FONAPRACE/ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/?p=88796>> Acesso em: 14 mai.2024.

FONTOURA, Juliana. **Oito em cada 10 brasileiros de nove a 17 anos que usam internet têm celular próprio.** Revista Educação, 24 out. 2024. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2024/10/24/nove-a-17-anos-celular-proprio/> Acesso em 10 nov. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento.** 2018. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%A2ncia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Soc

iet%C3%A1rio_de_Desenvolvimento.pdf. Acesso em 22 dez. 2025.

GARBIN, Elisabete Maria; PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo. **Culturas juvenis assembleianas**. Educação e Revista, v. 33, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TM5rCkh8YMKyVNL6JnBhk3q/>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. [4. Reimpr.] - São Paulo: Atlas, 2021.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepess, 2009. p. 701- 717.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama>. Acesso em: 22 jun. 2024.

IBGE – Agência de Notícias. **Em 2023, 88,0% das pessoas com 10 anos ou mais utilizaram Internet**. 16 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-2023-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet>. Acesso em 20 fev 2025.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. Serviço**. Social & Sociedade. São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628sssoc-129-0285.pdf>. Acesso em: 07 out. 2024.

INCERTI, Tânia Gracieli Vega; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Discutindo gênero na educação profissional e tecnológica: conquistas, desafios, tabus e preconceitos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 460–477, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/sqTCxk8VxCKpYtn7Wm9hpHv/?lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 - 2023. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM**. Manaus: IFAM, 2019. Disponível em: <https://ead2.ifam.edu.br/arquivos/PDI20192023.pdf>. Acesso em 10 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS –

IFAM. **Plano estratégico de ações de acesso, permanência e êxito dos discentes do IFAM – Campus Manaus Distrito Industrial**. Manaus, 2023. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/permanencia-e-exito>. Acesso em 21 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). **RELATÓRIO DE GESTÃO: Exercício de 2019-2023**. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/diretorias-sistemicas/institucional/menu-dpdi/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-2023/home-1>. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

KAPLÚN, G. Contenidos, itinerarios y juegos. **Tres ejes para el análisis y la construcción de mensajes educativos**. VI Congreso de ALAIC (Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación). Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, 2002.

KAPLÚN, Gabriel. **Material educativo: a experiência de aprendizado**. In: Comunicação & Educação. 2003, n. 27, p. 46-60. ISSN:0104-6829. Versão online. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012, 179f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 13 de setembro de 2024.

LIMA, Denise Ribeiro de. **Serviço social na educação: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação**. 2018. Disponível em: <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/SERVI%20SOCIAL-NA-EDUCA%20-desafios-e-possibilidades-da-inser%20profissional-na-pol%20tica-de-educa%20.pdf>. Acesso em 01 jul. 2025

LIMA, Telma. Cristiane. Sasso de. **As ações sócio-educativas e o projeto ético político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LOPES. Shirley Raquel Frazão. **Assistência estudantil como instrumento de permanência na EPT: um guia para imersão na Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE)**. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - IFPI, Parnaíba, 2021.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2012. – reimpr. - São Paulo: EPU., 2012.

MAIA, Francisco Ripardo. **O programa socioassistencial estudantil no Instituto Federal do Amazonas/Campus Tefé: percepção dos discentes**. 2023. Disponível em: http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/bitstream/4321/1327/1/O%20programa%20socioasistencial%20estudantil%20no%20Instituto%20Federal%20do%20AmazonasCampus%20Tef%20-percep%20dos%20discentes_Francisco%20Ripardo%20Maia_20

23.pdf. Acesso em: 30 out. 2025. Acesso em 01 fev. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, João Paulo Lira. **Política de Assistência Estudantil no Ensino Integrado.: Análise sob a ótica dos alunos do curso de Agropecuária do IFPI – Campus Oeiras**. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Neide/Downloads/PO L%C3%8DTICA_DE_ASSIST%C3%8ANCIA_ESTUDANTIL_NO_ENSINO_M%C3%89DIO_INTEGRADO_b95bb9b39bf04311b5d98028bf70d037.pdf. Acesso em 17 mai. 2024.

MEDEIROS, Marília Silva. **Políticas de assistência estudantil: um estudo sobre o processo de implantação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ifpa.edu.br/jspui/handle/prefix/390>. Acesso em 05 abr. 2025.

MEDEIROS, Sidineya Aires de. **Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos**. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT) – Instituto Federal Goiano, Morrinhos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1417> Acesso em: 05 de jan. de 2025.

MELLO, Maria Stella Vasconcelos Nunes de. **De Escolas de Aprendizizes a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: cem anos de história**. Manaus: Editora, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. IN. DESLANDES, Suely Ferreira. Et al. (Orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. **Sociedade em Debate**. 2011, p. 29-40.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Elementos Conceituais Para Pensar a Política de Assistência Estudantil na Atualidade**. In: FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Revista Comemorativa 25 anos: Histórias, memórias e múltiplos olhares. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012. p. 147-157. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em 03 de jan. 2025.

NASCIMENTO, Clara Martins. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://descomplicapae.com/historia>. Acesso 11 mai 2025.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; SANTOS, Josiane Soares. **Assistência estudantil no IFS. Aracaju**: Edifs, 2014. 173 p. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/914?mode=full>. Acesso em:

25 mai. 2025.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras - TIC Educação 2023 = ICT in Education: Survey on the Use of Information and Communication Technologies in Brazilian Schools**. São Paulo: Cetic.br | NIC.br, 2024. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/educacao/publicacoes>

O GLOBO. **Pela primeira vez, celulares são o principal meio de acesso à internet dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: O Globo, 2015. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/economia/pela-primeira-vez-celulares-sao-principal-meio-de-acesso-internet-dos-jovens-brasileiros-16986148#:~:text=Economia-,Pela%20primeira%20vez%2C%20celulares%20s%C3%A3o%20o%20principal%20meio%20de,%C3%A0%20internet%20dos%20jovens%20brasileiros](https://oglobo.globo.com/economia/pela-primeira-vez-celulares-sao-principal-meio-de-acesso-internet-dos-jovens-brasileiros-16986148#:~:text=Economia-,Pela%20primeira%20vez%2C%20celulares%20s%C3%A3o%20o%20principal%20meio%20de,%C3%A0%20internet%20dos%20jovens%20brasileiros;); Acesso em 24 fev 2025.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo 2003.

PACHECO, Eliezer (org.). **Proposta de diretrizes curriculares nacionais**. São Paulo: Moderna, 2012. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2020/07/PerspectivasEducaoProfissional.pdf>. Acesso em: 15 jun.2024.

PERIERA, Potyara Amazoneida. **Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista**. In: COSTA, Lúcia Cortes., NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; e SILVA, V. R., orgs. **A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, pp. 15-26. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rfv9p/epub/costa-9788577982318.epub>. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – **PDI 2019-2023** Disponível em <https://ead2.ifam.edu.br/arquivos/PDI20192023.pdf>, Acesso em 28 set 2024.

PRADA, Talita; SURDINE, Mônia Carla da Costa. **A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. *SER Social*, Brasília, v. 20, n. 43, p. 268-289, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18860/17575. Acesso em 02 de outubro de 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAMOS, Marise. **História e Política da Educação Profissional**. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. E-book. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://docplayer.com.br/72492817-Historia-e-politica-da-educacao->

profissional.html. Acesso em: Acesso em: 08 out. 2024.

REZENDE, Milka. "Pierre Bourdieu"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/pierre-bourdieu.htm>. Acesso em 01 de set. 2025.

SANTOS, Luciana Vieira dos; **Assistência Estudantil e Serviço Social: atuação dos Assistentes Sociais nos Campi do IFAM de Manaus**. 2019. Orientador: Hamida Assunção Pinheiro. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7278/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o_LucianaSantos_P_P_GSS.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

SANTOS, Fabio Alexandre Araújo. **INSTITUTOS FEDERAIS: expansão, desafios e diretrizes educacionais**. 2020. Disponível em <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/download/1724/1682/5013>. Acesso em 02 jan. 2025.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Aparecido Portela da. **Impacto de políticas públicas de assistência estudantil nos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO – Campus Vilhena**. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/entities/publication/95e23da9-8652-44dd-b650-ba8553f9a6f5>. Acesso em: 10 out. 2024.

SILVA, Bárbara Rocha. **Políticas Afirmativas nos Institutos Federais: um estudo sobre Teses/Dissertações**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 1, n. 22, p. e11720, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11720>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, Juliana de Araújo. **Estudo sobre a trajetória da Assistência Social no Brasil: do padrão assistencialista ao profissionalizado**. 2017. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58757478/Dissertacao_mestrado_Juliana_de_Araujo_20190331-3810-bn2f3r.pdf?1738382168=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEstudo_sobre_a_trajetoria_da_Assistencia.pdf&Expires=1763337763&Signature=AIN4Ur6HDWiQD-nqXI1QLREtNCcEC81jMB-WFNZrqeUR-1joZoYEpnHaoxv7Ipedoz6Gu1QF4aNh0M9yibGCQ5SRoN3oqtjPltZa-CfyWCXn7ZJANJAGIWj8Qj40IR14hGVANC4QASUOinvW61gKTLLb9fNMhY3eOmg ezRmh8xtlCJ9W56a-868awwxziYH-2CxqLy9bnWarJHg9TMGqJ-EEN8jByliBmldE~Vbfqd7mcK5GkvLwLcuoN7YhbY37NonW5FOLhyvwYXsUrm04Y4ZAc00a65mkMx0rwJxCnr6TWt6kEytmPbPczrqrNDqtyCZ8G5o78Vb0e~TW6Dwd1A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em 12 out. 2024.

SILVA, Ricardo Gonçalves da. **Do welfare ao workfar, ou, da política social keynesiana/fordista à política social schumpeteriana/pós-fordista**. 2011. Disponível em:

[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8419/1/2011_RicardoGon%
c3%a7alvesdaSilva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8419/1/2011_RicardoGon%c3%a7alvesdaSilva.pdf). Acesso em: 30 jan. 2025.89

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. Disponível em http://antares.ucpel.tche.br/mps/dissertacoes/Mestrado/2012/Disserta%E7%E3o_MiriamSilveira.pdf. Acesso em: 04 fev. 2024.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. **Cadastro Único: identidade, teste de meios, direito de cidadania**. São Paulo: Cortez, 2017.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. **A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos**. Educação e Pesquisa, v. 44, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/cdSt3xCththpDM9rwrNGVg/?lang=pt>. Acesso em 22 de jan. 2025.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. 2008.. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/f6dd3e48-afc9-4e48-87c7-9d400368a5ed/content>. Acesso em: 11 mai. 2025.

VASCONELOS, Natália Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p, 399-411, 2010. Disponível em: <https://xdocs.com.br/doc/artigo-sobre-assistencia-estudantil-7lox45zm5g8x>. Acesso em: 09 jun. 2024.

VIEIRA, Edvaldo. **A política e as bases do direito educacional**. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil 2001 p. 10 e 11. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/sW79rDZ6L4pZK96YKwK8yfR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 mai. 2024,

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil de Getúlio a Geisel**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995

XAVIER, Thays Ribeiro Torres Magalhães; FERNANDES, Natal, Lânia Roque. **Educação profissional técnica integrada ao ensino médio: considerações históricas e princípios orientadores**. *Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, Manaus, v. 5, n. 11, p. 1-19, jun. 2019. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/710>. Cesso em 22 nov.2024.

WARSCHAUER, Cecília. **Rodas em rede: Oportunidades formativas na escola e fora dela**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2008.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de**

estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em>. 27 mai.2024.

APÊNDICE A

Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE (Participante maior de 18 anos)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa “O LUGAR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO”, de responsabilidade da pesquisadora MARIA ALCINEIDE DE OLIVEIRA, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, localizado no Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Manaus Centro, no endereço: Av. Sete de Setembro, 1975 – Centro, pelo telefone: (92)36216792E- e-mail: profeptifam@ifam.edu.br e de seu orientador Prof. Dr. DEILSON DO CARMO TRINDADE, mesmo endereço citado acima.

Este Projeto de Pesquisa tem como objetivo compreender qual é a percepção dos alunos do Ensino Médio Integrado sobre a Política de Assistência Estudantil oferecida pelo IFAM Campus Manaus Distrito Industrial e qual o impacto da Política na permanência e sucesso dos discentes no Campus. A PAES é uma política educacional que tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais no âmbito escolar e garantir a permanência e o êxito do educando na Instituição. A participação é voluntária e se dará por meio de atividades a serem realizadas através de reuniões nas dependências do Campus Manaus Distrito Industrial em datas e horários previamente acordados com os estudantes.

Dentre atividades se incluem a aplicação de entrevista e realização de roda de conversa, durante a pesquisa poderá ser feito uso de filmadora, gravador de voz, câmera digital e similares. Serão realizadas observação e anotações pela pesquisadora a respeito das ações desenvolvidas durante as atividades. Por meio das atividades desenvolvidas pretende-se elaborar um guia informativo que conterá um breve histórico do Campus Manaus Distrito Industrial e da Política de Assistência Estudantil com um olhar voltado para o aluno.

Informamos que pesquisas com seres humanos podem envolver riscos ligados a danos físicos, psíquicos, morais, intelectuais, sociais, culturais ou espirituais. Por este motivo, a pesquisa foi apresentada ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos – CEPESH, o qual atua para resguardar e garantir o pleno exercício dos

direitos dos participantes, assim como prever e evitar possíveis danos. Informamos ainda que os elementos de riscos serão trabalhados para que não ocorram.

No entanto, a pesquisa poderá acarretar alguns riscos como desconforto ou constrangimento por timidez em participar das atividades ou por alguma questão presente no roteiro do questionário em que remetam a situações e acontecimentos da rotina pessoal e institucional. Para diminuir ou mesmo evitar essa situação, os responsáveis por essa pesquisa se comprometem em imediatamente encaminhar os sujeitos à profissionais e instituições capacitadas para sua plena recuperação e assistência integral. Comprometem-se ainda a assegurar o direito a indenizações e cobertura material para reparação de qualquer dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa ou de seu acompanhante, quando for necessário. Que serão imediatamente verificados pelos responsáveis da pesquisa e providenciadas a reparação dos danos (Resolução CNS nº 466 de 2012).

Dentre os benefícios advindos neste estudo, destaca-se que ao concordar em participar desta pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos relevantes para a implementação práticas educativas inovadoras no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica que possam contribuir no processo formativo para o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, poderá ampliar a sua compreensão sobre a formação para o mundo do trabalho, por meio de uma postura ativa de investigação e compartilhamento de informações.

Serão respondidas as perguntas que souber e quiser responder, além disso, você terá total liberdade de pedir explicações à pesquisadora. Se depois de consentir participação, você desejar desistir de tal autorização, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem qualquer penalidade ou prejuízo a sua pessoa. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por prestar informações.

Os pesquisadores trataram a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos com para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente.

Para qualquer informação, o (a) senhor (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Maria Alcineide de Oliveira pelo telefone (92)991137105, e-mail maria_oliveira@ifam.edu.br; e com o orientador Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade e-mail deilson@ifam.edu.br; ou ainda poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-IFAM, localizado na Rua Ferreira Pena, 1109 – Prédio da Reitoria, 2º andar, Centro, 69.025-010, Manaus-AM. Ou pelo telefone: (92) 3306-0060 e e-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo e estou participando da pesquisa de forma livre e espontânea.

Este documento é emitido em duas vias, sendo uma assinada pelo pesquisador responsável e a outra pelo participante da pesquisa, ambas as partes ficam com uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Data: ____/____/____

Assinatura do Pesquisador (a)

Assinatura do(a) Participante

APÊNDICE B

Termo de assentimento livre e esclarecido – TALE

(Menor de 18 anos)

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa: “O LUGAR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO”, a ser desenvolvido pela pesquisadora MARIA ALCINEIDE DE OLIVEIRA, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, localizado no Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Manaus Centro, no endereço: Av. Sete de Setembro, 1975 – Centro, pelo telefone: (92)36216792- E- mail: profeptifam@ifam.edu.br e de seu orientador Prof. Dr.DEILSON DO CARMO TRINDADE, mesmo endereço citado acima.

Este Projeto de Pesquisa tem como objetivo geral compreender qual é a percepção dos alunos do Ensino Médio Integrado sobre a Política de Assistência Estudantil oferecida pelo IFAM Campus Manaus Distrito Industrial e qual o impacto da Política na permanência e sucesso dos discentes no Campus. A PAES é uma política educacional que tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais no âmbito escolar e garantir a permanência e o êxito do educando na Instituição. A participação é voluntária e se dará por meio de atividades a serem realizadas em grupos nas dependências do Campus Manaus Distrito Industrial em datas e horários previamente acordados com os estudantes.

Dentre atividades se incluem a aplicação de entrevista e realização de roda de conversa, durante a pesquisa poderá ser feito uso de filmadora, gravador de voz, câmera digital e similares. Serão realizadas observação e anotações pela pesquisadora a respeito das ações desenvolvidas durante as atividades. Por meio das atividades desenvolvidas pretende-se elaborar um guia informativo que conterá um breve histórico do Campus Manaus Distrito Industrial e da Política de Assistência Estudantil com um olhar voltado para o aluno.

Informamos que pesquisas com seres humanos podem envolver riscos ligados a danos físicos, psíquicos, morais, intelectuais, sociais, culturais ou espirituais. Por este motivo, a pesquisa foi apresentada ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos – CEPESH, o qual atua para resguardar e garantir o pleno exercício dos

direitos dos participantes, assim como prever e evitar possíveis danos. Informamos ainda que os elementos de riscos serão trabalhados para que não ocorram.

No entanto, a pesquisa poderá acarretar alguns riscos como desconforto ou constrangimento por timidez em participar das atividades ou por alguma questão presente no roteiro do questionário em que remetam a situações e acontecimentos da rotina pessoal e institucional. Para diminuir ou mesmo evitar essa situação, os responsáveis por essa pesquisa se comprometem em imediatamente encaminhar os sujeitos à profissionais e instituições capacitadas para sua plena recuperação e assistência integral. Comprometem-se ainda a assegurar o direito a indenizações e cobertura material para reparação de qualquer dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa ou de seu acompanhante, quando for necessário. Que serão imediatamente verificados pelos responsáveis da pesquisa e providenciadas a reparação dos danos (Resolução CNS nº 466 de 2012).

Dentre os benefícios advindos neste estudo, destaca-se que ao concordar em participar desta pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos relevantes para a implementação práticas educativas inovadoras no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica que possam contribuir no processo formativo para o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, poderá ampliar a sua compreensão sobre a formação para o mundo do trabalho, por meio de uma postura ativa de investigação e compartilhamento de informações.

Serão respondidas as perguntas que souber e quiser responder, além disso, você terá total liberdade de pedir explicações à pesquisadora. O seu responsável e você têm o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem qualquer penalidade ou prejuízo a sua pessoa. Você não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração por prestar informações.

Os pesquisadores trataram a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, de forma a garantir a não identificação dos participantes, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações oriundas da pesquisa somente para fins acadêmicos e científicos. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos com para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os

dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos com para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente.

Para qualquer informação, o (a) senhor (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Maria Alcineide de Oliveira pelo telefone (92)99113-7105, e-mail maria_oliveira@ifam.edu.br; com o orientador Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade pelo e-mail deilson@ifam.edu.br; ou ainda poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-IFAM, localizado na Rua Ferreira Pena, 1109 – Prédio da Reitoria, 2º andar, Centro, 69.025-010, Manaus-AM. Ou pelo telefone: (92) 3306-0060 e e-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br.

ASSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Este documento é emitido em duas vias, sendo uma assinada pelo pesquisador responsável e a outra pelo participante da pesquisa, ambas as partes ficam com uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Data: ____/____/____

Assinatura do Pesquisador (a)

Assinatura do(a) Participante

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO (RESPONSÁVEL)

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e

entendi a explicação. Por isso, eu concordo como representante legal, autorizo expressamente o (a) estudante _____ a participar da referida pesquisa, ciente que sua participação não acarretará nenhum ônus financeiro e não vamos receber nenhuma remuneração por ela e que podemos sair quando quisermos sem nenhum prejuízo.

Este documento é emitido em duas vias, sendo uma assinada pelo pesquisador responsável e a outra pelo participante da pesquisa, ambas as partes ficam com uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Data: ___/___/___

Assinatura do Pesquisador(a)

Assinatura do(a) Responsável

APÊNDICE C**Perguntas extraídas do questionário socioeconômico dos alunos da assistência estudantil**

1 – Nome: _____

2 – Idade: _____

3 – Cor:

Amarelo Branca Indígena Parda Preta

4 – Sexo:

Feminino Masculino

5 – Forma de ingresso:

Ampla Concorrência Política de Cotas

6 – Origem anterior ao IFAM:

Escola Pública Estadual Escola Pública Municipal
 Escola Particular sem bolsa Escola Particular com Bolsa
 Escola Particular com bolsa integral

7 – Renda Per Capita:

Até 0,5 salário-mínimo De 0,5 salário-mínimo até 1 salário-mínimo
 De 1 a 1,5 de salário-mínimo Acima de 1,5 de salário

8 – Possui Cadastro Único:

Possui Não Possui

9 – Recebe Bolsa Família:

Recebe Não recebe

10 – Forma de Acesso à internet:

Wi-Fi Dados Móveis Ambas as formas Não tenho acesso

11 – Qual aparelho utilizado no Acesso a internet:

Smartphone Computador Notebook Tablet
 Não possui Outros

APÊNDICE D

Entrevista

1. Para você, o que é Assistência Estudantil?
2. Como tomaram conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil no Campus?
3. Vocês conseguem entender o Edital de Benefícios?
4. Você consegue acessar normalmente o Sistema SIGAA para solicitar os benefícios da Assistência estudantil?

APÊNDICE E

Questionário de avaliação do produto educacional

1 – Você pertence ao grupo:

Aluno Docente TAE

2 – Quanto a ADERÊNCIA – o Guia possui uma linguagem clara e de fácil entendimento?

Sim, considero Considero parcialmente Não considero

3 – Quanto a COMPLEXIDADE – o Guia desenvolveu suas etapas de elaboração, desenvolvimento e conteúdos, alcançando seus objetivos propostos?

Sim, considero Considero Parcialmente Não considero

4 – Quanto a APLICABILIDADE/ACESSO – o Guia facilitará a aplicabilidade e acessibilidade dos discentes no IFAM?

Sim, considero Considero parcialmente Não considero

5 – Quanto a APLICABILIDADE/ACESSO – os aspectos estéticos (arte visual) do Guia estão atrativos aos discentes do IFAM, com linguagem clara, objetiva e imagem da melhor forma possível?

Sim, estão atrativos Estão parcialmente atrativos Não estão atrativos

6 – Quanto a INOVAÇÃO – Você considera que o Guia foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo novo já existente revisitado de forma inovadora e original no IFAM?

Sim, considero Considero parcialmente Não considero

7 – Quanto ao IMPACTO – considera que o Guia terá um impacto positivo perante os discentes do IFAM?

Sim, considero Considero parcialmente Não considero

8 – Quanto o IMPACTO – o Guia pode contribuir para a permanência e êxito dos discentes?

Sim, considero Considero parcialmente Não considero

9 – Espaço para você registrar sua opinião sobre o Produto Educacional, bem como se desejar contribuir com sugestões de melhorias, inclusões, sugestões e mudanças que considerar relevante e de suma importância para o Guia de orientações para a seleção de benefícios da Assistência Estudantil do IFAM.